

Ana Campos

O relacionamento Portugal- Galiza:
das afinidades históricas e linguísticas à
cooperação económica.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em
História, Relações Internacionais e Cooperação

Orientada pelo Prof. Doutor Manuel Loff

Setembro de 2009

Agradecimentos

Antes de iniciar esta dissertação gostaria de endereçar alguns agradecimentos a pessoas ou entidades que estiveram, directa ou indirectamente envolvidas na minha investigação.

O primeiro agradecimento é, obviamente, endereçado ao orientador destas tese de Mestrado, o Prof. Doutor Manuel Loff, pelos conselhos, pelo acompanhamento exemplar e pela constante disponibilidade para prestar qualquer tipo de auxílio.

Em Santiago de Compostela, tive o prazer de me encontrar com Xosé Nuñez Seixas, Ramón Villares, Justo Beramendi e Elias Torres Feijó (tendo com este último realizado uma entrevista), que se mostraram muito amáveis e com toda a disponibilidade para me ajudar ao longo da minha investigação em Santiago. A todos eles queiro deixar o meu agradecimento.

Gostaria de agradecer também a Xoán Vázquez Mao, Secretário-geral do Eixo Atlântico, pela sua disponibilidade para me conceder uma entrevista, apesar da sua agenda ser tão apertada.

O último agradecimento é dirigido à CCDR-N, pela disponibilização da biblioteca e dos seus recursos. Como é óbvio, deixo um agradecimento especial à Dr. Gisela Pereira, pelos esclarecimentos que me prestou e pela documentação que me disponibilizou.

A nível pessoal fica o meu especial agradecimento à minha família, em especial a minha mãe Cecília e o meu pai Jorge, que já cá não está, e que sempre me apoiaram e incentivaram ao longo da minha vida académica. A António Domingos por estar sempre a meu lado, sempre disposto a ouvir as minhas dúvidas e receios e por não me deixar pensar em desistir.

Índice:

Introdução	4
1 - Portugal e Galiza na <i>Gallaecia</i> - da criação de uma identidade comum à sua separação.....	9
2 - O galego-português como língua histórica de um território histórico..	16
2.1- Síntese da evolução do Galego-Português e sua função social.....	17
2.2 - A língua da discórdia: situação actual do galego.....	26
3 - O despertar dos galegos para a nação.....	37
3.1 – Emergência e evolução do <i>nacionalismo</i> galego.....	40
3.2- O <i>reintegracionismo</i> e a presença de Portugal no <i>nacionalismo</i> galego.....	58
4 - Olhares de Portugal: galegos ou espanhóis?.....	69
5 - A integração europeia e o relacionamento entre Portugal e Galiza: um novo ponto de encontro?.....	76
5.1 – A Integração Europeia e a abertura das fronteiras: o início da cooperação transfronteiriça.....	77
5.2 - Papel das organizações de cooperação transfronteiriça na coesão da Euro-região Galiza-Norte de Portugal. As potencialidades e dificuldades do relacionamento.....	82
5.3 – Situação actual das relações económicas entre Portugal e Galiza...	92
Conclusão.....	103
Fontes e Bibliografia.....	108
Anexos	

Introdução

Esta dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que iniciei no ano lectivo 2007/2008. Para a realização deste trabalho, com o qual culmino este ciclo de estudos, tive como orientador o Prof. Doutor Manuel Loff, do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais.

O meu interesse por este tema surge quase por acaso, ainda no primeiro semestre do Mestrado. Na altura, tinha lido um artigo de uma revista francesa sobre lusofonia, onde se fazia uma breve referência ao interesse da Galiza em fazer parte deste espaço cultural e linguístico. Lembro-me de ter considerado que era um facto curioso e, para mim, era mesmo desconhecido. Reconhecia, pela minha experiência e pelo meu conhecimento pessoal, que havia muitas semelhanças entre Portugal e Galiza, em especial ao nível da língua. Contudo, ignorava que isso suscitasse qualquer interesse por parte dos galegos. E, por mera curiosidade, comecei por fazer uma pequena pesquisa na *Internet* sobre esta questão, tendo ficado surpreendida com a quantidade de informação disponível.

O meu interesse por esta questão aumentou ao fim das primeiras consultas, quando fiquei a conhecer um novo termo, o *reintegracionismo*. A primeira definição que encontrei foi uma explicação muito acessível, muito básica, que dizia o seguinte: “O reintegracionismo é um movimento cultural, além de linguístico, que sustenta o facto de as falas galegas (ou galego) pertencerem com todo o direito à língua histórica conhecida mundialmente pelo nome de português ou língua portuguesa. Quer dizer, as falas galegas fazem parte do mesmo diassistema linguístico, agora realizado por duas normas, as padronizadas em Portugal e nos PALOPs, e no Brasil, às que caberia acrescentar outra galega, ainda em processo de elaboração.”¹ Posteriormente, descobri que havia igualmente alguns movimentos reintegracionistas de cariz político, a maioria associados à esquerda independentista, que viam na aproximação a Portugal, uma forma de se afastarem do Estado espanhol, cuja

¹ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Reintegracionismo> (acesso a 11/07)

hegemonia a nível peninsular e a preponderância na vida social, cultural e política da Galiza rejeitam.

Entretanto, apercebi-me de outra questão interessantíssima, que era o facto de, Portugal ser admirado pelos restantes nacionalismos peninsulares, que nos viam como *exemplo*, digamos assim, de um contrapeso ao domínio espanhol. As razões dessa admiração prendiam-se com o facto de Portugal se apresentar como uma nação estável, que ao longo da sua História lutou pela sua independência, nomeadamente face às tentativas de domínio castelhano, e que, além disso, possui uma língua oficial perfeitamente estabelecida por todo o território, normalizada e normativizada, cuja evolução lhe deu características muito distintas. Ora, a ideia que por norma se tem em Portugal, e que eu própria tinha, não é bem esta. Isto porque, apesar de ainda ouvir muitos discursos *anti-espanholistas*, do meu ponto de vista, nós estamos sempre a olhar mais para Espanha, do que eles para nós, em especial no que respeita ao nível de vida económico e social. Apesar de, actualmente, também o país vizinho estar a ser muito molestado pela crise mundial, para nós em Espanha ainda há mais emprego, os salários ainda são melhores, o acesso aos bens ainda é mais fácil, a saúde ainda funciona melhor, ainda há mais investimento na cultura. Enfim, isto só para citar algumas das motivações que levam muitos portugueses, em especial jovens, a emigrar para Espanha, tanto para trabalhar, como para estudar.

Outra razão que me levou a pensar verdadeiramente em investigar mais neste tema prendeu-se com o facto de ter encontrado muito pouca informação sobre esta questão em Portugal. Aliás, percebi que muito poucas pessoas conheciam estas relações. Nessa altura, percebi que esta investigação poderia ser muito útil, no sentido de dar a conhecer esta realidade tão próxima de nós em vários níveis. Assim, depois de me aconselhar com o meu orientador, comecei a minha investigação que, como vou explicar de seguida, acabou por seguir um rumo diferente daquele que tinha premeditado.

O meu projecto de tese inicial centrava-se essencialmente na problemática do reintegracionismo, na sua dimensão cultural e política. O meu objectivo inicial era abordar, em primeiro lugar, as afinidades históricas, culturais e linguísticas entre Portugal e Galiza, dando especial ênfase ao Galego-Português. Em segundo lugar, partindo destas semelhanças estudar a evolução do nacionalismo galego, entendendo a importância do referente português na formulação de uma identidade nacional galega. A partir daqui, pretendia explicar o que era o reintegracionismo, procurando perceber qual a sua evolução, expressão e dinâmicas e o seu papel na História contemporânea galega.

Posteriormente, de forma a coordenar melhor esta dissertação com os objectivos do Mestrado e, também, no sentido de lhe dar uma dimensão mais prática e actual, comecei a pesquisar dados e documentação sobre o relacionamento económico entre Portugal e Galiza. A partir daqui, comecei a

projectar um dos objectivos principais da minha dissertação: entender se havia uma aplicação prática da retórica reintegracionista.

As primeiras questões que eu coloquei nesta etapa foram: há uma relação directa entre a retórica reintegracionista e a cooperação económica entre Portugal e Galiza? Qual o papel inerente às nossas afinidades culturais, históricas e linguísticas nestas relações? Há um aproveitamento estratégico destas compatibilidades? Que percepção temos nós portugueses deste desejo de aproximação por parte dos galegos?

Partindo destas questões fui definindo o meu percurso de pesquisa. O meu objectivo principal foi desdobrar os pontos de união e de aproximação entre Portugal e Galiza, entender a sua relação, para daí tirar as conclusões alusivas ao nosso relacionamento. Entre essas conclusões estaria a existência, ou não, de uma relação entre reintegracionismo e relacionamento económico.

O meu projecto incluía inicialmente a realização de entrevistas ou questionários a autoridades governamentais e institucionais portuguesas, para recolher as suas opiniões e a sua experiência relativamente às relações políticas e económicas entre Portugal e a Galiza. E, simultaneamente, procurar entender qual a percepção destas entidades relativamente ao facto de alguns movimentos políticos e culturais galegos defenderem uma maior aproximação e relacionamento com Portugal, em detrimento do Estado espanhol. Nesse sentido, solicitei repetidamente entrevistas a várias entidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Assessoria para as Relações Internacionais do Presidente da República, Assessoria Diplomática do Gabinete do Primeiro-Ministro e o actual Presidente do Eixo Atlântico. Infelizmente, apesar de muita insistência, nenhuma das entidades contactadas se mostrou disponível para prestar qualquer declaração e as que prestaram deram respostas evasivas.

No primeiro capítulo desta dissertação procuro fazer uma contextualização histórica, com o objectivo de demonstrar que Portugal e Galiza apresentam uma matriz identitária comum, formada no seio da *Gallaecia* romana, separando-se definitivamente, em 1143, com a independência de Portugal. Após esta separação ambas as nações vão escrever uma História com características distintas. Ao longo de nove séculos, Portugal reforçou a sua identidade, lutando em diversas situações contra as ameaças à sua independência e o domínio castelhano. A Galiza, por sua vez, foi sendo gradualmente absorvida pela centralização do reino de Castela, que aspirou e fragilizou os seus traços identitários, muitas vezes através da repressão. A sua situação periférica e pequena dimensão tornou-a numa espécie de “apêndice” político no quadro peninsular.

No capítulo dois irei fazer uma abordagem ao Galego - Português como língua histórica de um território histórico. Neste ponto pretende-se entender as diversas mutações que esta língua foi sofrendo, afastando-se do seu modelo original. Nesta parte é importante reflectir sobre a função social da língua. Em

Portugal, o Português tem uma função política e social sendo a língua oficial do Estado, a língua literária, a língua falada pelo povo e pelas elites e a língua que levamos e impusemos a outros povos com os descobrimentos. Por seu turno, o Galego foi sendo alvo de constante repressão e uma certa descaracterização, devido à influência do castelhano, o que em boa parte se deveu à falta de uma elite *galego-falante*. Apesar de a partir do século XIX, com o *rexurdimento*, se ter constatado uma tendência para reverter esta situação, nunca o galego deixou de ser associado à língua do *povo*. Um dos grandes problemas associado a esta questão é a co-oficialidade e a falta de consenso relativamente à norma a adoptar. A contenda entre reintegracionistas (que defendem uma aproximação ao Galego-Português) e isolacionistas (que defendem uma norma afastada tanto do Português como do Castelhano), com a vitória política destes últimos na adopção, já sob o actual regime autonómico, das suas teses como norma oficial, torna a língua ainda mais vulnerável, observando-se mesmo uma realidade dual, com os devidos efeitos negativos em termos sociais.

O terceiro capítulo reflecte sobre problemática do nacionalismo na Galiza. Em primeiro lugar deve-se entender o seu processo de formação, o que implica a abordagem das suas versões provincialista e, sucedendo-lhe no tempo, regionalista. Com a ajuda de uma elite intelectual com uma grande consciência da sua raiz identitária e da importância da expressão em Galego, a retórica nacionalista galega vai-se manifestar com maior evidência no início do século XX, altura em que surgem as primeiras aspirações autonómicas. Porém, a longa e repressiva ditadura franquista (1936-1977) vai resultar na interrupção deste processo, remetendo para o exílio ou para o silêncio os ideólogos do nacionalismo, pelo que é importante entender quais as repercussões deste acontecimento. Num segundo momento deste capítulo, procuro compreender que a presença de Portugal como referente histórico é inevitável no nacionalismo galego em geral. Sustentada nesta ligação, mas de uma forma mais evidente, surge uma corrente reintegracionista, que proclama que a Galiza tem mais afinidades com a cultura portuguesa do que com a castelhana, defendendo uma reintegração cultural e linguística no seu âmbito originário e natural.

No quarto capítulo irei tentar compreender porque razão a Galiza não está tão presente em Portugal, como acontece no inverso, e quais as razões de uma aparente apatia portuguesa, tanto da sociedade, como da classe política, perante esta ligação que os galegos têm com Portugal. Nota-se um profundo desconhecimento dos portugueses, em especial nas gerações mais novas, relativamente à nossa história, às nossas raízes culturais, bem como à nossa base linguística. Ao mesmo tempo, parece-se ignorar a Espanha, como uma nação plural, a sua organização política e a co-oficialidade no que respeita à língua. Não se entende que a Catalunha, o País Basco e a Galiza são nações

históricas, com características e idiomas próprios. Para a maioria dos portugueses parece existir uma Espanha *una* e catalães, bascos, galegos, por exemplo, são todos vistos apenas como espanhóis.

Finalmente, no capítulo cinco, partindo das questões anteriores pretendo entender o estado actual do relacionamento entre portugueses e galegos, com especial destaque para a dimensão económica. O meu objectivo é estudar a interacção, os comportamentos e potencialidades económicas incorporando uma dimensão histórica, política e cultural. Nesta questão pretendo avaliar se a criação da euro - região Galiza - Norte de Portugal pode ser encarada como um novo ponto de encontro entre estas duas nações. Na sequência disto é fulcral compreender o funcionamento das duas organizações de cooperação transfronteiriça - a Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal e o Eixo Atlântico – avaliando o cumprimento dos objectivos inerentes ao funcionamento das euro-regiões, em especial no que respeita à dinamização de espaços periféricos e fronteiriços. Deste modo, impõe-se avaliar se à luz do projecto de cooperação impulsionado pela integração europeia, o Norte de Portugal e a Galiza conseguiram dar corpo ao espaço transfronteiriço, fazendo a sua devida articulação, bem como a capacidade de projecção deste espaço para o exterior.

A minha investigação começou com a consulta de livros de linguística e de História da Língua. Há uma vasta quantidade de fontes disponíveis sobre este tema, na minha investigação em concreto, entre as muitas obras que consultei, destaco os trabalhos de autores como: Clarinda de Azevedo Maia (1997), Ivo Castro (1991), Ramón Mariño Paz (1991) e Henrique Monteagudo (1999). Em relação ao nacionalismo galego há também muita informação, no entanto, há uma obra que se revelou fulcral nesta investigação: “De Provincia a Nación. Historia do Galeguismo Político” da autoria de Justo Beramendi (2007). Sobre a presença de Portugal no nacionalismo galego e questões inerentes ao reintegracionismo destaco: Xosé Manoel Nuñez Seixas (1993), António Medeiros (2006), Ramón Villares (2002) e Elias Torres Feijó (2003). Finalmente, para a questão económica debrucei-me essencialmente sobre documentação do Eixo Atlântico, que tem quase todas as suas revistas e publicações disponíveis no seu portal na *Internet*. Consultei igualmente os relatórios sobre cooperação entre Portugal e Espanha, disponibilizados pelo AICEP – *Agência para o Desenvolvimento e Comércio Externo de Portugal*, o POCTEP- *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha, 2007-2013* e o Programa Estratégico de Cooperação Galiza-Norte de Portugal, 2007-2013. A *Internet* foi um instrumento importante na minha investigação, na medida em que permitiu uma constante actualização dos meus conhecimentos, a par dos jornais diários. Os meus principais recursos electrónicos foram os portais do *Eixo Atlântico*, da CCDR-N - *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte*, da CTG-NP – *Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal*. Ao nível das questões da língua destaco

o portal da AGAL – *Associação Galega da Língua*, da *Associação Internacional de Lusitanistas* e da *Real Academia Galega*.²

A consulta das fontes foi realizada na Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na Biblioteca Geral da Universidade do Minho, na Biblioteca da Faculdade de Xeografia e Historia da Universidade de Santiago de Compostela e na Biblioteca da CCDR-N.

O meu trabalho de investigação implicou três deslocações a Santiago de Compostela e uma a Vigo, onde recebi algumas orientações, realizei várias entrevistas e ouvi explicações de alguns especialistas. Na Universidade de Santiago de Compostela fui recebida por Xosé Manoel Nuñez Seixas, Professor de História Contemporânea e especialista nos nacionalismos de Espanha e por Justo Beramendi, cuja obra sobre o galeguismo político foi essencial no meu percurso. No Consello da Cultura Galega fui recebida pelo próprio Presidente, Ramón Villares, que é também especialista em História da Galiza e na questão da presença de Portugal no nacionalismo galego. Na Faculdade de Letras de Santiago de Compostela foi realizada uma entrevista com Elias Torres Feijó, professor de Filologia Galega e Portuguesa nessa instituição e Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas. Finalmente, em Vigo, foi-me concedida uma entrevista por Xoán Vázquez Mao, Secretário-geral do Eixo Atlântico, na sede desta organização. No Porto, tive ainda o apoio da Dr.^a Gisela Pereira da CCDR-N, que além de me ter disponibilizado alguma documentação, ainda me fez alguns esclarecimentos relativamente aos procedimentos de cooperação Portugal-Galiza.

² Os endereços destas Associações e Instituições encontram-se no final da dissertação, juntamente com a bibliografia.

1 - Portugal e Galiza na *Gallaecia* - da criação de uma identidade comum à sua separação.

O Noroeste peninsular ocupa um espaço que contraste com a restante Península Ibérica, devido às suas características históricas, físicas, culturais e humanas, estendendo-se ao longo de toda a faixa ocidental, o que lhe confere um carácter marcadamente atlântico. Este espaço não apresenta grandes contrastes a nível geográfico, apresentando uma nítida unidade proporcionada pelo meio físico e humano. O norte de Portugal caracteriza-se pelo seu relevo elevado, montanhoso e pelos seus planaltos elevados sobre rochas sedimentares, características que se prolongam até à Galiza e que contrastam com os baixos-relevos e planícies do sul.

Em termos orográficos, ambas as regiões formam um “anfiteatro irregular voltado para o atlântico”, situação que lhe confere uma riqueza nas suas paisagens e nos seus rios. A sua localização proporciona-lhe um clima temperado marítimo, com temperaturas suaves, em especial no litoral onde a amplitude térmica é reduzida, apresentando uma forte incidência de precipitação, em especial nas zonas mais a norte. Estas condições são favoráveis à vegetação que cobre esta região com um “manto” verde de espécies diversificadas. A acção humana tem vindo, infelizmente, a alterar esta paisagem vegetal e as características das florestas, que originalmente eram dominadas pelo carvalho. Este território apresenta um povoamento intenso, com um *habitat* disperso. No que respeita à sua densidade demográfica esta é elevada, mas desigual, verificando-se uma evidente concentração da população no litoral, situação que vai regredindo à medida que nos movimentamos para o interior. A economia de ambas as regiões baseia-se essencialmente na exploração agrícola, optando-se pelo minifúndio e uma policultura intensiva (CF. RODRIGUES, 1997, pp. 20-25).

A agricultura é também praticada em pequenas explorações familiares, sendo o cultivo destinado ao auto-consumo. A par da exploração agrícola há também uma forte incidência no sector pesqueiro, o que é facilitado pela sua localização geográficas, e na actividade comercial, que nem sempre é legal, uma vez que a fronteira galego-portuguesa sempre teve ligação com o contrabando.

O território ocupado pelo norte de Portugal e Galiza apresenta-se ainda homogéneo na sua dimensão cultural, apresentando comportamentos e expressões semelhantes neste domínio. Esta situação é mais evidente no universo rural, onde é muito semelhante a expressão da religiosidade e as manifestações de devoção, como é o caso das romarias. A paróquia ou a freguesia representam, neste meio, o núcleo base das relações sociais, sendo o palco de manifestações de identidades colectivas, revelando sentimentos de pertença.

No que se refere à ocupação humana do território existem vestígios que remontam à pré-História e que marcaram a paisagem deste território. Os testemunhos mais antigos que o comprovam são os monumentos megalíticos. A cultura megalítica reveste-se de particular importância, não só pela quantidade de testemunhos que permaneceram, mas também pela “sua singularidade e possível relação com outras culturas atlânticas periféricas dos espaços irlandês e britânico”. Os vários dólmens, menires e necrópoles megalíticas que se espalham por este espaço comprovam que a sua humanização se iniciou muito cedo, possuindo estes primeiros povos um sistema de ritos e crenças na relação com a morte, semelhantes a outras civilizações atlânticas primitivas. Outro aspecto no qual norte de Portugal e Galiza devem ser considerados inseparáveis prende-se com o aparecimento da cultura castreja, representando a fixação dos povos neste espaço. Este processo deu-se de forma autóctone, notando-se apenas algumas influências externas, essencialmente de origem céltica, consequência das invasões protagonizadas pelos povos indo-europeus, no norte da Península Ibérica (BARREIRO; RECUERO, 2008, pp. 15-18).

Depois deste pequeno relance sobre as características físicas do território galego-português, passo a expor os processos históricos mais marcantes desta região e as consequências da sua separação, não só do ponto de vista político, mas também cultural.

Portugal e Galiza apresentam uma matriz histórica comum muito precoce, o que se vai evidenciar com as incursões romanas na Península Ibérica, a partir do séc. III a.C., e as sucessivas reformas administrativas que ocorreram. Do conjunto de territórios do noroeste peninsular ocupados por povos celtas ou celtizados, os *gallaeci* ou *callaeci*, vai surgir a *Gallaecia*, que compreendia o Norte de Portugal, até ao rio Douro, toda a actual Galiza, as Astúrias e uma parte da Cantábria. As reformas administrativas de Augusto no noroeste Hispânico resultaram na separação definitiva deste território da província da *Lusitania* e sua integração na *Tarraconensis*. Mais tarde, já no séc. III d. C., Diocleciano tornou a *Gallaecia* província autónoma. A sua situação geográfica periférica permitiu que esta região se desenvolvesse com uma configuração mais autónoma e diferenciada, perdurando hábitos linguísticos de tradição pré-romana, a par do Latim, que manteve um carácter mais conservador, resistindo às inovações. É neste contexto de ocupação

romana que os filólogos localizam os primeiros indícios de um espaço linguístico Galego-Português (MAIA, 1997, p 883). O domínio suevo não teve grandes consequências no Noroeste peninsular, tendo ficado os traços da influência romana espalhados em inúmeros testemunhos arqueológicos, que manifestam um padrão material comum em toda a região.

Quando os povos muçulmanos invadem a *Gallaecia*, em 711, notava-se no noroeste hispânico a divisão em duas áreas distintas, a bracarense, mais povoada e com maior influência da ocupação romana e a lucense, mais selvagem, com um povoamento disperso e menos fixado e um território ainda mal definido. As lutas entre suevos e visigodos foram a causa da instabilidade na organização do território, verificando-se uma maior dispersão após a vitória dos visigodos, em especial na área bracarense. Esta situação vai, no entanto, estabilizar um pouco com a organização territorial e administrativa, que se deu com a implantação do sistema paroquial e que garantiu alguma solidez à distribuição dos principais centros urbanos e povoados circundantes. O território carecia de um controlo administrativo e fiscal sólido, ficando estas funções entregues a pequenos poderes locais o que teve resultados como a debilidade urbana deste território, o atraso das actividades comerciais e artesanais, comunicações deficientes e o isolamento das comunidades, o que contribuiu para a ruralidade desta região, característica que se manteve até épocas recentes. A ocupação muçulmana não terá provocado grandes alterações, verificando-se que a influência islâmica nesta região foi muito superficial e causou poucos danos. Muito provavelmente, este território selvagem e montanhoso, de difícil controlo e com poucas perspectivas de proporcionar rendimentos, o que para a economia árabe era muito importante, era pouco atractivo para os chefes árabes (MATTOSO, 1992, p. 445).

Esta é a explicação para que os elementos étnicos e culturais da antiga *Gallaecia* se tenham mantido quase intactos, mas o facto de estes povos terem permanecido nesta espécie de “isolamento” teve as suas consequências, remetendo esta região para uma posição periférica e de subdesenvolvimento.

Na sequência da invasão árabe, no século VIII, e início do processo de reconquista cristã criam-se condições para a modificação da estrutura política e militar do noroeste Hispânico, nomeadamente no que respeita à separação da velha *Gallaecia*. A divisão começa quando a região das Astúrias se liberta do domínio muçulmano e se torna o primeiro reino cristão da Península Ibérica. A partir daí outras entidades políticas cristãs vão começar a surgir. O processo de reconquista cristã vai ser determinante para a separação dos dois reinos do noroeste peninsular, “com base nos interesses e desejos de infanções que guerreiramente se disputam” (PACHECO, 1994, p. 156). Mas estes acontecimentos sucederam-se de forma gradual, mantendo-se o território ocupado pela antiga *Gallaecia* unido no reino Asturiano-leonês ou reino de Leão.

A concessão do Condado Portucalense a D. Henrique por D. Afonso VI, rei de Leão, é o primeiro grande passo para a independência de Portugal, consumada em Zamora, no ano de 1143, com o reconhecimento da soberania portuguesa e da dignidade régia de D. Afonso Henriques. A partir deste acontecimento as duas regiões vão seguir por caminhos bastante díspares.

Neste episódio foi determinante, não só o empenho de D. Afonso Henriques, mas também o comportamento e a postura dos tenentes e homens de poder que exerciam o seu domínio nos respectivos territórios, revelando-se esta diferença de atitudes determinante. Assim, enquanto no Condado Portucalense o futuro rei tinha como garantido o apoio da maioria dos “senhores” do seu território, no reino leonês, com o qual a Galiza mantinha laços de fidelidade, era visível uma forte submissão de Afonso VII aos interesses dos magnates galegos. Após a independência, vai haver uma ruptura total com Leão, facto que teve consequências para o reino da Galiza, “que viu romper definitivamente a sua identidade política mais antiga, a romana, e fechados os caminhos do Sul, para o seu desenvolvimento e expansão”. Por outro lado, esta situação deixou a Galiza ainda mais isolada no mapa peninsular, afastada do processo de reconquista e de repovoamento, ficando uma vez mais “à margem dos grandes processos militares e políticos do reinado de Afonso VII” (BARREIRO; RECUERO, 2008, pp. 87-89).

Com o nascimento do reino de Portugal surgiram alguns conflitos com a Galiza nos seus limites meridionais, concordantes com os desejos expansivos dos primeiros monarcas portugueses. No entanto, nunca houve um confronto que tivesse ultrapassado estas tentativas de ultrapassar estes limites fronteiriços. As contendas entre Portugal e Galiza foram sempre de natureza política e nunca a nível social e cultural, no qual se mantiveram as relações. (*Idem*, p. 89).

Conquistada a independência, Portugal vai conhecer um período medieval riquíssimo, conquistando territórios e estendendo as suas fronteiras para Sul. A sua identidade cultural vai desenvolver-se de forma autónoma, nomeadamente no que respeita à língua, que na entrada do período moderno já possuía características bastante diferenciadas do Castelhana, que por sua vez se impunha pela restante Península Ibérica. A expansão marítima portuguesa e as colónias ultramarinas permitiram a difusão da cultura portuguesa pelo mundo e do seu idioma, tendo ficado como herança desse longo período uma importante comunidade de países de língua oficial portuguesa.

Entretanto, a Galiza vai passando por mudanças políticas com consequências desastrosas para a sua autonomia, o que já se tinha iniciado com a sua integração no reino de Leão. Por outro lado, a definição da fronteira com Portugal, limitou o ponto de saída natural para o sul da Península Ibérica, reforçando a extremidade e isolamento do território galego. No leste da Galiza,

a definição fronteira foi algo turbulenta e palco de lutas senhoriais e de outros interesses nomeadamente por intermédio da coroa. Assim, a Galiza acaba por perder territórios como Sanabria e o Bierzo e, posteriormente, a redefinição das fronteiras do território espanhol deixou do lado leonês Zamora e algumas comarcas das Astúrias, mais alguns pequenos territórios da idiossincrasia galega. Estes acontecimentos vão ter consequências desastrosas para a cultura galega, que vai gradualmente perdendo expressão, devido às fortes pressões da cultura dominante castelhana

A partir do reinado de Fernando III (1217-1252), a situação vai agravar-se com a incorporação dos dois reinos no de Castela, ditando o início da decadência da cultura e da língua galega. A intensa pressão castelhana vai revelar-se avassaladora, notando-se uma lenta “castelhanização” da Galiza. A extinção das cortes galegas e leonesas (que se exprimiam em Galego-Português e em Leonês, respectivamente) por Afonso X de Castela, convocando-se as três em conjunto, efectivaram a oficialização do castelhano como língua do novo reino integrado. Nos finais do séc. XV, inícios do séc. XVI, estabeleceu-se na Espanha uma monarquia absoluta, com a pretensão de unificar todos os reinos peninsulares, submetidos ao poder centralizador de Castela, de onde dependia toda a legislação, o poder judicial e administrativo. A partir de então assiste-se a uma natural perda da autonomia política galega, o que também vai ser visível a nível religioso, com a reforma do clero secular que visava eliminar do episcopado elementos nativos. As ordens religiosas vão também perder importância intelectual, fruto desta centralização, o que vai ter fortes consequências linguísticas, na medida em que o galego ficou circunscrito às camadas populares, tendo sido lentamente eliminado da escrita e de todos os documentos oficiais (MAIA, 1997, pp. 903-904).

Para António da Cruz Rodrigues, a partir do séc. XVI, “o galaico-português deixou de escrever-se oficialmente e deixou de ensinar-se. E também deixou oficialmente de poder falar-se. Desapareceu como meio de expressão entre os súbditos e as autoridades civis e religiosas. Deixou mesmo de se língua de igreja, por exemplo nas homilias (...). O galaico-português era, portanto, uma enorme cunha desse rival político cravada no corpo colossal de Espanha e uma ameaça à unidade espanhola” (RODRIGUES, 1997, p. 9).

O empobrecimento da cultura galega está intimamente ligado, como vimos, à questão da língua, neste caso à falta de interesse por esta e ao desprezo pelo seu uso quotidiano. Este problema deriva da falta de consciência popular da Galiza como nação e das suas características excepcionais. A partir das primeiras décadas do séc. XIX surgem os primeiros indícios do renascimento galego para a nação e sua cultura, que vai ter a sua maior expressão no séc. XX. O mundo rural e as classes populares desempenharam, desde o início do movimento, um papel relevante na legitimação da especificidade da Galiza. Segundo António Medeiros, “foi o reconhecimento das particularidades do povo galego e da sua história que deu lugar às

primeiras manifestações políticas e estéticas de reivindicação da singularidade regional, num reflexo particular de concepções românticas muito difundidas por toda a Europa” (MEDEIROS, 2006, pp. 97-98).

Os intelectuais, principalmente escritores e poetas, tiveram um papel fulcral neste despertar para a consciência nacional liderando um forte movimento de recuperação literária do galego. Nomes como Rosalía de Castro, Manuel Murguía, Curros Enríques e Eduardo Pondal³ destacam-se do grupo de escritores que procuraram promover o galego, língua vernácula da nação, na escrita e na oral. No século XX, este galeguismo entra numa fase fortemente nacionalista, “considerando a Galiza como umha nação com umhas características que a definiam e definem como tal entre as que se achava e acha a língua, peça chave - mas nom a única - da luita pola soberania da personalidade própria em contra do imperialismo castelhano-espanhol” (BARBOSA, 1992, p. 1).

³ Todos os nomes galegos apresentados neste trabalho seguirão as regras da norma oficial, aprovada pela Real Academia Galega.

2 - O galego-português como língua histórica de um território histórico

Antes de mais convém perceber que quando falamos em língua referimo-nos ao “sistema gramatical” adoptado por um grupo de indivíduos e que exprime o sentimento de uma consciência colectiva. É através da língua que um indivíduo tem a percepção do mundo, usando-a na sua acção sobre este. Assim, a língua não pode estar afastada da “criação da sociedade”. O factor social estabelece uma relação entre a língua e a linguagem, que é todo o processo de comunicação entre indivíduos e que torna possível a aquisição e emprego de uma determinada língua. Deste modo, língua e linguagem representam elementos mutáveis, em constante evolução, paralelamente ao contexto social que os sustentam (CINTRA; CUNHA, 1984, p. 1).

A língua, mais do que um elemento de comunicação, deve ser entendida, como mencionei, como um símbolo da identidade individual e colectiva dos seres humanos. O seu valor simbólico contribui largamente para o reforço da solidariedade entre pessoas que fazem parte um grupo humano que fala a mesma língua, isto porque, além de cimentar a sua coesão interna e identificação, ajuda a diferenciar a sua identidade em relação a outros grupos. A história de uma língua é no fundo uma história do povo que a fala. Os conflitos que se travam pela emancipação ou contra a dependência e repressão de uma língua reflectem conflitos com relações de poder no seio de países, comunidades ou grupos sociais. As ideias e teorias sobre uma língua relacionam-se com as ideias e teorias inerentes ao país, comunidade ou grupo social que a adoptou (MARIÑO, 1998, p.13).

Os acontecimentos históricos experimentados por uma colectividade humana vão ser determinantes para o estabelecimento das relações linguísticas e seu uso. Os factores sociais, políticos e culturais também exercem influência sobre a transformação interna das línguas – “imprímenlle unha ou outra dirección ó cambio lingüístico”. Ao mesmo tempo, a morosidade dos processos de iniciação, extensão e culminação da mudança linguística, conduz à subsistência paralela de substratos idiomáticos. Estas alterações dão-se de forma gradual e com ritmos distintos nas diferentes comunidades e regiões geográficas, tendo maior ou menor influência. (*Idem*, p. 15). Vamos agora entender como estas questões se processam no caso do galego e do português.

2.1- Síntese da evolução do Galego-Português e sua função social.

O galego-português faz parte do conjunto das línguas românicas, entroncando do latim, introduzido na Península ibérica com a romanização, falado no Noroeste peninsular, nos últimos anos do Império romano. Esta é a língua que, após a independência de Portugal, se vai expandir pela zona centro e meridional acompanhando o processo de reconquista e repovoamento. Porém, como é natural este idioma não se manteve num estado estacionário, conhecendo uma constante evolução, juntando-se ao núcleo primitivo diversos elementos estrangeiros, resultado de uma história repleta de contacto directo ou indirecto com outros povos. Apesar disso, no século XII, não havia ainda distinção entre o idioma galego e o idioma português.

Na Alta Idade Média já era evidente uma distinção etnográfica, cultural e linguística entre as terras situadas a norte do Douro e as do sul. Este facto deve-se ao fenómeno da cultura castreja no Noroeste Peninsular, que remonta ao século VII a. C., que criou neste espaço uma unidade cultural. A reorganização administrativa imposta pelo Império Romano levou a que o território que hoje corresponde a Portugal ficasse dividido entre a *Gallaecia* e a *Lusitania*. Assim, se estabelece uma personalidade administrativa distinta, que se vai manter durante séculos, explicando em parte a presença de particularidades linguísticas entre o norte e o sul de Portugal (MARIÑO, 1998, p. 102).

Ao longo do processo de romanização peninsular, o noroeste peninsular conheceu uma colonização mais tardia, devido à sua situação periférica e de difícil acesso, pelo que os *Gallaeci*, conservaram por muito mais tempo a sua cultura, o que explica a influência de elementos pré-latinos no Galego-Português. A invasão dos suevos e visigodos, os povos bárbaros que tiveram maior influência no território peninsular, apesar de não terem conseguido impor plenamente a sua língua e cultura, teve efeitos nefastos à unidade cultural proporcionada pela ocupação romana, resultando numa diversificação do latim falado. Com o fim desta unidade vão-se tornar mais nítidas as diferenças regionais e conseqüentemente a desintegração linguística. A invasão árabe em 711, que teve uma influência mais notória nas regiões centrais e meridionais da Península, determinou o fim das fórmulas elaboradas pelos povos bárbaros. Estes povos oriundos do Maghreb, professavam uma religião diferente e falavam também uma língua diferente, verificando-se nas zonas ocupadas uma

adaptação à língua e cultura árabes pelos cristãos. Deste modo surgiram os falares moçárabes, que se vão manter até à reconquista.

A fronteira política entre povos cristãos e povos árabes é estabelecida de norte, onde a invasão teve menor repercussão, para sul. Como já referi, na Alta Idade Média já se encontrava definido, no noroeste, um território ibérico linguístico, etnográfico e culturalmente homogêneo. Este território, denominado por Joseph Piel de *Gallaecia Magna* ou *Gallaecia Maior*, corresponde à área inicial do Galego-Português. Este espaço abrangia a parte ocidental das Astúrias, a Galiza praticamente no seu todo, as províncias do Minho e Douro Litoral, o Oeste de Trás-os-Montes. O seu limite meridional era na parte mais ocidental a ria de Aveiro e a oriente as terras de Vila Real e Lamego, que eram territórios galaicos (MARIÑO, 1998, p. 103).

Como acabamos de ver, a invasão muçulmana e posterior reconquista do território aos mouros, juntamente com a independência de Portugal no século XII, foram, deste modo, os acontecimentos que determinaram a formação das três línguas românicas peninsulares, que se geram na banda norte - o Português a oeste, o Castelhana no centro e o Catalão a leste. Estas três línguas vão-se expandir para sul, acompanhando o processo de reconquista cristã. Na região meridional peninsular, encontravam-se os cristãos moçárabes, que significava “submetidos aos árabes”, cuja língua se enquadrava no grupo de falares hispano-românicos, formando uma “cadeia contínua de dialectos” bastante diferenciados dos falados no Norte (TEYSSIER, 1980, pp. 5-6).

Assim, a separação entre Galego e Português, inicia-se com a reconquista, tendo sido, a partir deste processo, criadas as condições para a independência de Portugal. D. Afonso III antes de morrer, em 910, conseguiu recuar a fronteira dos reinos cristãos até ao rio Douro. Estas terras vão, então, ser influenciadas pela presença da nobreza e do clero do norte, especificamente da Galiza, logo a língua vai também estendendo a sua fronteira, entrando em contacto com o romance moçárabe. A situação manteve-se até ao ponto em que o forte predomínio da nobreza galega fazia temer uma aproximação do reino de Leão e Castela, levando a uma reacção da nobreza Portucalense. Perante esta conjuntura, como vimos no capítulo anterior, inicia-se no século XII o processo que conduziu à independência de Portugal, reconhecida em 1143. A partição gradual das duas variantes idiomáticas será inevitável com esta ruptura política, tendo contribuído ainda mais para esta situação a transferência da corte para o sul, após a reconquista desses territórios. A carência de uma unidade política e a inexistência de um centro irradiador comum agravaram as diferenças entre norte e sul do espaço galaico-português, sendo a fragmentação linguística mais nítida a partir dos séculos XIV e XV (MARIÑO, 1998, pp. 104-105).

Com o deslocamento da corte portuguesa para o sul, Lisboa passa a ser o centro do reino, situação bastante lógica, uma vez que, para além da sua

localização central, era a cidade mais povoada e onde se instalou o primeiro porto do país. Assim, será nesta região que se vai moldar o Português moderno, notando-se um certo distanciamento da sua raiz setentrional. Do centro para o sul partiram as inovações e a norma linguística que criaram as características do Português que chegou aos nossos dias.

Quando romance moçárabe, após a reconquista, é substituído pelo idioma dos conquistadores e povoadores, o Galego-Português expande-se pela zona central e meridional de Portugal, ficando definitivamente estabelecido com o repovoamento. Neste período, já se notava uma modernização e evolução gradual da língua e, também, as influências que a ocupação muçulmana teria. Porém, ao longo do processo de repovoamento esta evolução ainda se encontrava em curso, assim a língua que emerge com a consolidação do reino de Portugal é o Galego-Português. Esta revelou-se não só a língua oral do quotidiano, mas também a língua literária, representada nos cancioneros medievais.

Na viragem para o período moderno, vários acontecimentos interferiram na evolução e até difusão do português. Temos como exemplo os descobrimentos e expansão marítima, acontecimentos que levaram a língua portuguesa aos territórios do ultramar, estando ainda hoje, apesar da descolonização, presente no Brasil e nos diferentes países da Ásia e de África, onde os portugueses se estabeleceram. Também na história cultural e literária, que acompanha momentos de mutações nas estruturas sociais e políticas, vamos encontrar alguns dos momentos que determinaram a evolução do nosso idioma e cultura, como foi o caso do Renascimento, o Humanismo, a Inquisição, a Contra-reforma, o Neoclassicismo, o Liberalismo, o Romantismo e o Realismo. As obras de gramáticos, lexicógrafos e filólogos são de grande interesse para entender a história da língua. As primeiras gramáticas do português, sendo pioneiras as de Fernão de Oliveira e de João de Barros, e dicionários de Português–Latim/ Latim–Português, surgem no século XVI por influência do Humanismo. Já a Filologia científica só irá surgir na segunda metade do século XIX, pela mão de Francisco Adolfo Coelho (TEYSSIER, 1980, pp. 36-39).

Finalmente, as influências estrangeiras foram um factor determinante no desenvolvimento do Português moderno, merecendo destaque a questão do bilinguismo Luso-Espanhol. Este facto deve-se a factores como a adopção do Espanhol como segunda língua das classes cultas portuguesas, os laços materiais entre elementos das coroas portuguesa e castelhana e, obviamente, a dominação filipina, que teve o maior peso nesta “impregnação linguística”. Apesar de, com a restauração se ter criado uma reacção “anti-espanhola”, a geração que se formou antes de 1640, irá manter o Castelhana como segunda língua. Este bilinguismo vai estar patente, como seria de esperar, na literatura,

destacando-se obras de escritores portugueses consagrados como Sá Miranda, Francisco Manuel de Melo, Gil Vicente e Luís de Camões, que escreviam também em Castelhana. Em posição contrária encontramos escritores humanistas, como António Ferreira, que revelando um “patriotismo linguístico” recusavam este idioma nas suas obras. Sobre os autores bilinguistas, Paul Teyssier sublinha que estes tinham uma maneira de escrever em Espanhol com características muito peculiares, afastando-se mesmo da sua norma e apresentando na sua pronúncia um sotaque local. O autor refere-se a este fenómeno como os *lusismos* do Castelhana de Portugal. No século XVIII, o lugar deixado vago pelo Espanhol como segunda língua da cultura, será ocupado pelo francês, mas neste caso já não há uma situação de bilinguismo. A literatura francesa vai apenas tornar-se a base da cultura portuguesa, tornando-se também um intermediário de contacto com o mundo exterior (TEYSSER, 1980, pp. 37-38).

Ao longo da sua evolução percebe-se que o Português evoluiu no sentido da *desgaleguização* perdendo o seu carácter primitivo galaico. Ao mesmo tempo, no centro e sul há uma adaptação ao ambiente linguístico moçárabe, sendo neste o espaço que se acabará por formar o Português padrão. D. Afonso III e D. Dinis foram os monarcas portugueses que mais impulsionaram e apoiaram a emancipação da língua portuguesa, promovendo o florescimento da poesia trovadoresca Galego-Portuguesa, bem como a redacção de documentos oficiais e jurídicos em Português e a tradução para este idioma de grandes obras literárias, para que pudessem estar ao alcance da maior parte da população. A fundação da Universidade de Coimbra foi também uma forma de impulsionar a língua portuguesa e conduziu à criação de um eixo Lisboa – Coimbra, que se tornou o centro político, cultural e linguístico do país. Comprova-se mais uma vez que, o idioma cuja génese é o noroeste de Península Ibérica vai acabar por se moldar à tendência mais para sul, afastando-se progressivamente da sua raiz e *desgaleguizando-se* (MARIÑO, pp. 105-106).

Como acabamos de perceber, com a consolidação do Reino de Portugal o Galego-Português evolui, separando-se cada vez mais da sua forma arcaica e tomando características que a tornam mais distinta das restantes línguas peninsulares. Assim, emerge a língua do Estado português, com normas próprias e perfeitamente instituída nos diferentes usos quotidianos – cultura, sociedade, política, economia e religião.

A situação do Galego, na Galiza, vai ter outros contornos. Apesar disso, nos séculos XIII e XIV, esta língua conhece a sua fase de maior esplendor, acompanhando o lirismo trovadoresco Português, sendo empregue em diversas obras de carácter histórico, literário e contemporâneo. O seu uso passava também pela vida quotidiana da população e era empregue nos actos

jurídicos e administrativos, como doações e testamentos (FERNÁNDEZ, 1999, p. 28). Contudo, no século XIV já se pressentia a separação dos dois idiomas. A unidade do Galego-Português manteve-se ao longo da época medieval, essencialmente, ao nível da literatura, sendo que noutras dimensões já eram notórias diferenças entre as duas regiões.

Entre o século XIV e o século XV, no seguimento da política de unificação dos Reis católicos é inevitável uma penetração acentuada do castelhano, criando uma cisão na sociedade galega. De um lado tínhamos uma maioria que falava Galego, frente a uma minoria castelhana com poder económico, político e cultural. Deste facto, resultou a perda da cultura escrita do Galego, que fica confinado à oralidade, em especial no meio rural e núcleos familiares, além disso as práticas religiosas e o ensino, que dependia do clero, passam a ser realizados em Castelhano. A população galego-falante perdeu praticamente toda a influência na sociedade, tendo sido a nobreza galega substituída pela castelhana e os cargos administrativos e eclesiásticos passaram a ser ocupados por pessoas que não eram galegas, que, naturalmente, recorriam ao Castelhano no exercício das suas funções (FERNÁNDEZ, 1989, p. 29).

Os três séculos que se seguiram são denominados de “séculos escuros”. Neste período de tempo é notória a perda do prestígio social do Galego, a par de um esforço para reavivar a tradição linguística por parte de alguns elementos mais instruídos, reivindicando-se por uma maior promoção deste idioma. Mas, ao mesmo tempo, consolidam-se as características do Galego moderno que, ao contrário do Português, que se tornou língua oficial de um território independente, com norma idiomática específica estabelecida, sofreu constantes pressões, devido à existência de uma língua oficial do Estado espanhol. Pelo que, a par das inovações conservou algumas formas mais arcaizantes. No que respeita à cultura e sociedade temos no século XVII alguns autores que escrevem poesia em Galego e no século XVIII homens ilustres que revelam um desejo de recuperação da consciência linguística, entre eles o Padre Martins Sarmiento, que denuncia a marginalização social do Galego na alfabetização, administração e Igreja. As primeiras objecções relativamente à utilização do Castelhano pelo poder político, económico e religioso vão ter lugar nesta altura (*Idem*, pp. 29-30).

As invasões napoleónicas da Península Ibérica, no século XIX, revelaram as fragilidades do poder central e abriram portas para o aparecimento de um movimento de recuperação literária conhecido como *rexurdimento* e a emergência do pensamento galeguista, que se desenvolveu em três fases – o *Provincialismo*, o *Regionalismo* e o *Nacionalismo*. Vários escritores, como por exemplo Rosalía de Castro, investiram na revitalização do galego como língua literária, procurando as suas raízes e empregar as formas mais puras do galego. Na segunda parte deste capítulo dedicar-me-ei às questões que interferiram na situação actual do galego.

Sobre a lenta separação entre os dois idiomas, Ivo Castro conclui que apesar de no período medieval existir nítidas semelhanças entre o Galego e o Português, considerando-se mesmo uma única língua, reconheciam-se já diferenças que mereciam atenção, nomeadamente no que respeita ao uso quotidiano do idioma. Recorrendo à obra do Colectivo Seitura, explica – “En primeiro lugar, que a língua literaria común da época medieval é unha língua convencional, que non sempre reflexa fielmente a realidade da fala; en segundo lugar, [que] a partir do séc. XIV xa se enpezam a advertir diferencias entre os textos escritos ó norte e ó sur do Miño, diferencias que co paso no tempo irán facéndose e mais acusadas ata dar orixe as dúas línguas de hoxe”. Esta situación en muito se deveu aquela cuestión da dependência da Galiza, face à crescente centralização do poder, assumido pelo reino de Castela. Precisamente sobre este caso, o mesmo conjunto de autores diz-nos o seguinte – “ A penetración do Castelán iniciada por Fernando III no século XIII vaise acentuar entre Pedro I e Enrique II. Ó vencer este último, veñen a Galicia os Sarmiento, os Estúñiga e tantas outras casas de nobreza castelá a ocupa-lo lugar da nobreza galega derrotada, que tomara partido polo vencido Pedro I. É o inicio da colonización cultural de Galicia, que se vai consumir plenamente no reinado dos reis católicos (séc. XV), cando os postos chave da administración e da Igrexa galega pasen a ser ocupados por xente de fora que utiliza exclusivamente o castelán. A partir da época renascentista, mentres outras línguas românicas se vem fortalecidas e estandardizadas como línguas dun estado, o galego perde toda a relación coa cultura escrita e vai quedando relegado ó uso oral, nos âmbitos rural e familiar” (Colectivo Seitura, Cit. por CASTRO, 1991, pp. 34-35).

O Galego torna-se, assim, uma das questões mais complexas no que respeita à definição e delimitação do espaço geográfico do Português. A questão que se coloca é bastante simples – o Galego pertence ou não ao sistema linguístico Português? Segundo Clarinda de Azevedo Maia - “ as variedades idiomáticas faladas a norte e a sul do Minho, quer durante o período de relativa unidade linguística, de que pode considerar-se como termo os meados do século XIV, quer nos séculos seguintes, em que devido a várias circunstâncias de carácter histórico e político, se acentuam as divergências, seguindo a língua da Galiza e de Portugal caminhos “históricos” em grande parte distintos, acabando por constituir duas línguas suficientemente diferenciadas, não só quanto a certos aspectos de carácter fonético, mas também fonológico, morfológico, sintáctico e lexical, mas, ao mesmo tempo, estreitamente aparentadas.” (MAIA, (1997, pp. 886-887).

Esta opinião não é compartilhada por Ricardo Carballo Calero⁴, que considerava que do ponto de vista filológico o Galego-português subsistiu: “Galego e português modernos non son senón dúas ponlas do vello tronco comum, o romance medieval bifurcado (...) deberíamos falar dunha lingua da cal é unha derivación o portugués. O portugués aparece así como un dialecto do galego levado cara o sul polos reconquistadores e modificado polas condicións ambientais, especialmente polo arredamento político”. Para este autor, a grande questão residia na independência de Portugal, que conduziu a um desenvolvimento autónomo do Português, que se afirmou como língua do Estado, ao passo que o Galego estagnou e remeteu-se ao estatuto regional. Considerava que o “galego (-português)” acabou por se dividir em dois complexos dialectais: o Galego (moderno) e o Português. Porém, entendia que, o primeiro representava o “tronco primitivo. Ten conservado formas arcaicas que o portugués perdeu” (CARBALLO, 1971, pp. 214-215).

Paul Teyssier coloca também algumas questões interessantes inerentes à separação entre estes dois idiomas, passo a citar as duas que me pareceram mais pertinentes. A primeira questão é a seguinte - “pela sua fonética, pela sua morfologia, pelo seu vocabulário, pela sua sintaxe e mesmo pela sua ortografia, este galego moderno é já uma língua diferente do português?”. A resposta que dá é afirmativa, mas Teyssier sublinha que é suficientemente próxima para que haja uma fácil intercompreensão e para que, por vezes, ambas se confundam. A segunda questão tem um óbvio interesse e prende-se com a “maneira como os falares galegos são percebidos e julgados pelos portugueses”. Para o autor houve sempre um certo desdém relativamente ao idioma da Galiza, isto porque até ao século XIX este era visto como “arcaico e provincial”. O galego, enquanto povo, era figura recorrente no teatro popular. Havia a figura típica do “galego de Lisboa, que exercia funções pouco prestigiadas e que se caracterizava pela sua linguagem possuidora de traços próprios dos falares portugueses do extremo norte do país”. Assim, a língua que até finais da Idade Média tinha contribuído para a norma linguística em vigor, passa para o pólo oposto, contrapondo a sua rusticidade à urbanidade de Lisboa (TEYSSER, 1980, pp. 39-41).

Para Elias Torres Feijó esta questão é muito mais complexa, ultrapassa a componente linguística e tem um forte factor social. Questionado sobre se Galego e Português são a mesma língua a sua resposta é a seguinte : “Do ponto de vista linguístico, físico e historicamente, sem dúvida. Agora aqui este não é o problema, mas sim o que queremos que seja, se a mesma língua ou duas línguas (...) isto é uma questão do que se quer. E eu entendo que uma língua, tem um elemento identitário, tem um elemento de coesão social, tem

⁴ Ricardo Carballo Calero (também Ricardo Carvalho Calero segundo a grafia lusista) – nasceu em Ferrol (Corunha), em 1910. Foi poeta, escritor e professor de Linguística e Literatura Galega na Universidade de Santiago de Compostela. É considerado um dos grandes teóricos do reintegracionismo, sendo reconhecido o seu papel na elaboração e defesa da norma reintegracionista. Faleceu em 1990.

um elemento de acesso a bens, tem um poder de comunicar, tem portanto um importante conjunto de utilidades. E todos esses elementos conduzem a pensar para o benefício, para o alargamento, por partilha identitária com as suas singularidades, etc...que há que interpretar o galego como uma variante do português.” (v. transcrição da entrevista realizada a Elias Torres Feijó em anexo).

Como podemos inferir destas declarações há uma relação directa entre os acontecimentos históricos e a História da língua galega. O fracasso do processo de construção nacional da Galiza teve consequências para o seu idioma, situação óbvia no processo de integração na coroa castelhana que conduziu a uma submissão da comunidade galego-falante. A partir de finais do século XV, apesar de ainda ser falado pela maioria da população, o Galego é rejeitado nas funções políticas e de maior valor simbólico, iniciando-se um incipiente processo de substituição linguística. A par da influência castelhana, os grandes obstáculos à autonomia do Galego foram o seu carácter arcaizante e o polimorfismo, consequências “do facto de nunca se ter constituído, na Galiza, uma norma linguística e de nunca se ter estabelecido a unidade idiomática da língua literária” (MAIA, 1997, pp. 892 – 895).

Passando agora a uma análise do domínio actual do Português e da sua delimitação geográfica, encontramos um idioma que se estende numa área vasta e descontínua, “internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário”. O Português, que expandiu para além da sua zona de origem, fruto do processo de expansão portuguesa, apresenta uma notória coesão nas suas variedades, independentemente do seu afastamento espacial. Também dentro do território português é evidente a homogeneidade linguística sendo parcas as diferenças dialectais do idioma. Mas “unidade não é igualdade”, podendo dividir-se a faixa ocidental da Península Ibérica, que o Galego-Português ocupou, em três dialectos. A divisão actualmente aceite é a que Lindley Cintra apresenta na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, realizada a partir das “características diferenciais de tipo fonético”, as sibilantes. Os três grupos são assim os dialectos galegos, os dialectos portugueses setentrionais e os dialectos portugueses centro-meridionais (CINTRA; CUNHA, 1984, pp. 9-10).

Para o português comum, tenha ou não a noção da existência de variedades dialectais, é, provavelmente, nítida a distinção entre os falares dos portugueses do norte e os portugueses do sul. A situação é um pouco diferente no caso dos dialectos galegos, que ainda que compreendido pelos elementos que falam os outros dialectos, não é conotado intuitivamente como uma variedade do português, exceptuando os membros que possuam uma certa cultura histórica e linguística sobre o tema. Aliás, a inclusão do Galego no espaço dialectal Português é um fenómeno da investigação moderna.

Actualmente, a relação e semelhança entre o Galego e o Português está longe de ser uma questão pacífica, gerando mesmo controvérsia e conflitos. Os grandes problemas que o Galego enfrenta actualmente prendem-se exactamente com a sua normalização e o estabelecimento de uma unidade idiomática. A controvérsia ultrapassa o debate entre linguistas e a existência de diferentes percepções relativamente ao Galego, revestindo-se de um carácter sócio-político. Como vamos ver em seguida, a falta de um entendimento entre os que defendem a norma reintegracionista e os que defendem a norma actual, a isolacionista, tem vindo a prejudicar largamente a afirmação do uso Galego face ao Castelhana.

Na segunda parte deste capítulo e seguintes vamos perceber que língua e política são dois conceitos intimamente ligados. A língua é um elemento característico da racionalidade humana, um instrumento da criação do homem em sociedade e a base da sua construção. Na sua essência é uma *criação* da comunidade e não apenas da classe dominante, contudo, é fortemente manipulável por esta. Assim, o imperialismo político e económico não se pode separar do imperialismo linguístico, ou seja, a uniformidade política requer uniformidade da língua, de modo a melhor impor as directivas políticas, económicas e culturais do Império ou Estado. Com o florescimento do conceito de Estado-nação desenvolve-se o Estado capitalista e burguês, que a nível das línguas teve como consequências o desprezo e desvalorização dos traços culturais dos povos dominados. Por exemplo, durante o período colonial verificou-se um enorme desprezo pelos valores próprios do colonizado, levando a situações de violências e imposição da cultura dominante. À medida que a sociedade se encaminha para o capitalismo, a língua surge quase como um valor feudal e não um valor social de uma cultura. Nota-se aqui uma visão historicista simplista e reaccionária que estabelece uma relação directamente proporcional entre atraso económico e sobrevivência de línguas não normalizadas. Para Francisco Rodríguez, a questão é precisamente a contrária, isto é, se há uma situação em que se ultrapassa um atraso económico, então a língua tem melhores condições de sobreviver, desenvolver e normalizar. Portanto, a soberania económica e política conduz à soberania cultural (RODRÍGUEZ, 1991, pp. 11-15).

Para Xosé Manoel Núñez Seixas e Henrique Monteagudo, na Galiza há uma relação problemática entre língua e identidade, o que provoca e cria algumas situações paradoxais. Os autores referem três exemplos: uma notável preservação da língua própria que se conjuga com uma fraca consciência nacional diferenciada; a mobilização de línguas minoritárias, mas enérgicos e com impacto forte em sectores como o ensino; a maior preponderância do nacionalismo galego em sectores que linguisticamente estão mais galeguizados, como a juventude e as cidades (MONTEAGUDO; NÚÑEZ, 2001, p.33).

2.2 - A língua da discórdia: situação actual do galego

A partir do século XIX, evidenciam-se os primeiros sinais de luta pela recuperação da autonomia na Galiza e a língua galega emerge como o principal elemento de identidade a revigorar. Apesar de uma notável revitalização do idioma e sua dignificação, não se conseguiu evitar a posterior castelhanização de importantes grupos de falantes galegos, ainda que tivesse havido alguma pressão para o impedir. De facto, há toda uma conjugação de factores, ao longo da história da Galiza e do Galego, desfavoráveis à sua emancipação. Uma das causas principais é, como já referi, a penetração do Castelhana na sociedade galega promovida pela aristocracia civil e eclesiástica, que obviamente detinha mais influência social. Mas outros factos interferiram ao longo da história, merecendo destaque: a agudização da força coerciva do Estado espanhol que procura impor o castelhana como língua de toda a Espanha; o aumento da mobilidade social e da interacção entre indivíduos e grupos, consequência do fim do Antigo Regime, verificando-se frequentemente fenómenos de alteração linguística, optando-se pelo idioma mais prestigiado socialmente, nos casos de mobilidade ascendente; a generalização do conhecimento do Castelhana e progresso real do seu uso na sociedade na século XX, situação coincidente com uma das etapas mais repressivas da História de Espanha, a ditadura franquista, que se estende de 1936 a 1977, na qual se negam e reprimem as línguas minoritárias (MARIÑO, 1998, pp. 13-15).

Os primeiros passos em direcção à recuperação do Galego são já dados no século XVIII, sendo os principais mentores o Padre Feijoo⁵ e Frei Martín Sarmiento⁶, que publicaram dicionários e estudos de linguística galega. Contudo, deve ser salientado que estes trabalhos foram escritos em castelhana, provavelmente para chegarem a um número maior de pessoas. Será no século XIX, quando surgem os primeiros indícios de um movimento galeguista, que se assiste ao *rexurdimento* literário, ao mesmo tempo que o poder central impõe medidas pela uniformização do castelhana, proibindo nas escolas o ensino em Galego, tal como aconteceu com o Basco e o Catalão.

⁵ Benito Jerónimo Feijoo y Montenegro (1676 – 1764) – Frade beneditino, nascido em Orense. Foi Professor de Teologia na Universidade de Oviedo, ensaísta e um dos mais importantes filósofos da língua espanhola do século XVIII.

⁶ Martín Sarmiento (1695-1772) – este beneditino, também conhecido como o Padre Sarmiento, foi um importante escritor galego e erudito do século XVIII. Publicou várias obras de reflexão sobre literatura e a língua galega.

Mas esta postura não impediu a publicação de obras em nesta língua, destacando-se a poesia de Rosalía de Castro⁷, em *Cantares Gallegos* ou *Follas Novas*. Nas obras desta época nota-se uma nítida diferença na ortografia galega, em relação à que era empregue nos documentos medievais, acontecendo o mesmo com o Português. Estes escritos galegos revelavam ainda uma falta de uniformização, notando-se que diferentes escritores empregavam a variedade dialectal da região de onde eram provenientes. Tal situação apelava à necessidade de se promover uma norma literária, iniciativa que ainda hoje é alvo de controvérsia. A partir deste ressurgimento será notória a tentativa dos escritores galeguistas, no geral, de separar o mais possível o Galego do Castelhana (CASTRO, 1991, p. 36)

No século XX são delineadas as primeiras tentativas de normalização do Galego, definindo-se duas correntes que ainda hoje se destacam no panorama linguístico. De um lado encontramos o reintegracionismo, cujos defensores “reivindicam o passado galego-português como meta a recuperar, advogando uma maior aproximação cultural e linguística do galego ao português e adoptando na língua literária as soluções portuguesas, em substituição das castelhanas”. Do outro lado, temos a norma isolacionista, que é actualmente a oficial e defendida pelo Instituto da Língua Galega (ILG) e da Real Academia Galega (RAG). O isolacionismo procura uma “crescente autonomização da língua literária, com rejeição tanto de castelhanismo como de lusismos, o que pode manifestar-se na criação de neologismos hiper-galeguistas”. As grandes diferenças entre ambas as correntes encontram-se ao nível da ortografia. Os reintegracionistas defendem plenamente a adopção da norma oficial portuguesa e rejeitam a ortografia oficial galega de cariz autonomista patente nas propostas do ILG e da RAG. Apesar de defenderem os aspectos morfológicos do Português, não fazem concessões nas produções fonéticas, que se devem manter galegas (*Idem*, pp. 36-37).

A aprovação da norma galega é essencialmente uma questão sócio-linguística, esta ala é de tal modo importante que se sobrepõe aos problemas inerentes à ortografia, à gramática, à história e mesmo ao problema da relação do Galego com o Português. Na perspectiva de Ricardo Carvalho Calero, figura principal da ortografia reintegrada, para que esta norma vingasse seria necessário, em primeiro lugar, a implantação social do idioma: “Mal podemos atingir umha norma ajeitada para standardizar a nossa fala, se nom conseguimos antes que realmente essa fala seja nossa”. Ou seja, antes de se pensar no problema da normatização é imprescindível que “a sociedade galega fale e escreva galego a todos os níveis. Logo já se resolverá o problema

⁷ Rosalía de Castro (1837 – 1885) – nasceu em Santiago de Compostela e é uma das mais importantes escritoras e poetisas galegas, sendo responsável e grande impulsionadora do movimento de recuperação do Galego no período moderno. O seu primeiro livro escrito em Galego, *Cantares Gallegos*, foi publicada em 1863, e é considerada a obra que inaugura a literatura galega moderna.

da normativizaçom”⁸. Para o filólogo Francisco Fernández Rei, defensor da ortografia oficial autonomista, a questão da normalização da língua galega revela um grande problema de falta de uma política linguística: “Fai falta unha política linguística (hoxe inexistente) por parte do Goberno Autonómico que permita que o galego – lingua propia de Galicia – sexa plenamente normal para os seus usuarios. Parece necesaria e urxente unha vontade política seria de recuperación do galego, co fin de evitar que o principal sinal de identidade deste Finisterre da Romania sexa fagocitado polo español”⁹. Relativamente à questão das afinidades do Galego com o território linguístico português, este autor considera que do ponto de vista exclusivamente linguístico, podemos considerar que estamos perante um único idioma, contudo, “no plano da língua comum, e desde unha perspectiva sociolingüística, hai no actual occidente peninsular dúas línguas modernas, com diferencias fonéticas, morfosintácticas e léxicas”¹⁰ (Cit. por CASTRO, 1991, pp. 37-38).

Em suma, o reintegracionismo é um movimento que visa “reintegrar as falas galegas do Norte da raia (e leste da Comunidade Autónoma da Galiza, nas comarcas limítrofes do chamado galego oriental) no seio da língua inicialmente galaico-portuguesa e hoje internacionalmente conhecida como portuguesa, enfim reconstituir a unidade da língua nada na velha Galécia” (DURÃO, 2008, p. 35).

O termo *reintegracionismo* é massivamente empregado em finais da década de 70 e inícios de 80. Porém o conceito já estava espelhado anteriormente na obra de vários intelectuais. Nos anos 20, Murguía¹¹ já utilizava o termo “reintegração” para se referir à cultura galego-portuguesa e ao seu idioma, que considerava o mesmo, mas com características diferentes. Antón Vilar Ponte¹² usava o termo “unificação” e considerava o Português como a forma moderna do Galego e com a vantagem de se ter afirmado como a língua de um Estado. Xoán Vicente Viqueira¹³ considerava, igualmente, o

⁸ CARVALHO CALERO, Ricardo – “Situaçom presente e orientaçom futura dos problemas gerais da nossa língua” – in *Agália*, nº 7, Ed. Associação Galega da Língua, [S.l.], 1986, pp. 251-255.

⁹ FERNÁNDEZ REI, Francisco – “Posición do Galego entre as linguas românicas” – in *Verba*, nº 15, Ed. USC, 1988, pp. 79 – 107)

¹⁰ FERNÁNDEZ REI, Francisco – “Dialectoloxia da lingua galega” – Ed. Xerais de Galicia, 1990, pp. 17-18.

¹¹ Manuel Murguía (1833 – 1923) – historiador galego, membro do importante grupo de escritores compostelanos. Foi casado com Rosalía de Castro, com quem partilhava os mesmos interesses intelectuais, a vocação literária e a defesa dos valores galegos. A sua obra mais emblemática *Historia de Galicia*, que se divide em 2 tomos que foram publicados entre 1865 e 1866, é vista com a base conceptual do nacionalismo galego.

¹² Antón Vilar Ponte (1881-1936) – escritor, jornalista e um dos grandes ideólogos do nacionalismo galego. Teve um papel muito importante na criação, em 1916, das *Irmandades da Fala*, associação nacionalista que lutava pela defesa e dignificação do galego. Escreveu várias obras sobre nacionalismo e galeguismo.

¹³ Xoán Vicente Viqueira (1886 – 1924) – natural de Madrid, mas cedo sua família se mudou para a Galiza. Filósofo, poeta e ensaísta e professor de Filosofia nas Universidades de Santiago de Compostela da Corunha. Publicou vários artigos sobre teoria nacionalista, a importância das escolas para a

Galego como uma forma do Português (comparando com a situação entre Andaluz e Castelhana), como tal deveria ser aplicado o mais próximo possível deste, pois esse é o seu âmbito natural. Também Castelao¹⁴, mesmo no exílio, manifestava o seu desejo de ver o Galego aproximar-se do Português. Ernesto Guerra Cal (1911–1994), filólogo e escritor galego, foi um dos precursores do reintegracionismo contemporâneo, e defendia a necessidade de reunião entre portugueses, galegos e brasileiros no lançamento das bases da reforma ortográfica.¹⁵ Outra das figuras-chave do reintegracionismo contemporâneo foi Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989), filólogo português, natural de Anadia, que manifestava a sua solidariedade com os galegos, considerando uma injustiça a desconsideração oficial pela especificidade do seu idioma. Na sua opinião, o Português actual apresenta a forma que teria o Galego se não tivesse sido desviado da sua evolução natural (DURÃO, 2008, pp. 36-38). Também as *Irmandades da Fala* lutaram a favor da unificação com o Português, defendendo que este e o Galego tinham que ser consideradas a mesma língua, opinião compartilhada pelos membros do grupo Nós e do Seminário de Estudos Galegos.

Para Bernardo Penabade, a situação actual do galego na Galiza é caracterizada da seguinte forma: “o panorama linguístico na Galiza é enormemente complexo e é lógico que apresente sérias dificuldades para ser entendido por outros lusófonos (nomeadamente pólos portugueses por pertencerem a um Estado com unidade nacional e linguística de facto)”. Refere-se, neste caso, à concepção moderna que equaciona um Estado, uma nação, uma língua. Os grandes problemas do Galego contemporâneo encontram-se na sua fragmentação, na falta de consenso relativamente à norma a aplicar e na existência, digamos assim, de vários agentes de (des)galeguização. Esta fragmentação pode ser esquematizada da seguinte forma: “aqueles que apostam por substituir um idioma (galego-português) por outro (castelhano) e os que preferimos o convívio entre os dous; os que sentem o idioma próprio como um obstáculo para o progresso (os partidários do “ponto

galeguização dos mais jovens, a necessária normalização do idioma Galego e revisão ortográfica seguindo a grafia histórica

¹⁴ Alfonso Daniel Rodríguez Castelao (1886-1950) – político, escritor e um dos mais importantes ideólogos do nacionalismo galego. Foi um dos fundadores das *Irmandades da Fala* e da Revista *Nós*, que debatia sobre questões da vida política e cultural da Galiza, entre 1920-1936. Com o início da ditadura franquista acabou por se exilar em Buenos Aires, onde viveu o resto dos seus dias. Mesmo no exílio continuou a defender os valores da cultura galega, publicando, em 1944, a obra que é considerada a Bíblia do nacionalismo galego, *Sempre en Galiza*.

¹⁵ Em “Lua de Além Mar” escrevia: “consideramos pois, iniludível a nossa reintegração no perímetro e nas correntes universais do «mundo que o português criou» aquém e além-mar. O verdadeiro meridiano espiritual da Galiza passa por Lisboa e pelo Rio de Janeiro – e quanto antes recomeçarmos esta verdade, antes se abrirão à nossa antiga voz recuperada as possibilidades de ecoar fora dos restritos confins comarcais nos que nós estamos fechados, cegos às vastas perspectivas que temos diante dos olhos” (DURÃO, 2008, p. 37, cit. GUERRA CAL, Ernesto – *Lua de Além Mar* – Ed. AGAL, Vigo, 1991, p. 63).

final”) e aqueles que apostamos pola continuidade, que falamos como o faziam os nossos antepassados e que, aliás, também escrevemos a mesma língua (novidade social vedada às gerações anteriores) ” (PENABADE, 2008, p. 543).

A relação entre o idioma que falam os galegos e o nacionalismo galego caracterizou-se, desde a origem deste movimento, a nível político por uma “arritmia evolutiva”. Observa-se na Galiza que “la conciencia lingüística diferencial y la politización conciente de esa conciencia es menor que en Cataluña o incluso que en Euskadi. Aunque el principal rasgo definidor de qué es un gallego se sigue cifrando por la mayoría de la población en la posesión de una lengua propia, la conciencia de diferencialidad existente no se traduce políticamente en conciencia nacional gallega de modo mayoritario ” (NÚÑEZ, 1997, pp. 165-166). O galeguista Ramón Piñero sublinhava a importância do monolinguismo e punha o idioma num lugar central do nacionalismo: “A língua ven a ser a alma viva do pobo que a fala, ven a ser a sua comunidade esencial. Entre tódolos factores de natureza comunal que gobernan a vida social, a língua é o máis espontáneo, o máis íntimo e tamén o máis común e duradeiro.” (Cit. por NÚÑEZ, 1997, p. 176). Estas palavras exprimem no fundo o sentimento de muitos galeguistas, pois apesar de notarem algumas concessões e instabilidade neste domínio, tal não significa que o galego não tenha sido um elemento fulcral, actuando na definição da identidade nacional do povo galego. Idioma e militância política são, no fundo, dois pontos que se unem, inevitavelmente, estabelecendo-se um paralelo entre *unidade lingüística* e *identidade nacional*.

Essa consciência diferencial/nacional evoluiu notoriamente na década de 90 do século XX, com maior incidência nos sectores mais jovens e nos meios urbanos, que sustentaram o crescimento eleitoral do Bloque Nacional Galeguista (BNG). Em termos do uso da língua, esta tendência não influenciou uma recuperação massiva do número de galego-falantes iniciais, entre os jovens residentes nas cidades (sector onde, sem dúvida, a presença do Galego é mais frágil), aumentando, sim, a percentagem de neo-falantes e também a competência no domínio do idioma. Não parece haver, também, uma relação entre o aumento do eleitorado nacionalista e o crescimento dos movimentos pela normalização plena do galego (NÚÑEZ, 1997, pp. 166-168).

Para Núñez Seixas, este paradoxo entre idioma e nacionalismo galego provém da existência de uma espécie de desencontro histórico entre nacionalismo galego, a sua proposta lingüística e a consciência idiomática dos galegos. Para esta situação concorreram três factores: a falta de um acordo dentro do próprio nacionalismo, no que respeita à norma a adoptar para o idioma Galego, verificando-se uma super-divisão de opiniões; a fraca consolidação do mercado cultural galego, sendo ainda muito poucos os livros publicados nesta língua; finalmente, o processo de diferenciação que se assiste na Galiza, com a desvalorização do Galego “popular”, a aprovação do Galego “oficial”, que é empregue pelas instituições galegas e comunicação social

desde 1980 e a persistência do debate pela divisão do idioma em diferentes normativas dentro do nacionalismo galego. Apesar destas concepções, tal não significa que hoje em dia o idioma não seja um elemento central do discurso ideológico galego, bem com da construção da sua identidade. Apenas lhe falta consenso (NUÑEZ, 1997, p. 170).

Desde a fase regionalista do *Galeguismo*, ainda que de forma mais moderada, que o idioma era visto como um elemento primordial, um “factor genético” na criação da nacionalidade galega. Nesta linha de pensamento, quando se dá o *Rexurdimento*, o idioma Galego surge como elemento constitutivo da identidade diferencial da nação, daí que se promova o seu uso oficial, a sua difusão social e cultivo literário. Mas será com as *Irmandades da Fala*, organização cujo aparecimento e relevância irei falar no capítulo seguinte, que iremos assistir a uma verdadeira promoção e introdução do Galego em produções literárias e científicas, imprensa, publicações periódicas e de propaganda. Nesta fase é esboçado um *standard* linguístico, com características demasiado eruditas para chegar à população em geral, gerando confusão entre o Galego comum e o Galego popular. Este distanciamento tornou-se ainda maior devido à carência de uma norma devidamente estabelecida e acessível nos anos 20 e 30 do século XX. Quando, finalmente, se começam a reunir esforços para elaborar a norma, o processo não é bem sucedido devido à nova fase da História de Espanha, protagonizada por Franco. O galego fica assim dividido em dois mundos distintos – o dos intelectuais e o das classes populares. A esta questão junta-se a falta de estandardização do galego, pelo que se explica as dificuldades de afirmação deste idioma (*Idem*, pp. 172-173).

Apesar da repressão imposta pelo General Franco sobre as línguas minoritárias, o processo de emancipação do galego não foi totalmente eliminado. No entanto, o facto de a ditadura ter irrompido exactamente quando se iniciava uma importante fase de difusão linguística, debilitaram e dificultaram este processo. A situação torna-se mais difícil de contornar com a aceitação de uma cultura *oficial* galega representada pela Real Academia Galega, que era apoiada pelo regime franquista, logo, como seria de esperar, fortemente castelhanizada (NUÑEZ, 1997, pp. 175-177).

Ao longo deste período foi vital a produção cultural dos intelectuais exilados, mantendo a tradição política e cultural galeguista. Mas, como é óbvio, devido à distância e à situação política do país não era possível reiniciar um adequado processo de normatização do Galego. A criação da *Editorial Galáxia*, em 1950, foi outro elemento, apesar de moderado, fundamental para a continuidade do *galeguismo* sobrevivente, publicando e difundindo importantes obras em Galego e traduzindo clássico da literatura neste idioma. Na década de 50 e 60 revelam-se várias tentativas dos galeguistas históricos em fixar uma norma, de forma a acabar com essa espécie de “anarquia” a que se assistia no uso do Galego, em que cada autor escrevia praticamente à sua maneira. Ao

mesmo tempo, começa a haver uma aproximação dos jovens ao *nacionalismo*, que mantêm o legado e uma doutrina assente na defesa do idioma Galego. Estes jovens revelavam ideias muito semelhantes às dos galeguistas históricos, eram mais radicais e criticavam a postura moderada e submissa do grupo *Galáxia* e das novas organizações políticas da esquerda nacionalista, que pretendiam tomar o lugar do antigo Partido Galeguista (NÚÑEZ, 1997, pp. 175-177).

A repressão franquista, a par do despertar da consciência de luta contra essa opressão e a imposição cultural castelhana, praticada pelo Estado, conduziu à expressão de um conflito linguístico nos discursos da esquerda nacionalista, a partir da década de 70 do século XX. A partir de 1966 começam a ser reunidos esforços para a normativização do idioma Galego, sendo Ricardo Carballo Calero um dos grandes mentores destas iniciativas. Na apresentação das várias propostas é discutido o lugar do idioma Português. Apesar de haver algum receio de se criar uma confusão entre os dois idiomas, reconhece-se a identificação e a aproximação ao Português, ao mesmo tempo que se expressa a vontade de diferenciação perante o Castelhana (*Idem*, *Ibidem*).

Com o fim do regime franquista e a transição para a democracia, a Galiza é reconhecida pela Constituição de 1978 como *nacionalidade histórica* e o Galego é reconhecido como a língua do povo galego, co-oficial com o Castelhana. Com a elaboração do Estatuto de Autonomia, aprovado em 1981, torna-se premente a instituição de uma norma oficial do idioma Galego. A partir daqui o afastamento entre isolacionistas e reintegracionistas torna-se inevitável. A norma aprovada, a isolacionista, foi elaborada sem o protagonismo dos mais importantes intelectuais do *nacionalismo* galego, como por exemplo Ricardo Carballo Calero, que optou por enveredar pela norma reintegracionista. A norma oficial afastava tanto as influências portuguesas, como as influências castelhanas, não conseguindo, no entanto, evitar uma grande colagem a esta última. Este facto causou grande insatisfação perante a norma oficial, sendo os isolacionistas, a Xunta da Galiza e a Real Academia Galega frequentemente acusados de cederem às pressões do Governo central. No entanto, é a partir deste momento que há uma verdadeira promoção do Galego nas escolas, na comunicação social, em vários tipos de publicações, bem como noutras esferas da sociedade.

A maior oposição à norma oficial foi protagonizada por reintegracionistas, que, em 1981, criam uma organização, a Associação Galega da Língua (AGAL), para promover as suas actividades e ideologia. A par desta surgem outras organizações criadas por grupos menores, como o Movimento de Defesa da Língua. Existe também um tipo de oposição mais moderada e mais popular, que propõe uma espécie de reintegracionismo “de mínimos”. Esta posição por ser mais prudente é aquela que atrai mais o nacionalismo político, como é o caso do BNG, que propunha a elaboração de

uma nova norma mais consensual, articulando uma política de normalização linguística diferente, superando as contradições e falta de disponibilidade revelada pelo Partido Popular. Porém, o grande resultado de todas estas discussões foi a falta de consenso e a falta de colaboração entre os seus protagonistas (NÚÑEZ, 1997, pp. 180-181).

Como se depreende dos elementos acima expostos, a Galiza encontra-se dividida entre dois centros políticos (Santiago e Madrid) e duas línguas. Este “convívio desequilibrado” como é natural resulta em tensões, destacando-se quatro meios férteis a esta situação: a escola, a família, a Igreja e os meios de comunicação, que para Penabade funcionam, frequentemente como elementos desgaleguizadores. Este autor denuncia que, nas escolas, “a alfabetização é feita em função do critério particular da pessoa encarregada dessa tarefa”, sendo obviamente favorecido pela rotina o Castelhana. Na família, destaca três tipos de atitude: a opção pelo idioma que é habitual em cada família – o Galego-Português ou o Castelhana; por outro lado há os pais que falam Galego-Português entre si alternando com o Castelhana quando falam com os mais novos; finalmente, as famílias que independentemente de falarem predominantemente o Castelhana, esforçam-se por ensinar o Galego-Português aos filhos. Esta situação processa-se da mesma forma na Igreja, verificando-se uma adaptação ao ambiente linguístico da paróquia e dos próprios párocos, nas diferentes actividades eclesiais. Nos meios de comunicação, o Galego-Português protagoniza ainda uma situação de grande adversidade (PENABADE, 2008, pp. 543-544).

Do ponto de vista gráfico há um evidente caso de dualismo, não existindo uma norma escrita unanimemente aceite. Coexistem dois modelos próximos mas diferentes, o isolacionista e o reintegracionista, ou, como diz o autor, o dos que escrevem *camiño* e dos que escrevem *caminho*, respectivamente. Mas mais importante que as diferenças na formulação gráfica, é o facto de ambas as correntes revelarem diferenças nas concepções do idioma Galego. Na perspectiva dos isolacionistas, o Galego é uma língua tão independente do Castelhana como do Português, porém as suas normas adoptam praticamente elementos, como o alfabeto, a morfologia, o léxico e a acentuação, do castelhana. Por seu turno, os reintegracionistas são apologistas de que o Galego deve ser integrado no seu complexo de origem, o Galego-Português, que se estrutura actualmente em três normas – a portuguesa, a brasileira e a galega (*Idem, Ibidem*).

O convívio na Galiza de duas comunidades linguísticas, sendo que uma delas se subdivide em dois sistemas alternativos, colocou numa situação de clara desvantagem o Galego perante o Castelhana, pois este último acaba por ser mais coerente. A AGAL surgiu, essencialmente, da necessidade de criação de uma alternativa que aglutinasse, que desse coesão, à sociedade galega, passando alguma da teoria delineada pelas *Irmandades* e pelo *Partido Galeguista* (PG), mas promovendo a aproximação ao Português. Actualmente

este é o principal organismo do *reintegracionismo* Galego-Português, procurando potenciar o uso quotidiano da língua e reintegrá-la na sua área cultural original. Nas últimas décadas do século XX, este organismo foi responsável por grandes iniciativas de regeneração cultural na Galiza, defendendo a “continuidade de um sistema (o galego-português, o nosso próprio), perante as hesitações, a incoerência e a submissão do galego-castelhano, impulsionado pela oficialidade política”. Este tipo de proposição era, como ressalta o autor, em 1981, completamente revolucionária, o que resulta da intervenção, na sua fundação, de nomes de grande força galeguista, como Pondal¹⁶, Viqueira, Vilar Ponte e Castelao (PENABADE, 2008, p. 545).

Mais de 25 anos após a sua criação, a AGAL tem-se revelado vital na aproximação cultural e linguística entre o Galego e o Português, contando já com inúmeras realizações. Por exemplo, a sistematização do reintegracionismo, dotando-o de um *corpus* gráfico, morfológico e de orientação lexical, com o objectivo de melhor orientar os seus utilizadores, bem como facilitar a sua aprendizagem. A nível académico, a publicação de livros que serviram de base documental aos cursos de Galego-Português na Galiza. Além-fronteiras foram convocados congressos internacionais, bem como simpósios na área da linguística e literatura. Desde 1985 que se publica a Revista de Ciências Sociais e Humanidades *Agália*, actualmente com mais de 80 números. A censura editorial foi ultrapassada, reunindo-se fundos para a publicação de obras, anteriormente rejeitadas, de Carballo Calero ou de Ernesto Guerra da Cal, para este efeito foi essencial o papel de editoras como a Sotelo Blanco e Laiovento, no apoio ao *reintegracionismo*. A AGAL é apresentada como motor de socialização, graças às suas publicações, cursos, actividades de divulgação e reivindicação, impulsionando o aparecimento de uma série de grupos reintegracionistas, em especial na década de 90, que promoviam nas suas actividades o Galego-Português. Actualmente, a AGAL possui um portal na *Internet*, constantemente actualizado e que serve de ponto de encontro para a lusofonia galega (*Idem*, pp. 548-549).

Apesar de se terem feito progressos notáveis, para Clarinda de Azevedo Maia é imprescindível que a normalização do Galego se faça a partir do Galego, sendo necessário o conhecimento da tradição gráfica do idioma desde a época medieval para o estabelecimento dessas suas características actuais. (MAIA, 1997, p. 887)

As dificuldades impostas à normativização continuam a ser imensas, impedindo que o Galego vingue na Galiza. Um dos grandes entraves sublinhados por Ivo Castro consiste no problema de impor uma norma num meio dialectal diversificado, o que resulta em dificuldades de adaptação à realidade da fala. Por outro lado, a centralização manteve-se, o poder do

¹⁶ Eduardo Pondal (1835-1917) – tal como Rosalía de Castro é um dos maiores poeta regionalistas galegos, grande percursor do galego na literatura moderna, defensor da cultura e língua galega e da liberdade do povo galego.

Castelhano acabou por se fortalecer, em grande parte graças à cultura dos *mass media*. O atraso nas aspirações de afirmação do Galego e a sua instabilidade, acabaram por dificultar a sua sobreposição face ao Castelhano. Finalmente, ressalta a falta de cultura linguística galega nas novas gerações, o que frequentemente resulta de um meio familiar onde prevalece o Castelhano, não havendo nos próprios pais a iniciativa de incutir a língua da nação. Apesar destes embaraços, na actualidade, o Galego tem maior possibilidade de se afirmar do que acontecia nas décadas em que vigorava a repressão e o regime ditatorial (CASTRO, 1991, p. 39).

Outros problemas surgem, nomeadamente ao nível da legislação. A Lei da Normalização Linguística apresenta, na opinião de Henrique Monteagudo e Núñez Seixas, duas grandes insuficiências. Em primeiro lugar, o facto de não explicitar os deveres de algumas entidades e funcionários da administração pública, nomeadamente os professores, em relação à utilização do idioma Galego, a par da falta de estipulação dos direitos de indivíduos e entidades, como os consumidores em relação aos funcionários da administração pública, de instituições e empresas públicas ou privadas. Em segundo lugar, ressaltam a falta de atenção dada à dimensão económico-laboral, de forma a evitar a discriminação da população galego-falante. Há apenas referências, muito vagas, revelando alguns intentos de fomento do Galego nas actividades mercantis, publicitárias, culturais e associativas, por exemplo (MONTEAGUDO; NÚÑEZ, 2001, p. 60).

Uma questão que merece ser frisada relativamente à relação entre a ideologia política e o idioma é que nem todos os nacionalistas são reintegracionistas, ainda que o contrário não possa acontecer. Algumas organizações nacionalistas, apoiam a norma isolacionista e manifestam-se contra os reintegracionistas. Na opinião destes grupos, o *reintegracionismo* desvia o *nacionalismo* do seu principal objectivo – a soberania política da Galiza e a plena normalização linguística. Actualmente, são várias as opiniões que concordam que o *reintegracionismo* não tem feito senão dividir e confundir a população galego-falante, prejudicando fortemente a plena asserção do idioma galego. A insistência em posições mais radicais, acarreta riscos como o afastamento da população e a “guetização” das posições mais idealistas. Mais do que a forma como se fala Galego, actualmente é urgente que se o fale. Ou seja, que o Galego chegue cada vez mais à população e que se torne a primeira opção linguística, em especial entre os mais jovens e entre a população urbana, para que o Galego se liberte da imagem de língua arcaica, associada aos mais velhos e ao mundo rural. Como o salienta, Monteagudo e Núñez Seixas, independentemente de o Galego ser, no presente, a língua inicial e usual da maioria dos galegos, a questão que os autores sublinham é a sua vitalidade e o contexto em que este facto se insere. O que se observa é a seguinte situação: “el idioma ha sobrevivido fundamentalmente en la mesma medida en que importantes sectores del país han permanecido apegados a

modos de vida tradicionales, al margen de tendencias tan características de la sociedad moderna como la urbanización y la industrialización”. A dependência política, económica e cultural galega face ao poder central espanhol são vistos como os principais responsáveis por este atraso (MONTEAGUDO; NÚÑEZ, 2001, p. 34).

3 - O despertar dos galegos para a nação

Em primeiro lugar, parece-me importante definir e relacionar os conceitos de *nação*, *identidade nacional* e *nacionalismo* e a sua formação, fazendo uma pequena sinopse das teorias de alguns autores.

De uma forma muito breve, Anthony Smith introduz a *nação* da seguinte forma: “uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros” (SMITH, 1997, p. 28). Este sentimento de pertença colectiva e união transmitidos pelos elementos em cima citados definem a *identidade nacional*, estando os dois conceitos intimamente ligados.

Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson propõe uma interessante definição da *nação* que passo a citar: “uma comunidade política imaginada – e que é imaginada ao mesmo tempo como intrinsecamente limitada e soberana. É *imaginada* porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão, nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem dessa comunhão” (ANDERSON, 1991, p. 25, *itálico no original*).

O nacionalismo para Anthony Smith deve ser entendido como uma doutrina moderna, com raízes na Europa, que potencia a formação identidade nacional. Este autor apresenta vários significados para o termo *nacionalismo*: pode ser aplicado ao processo de formação das nações ou dos estados-nação modernos; pode reflectir o sentimento de pertença e consciência nacional; pode ter um significado de maior complexidade inserindo-se numa dimensão mais cognitiva e expressiva que a ideológica, ao transmitir uma linguagem e um simbolismo da nação, representando as suas aspirações e sentimentos; pode representar uma ideologia, que inclui uma doutrina cultural, as aspirações de um povo e a sua ligação à nação; finalmente, pode afigurar-se como um movimento social e político que pretende realizar os objectivos e aspirações da nação. O autor relaciona estas duas últimas dimensões definindo o termo nacionalismo como “movimento ideológico para atingir e conservar a autonomia, a unidade e a identidade em nome de uma população que alguns dos seus membros consideram constituir uma «nação» real ou potencial” (SMITH, 1997, pp. 94-97).

Os conceitos de *autonomia*, *identidade*, *autenticidade*, *unidade* e *fraternidade* fazem parte de uma linguagem, contendo símbolos, costumes e cerimónias específicas. Estas dimensões englobam os princípios e emoções colectivas que formam a base do *nacionalismo*. Os sentimentos e aspirações nacionais pressupõem um envolvimento histórico, territorial e comunitário, recorrendo às crenças antigas e às origens para elaborar uma nova ideologia, linguagem e simbolismo que compõem a identidade nacional (*Idem*, pp. 101-103).

Ernest Gellner concentra-se em mostrar a dimensão política do nacionalismo. Para este autor, o *nacionalismo* deve ser entendido como “um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra”, associando-se a um sentimento nacionalista, que representa um “estado de cólera causado pela violação desse princípio ou estado de satisfação causado pela sua realização”. É precisamente este tipo de sentimento que incita o movimento nacionalista. As razões que conduzem ao despertar dos nacionalismos surgem por norma em contextos políticos, por exemplo quando a fronteira do Estado não inclui todos os elementos de uma nação ou, pelo contrário, inclui elementos que não são considerados “nacionais”. No entanto, a maior violação dos sentimentos nacionalistas dá-se nas situações em que se verifica a integração de um território dentro de um império ou quando um grupo estrangeiro domina uma comunidade. Ou seja, uma determinada unidade política é governada por elementos de uma nação diferente da maioria dos governados, representando uma “forma de violação intolerável da correcção política” (GELLNER, 1993, pp. 11-12).

O Estado representa para Gellner um elemento essencial na concepção do *nacionalismo*. O Estado representa “a especialização e a concentração próprias da manutenção da ordem (...) como as forças policiais e os tribunais, separadas do resto da vida social (...). Nem todas as sociedades são dotadas de Estado. Daí resulta que o problema do nacionalismo não se coloca para as sociedades sem Estado. Se este não existe, obviamente não se pode perguntar se as fronteiras são ou não concordantes com as das nações.” (*Idem*, p.15)

Eric Hobsbawm considera a construção das nações um ponto fulcral no desenvolvimento histórico, fazendo uma clara distinção entre os estados nacionais e economias industriais do século XIX e os movimentos anti-coloniais de libertação nacional e de emancipação. Na sua obra *Nações e Nacionalismos* aborda o “intrigante problema” da relação da nação vernácula com o Estado, dois conceitos distintos mas que se relacionam. Para o autor a significação unitária e étnica originalmente concebida da *nação* difere do seu significado moderno, que ganhou características muito mais políticas, valorizando-se a independência, a autonomia e a unidade política (HOBSBAWM, 1990, pp. 29-30).

Esta “nação política” que surge na época moderna associa-se à revolução americana e à francesa. Desta “era das revoluções” surge o conceito de nação soberana, “una e indivisível”, do político e escritor francês Emmanuel Sieyès. Na Revolução francesa, o conceito de *nação* estava fortemente implementado, apresentando-se como um elemento “anterior a qualquer acto político ou legislativo, feita de indivíduos, livres, iguais, independentes, diferentes uns dos outros mas unidos por necessidades comuns à natureza humana e pela vontade de viverem em conjunto”. Para Sieyès todos os poderes emanavam da nação e do “terceiro estado”, contudo a nação não poderia reinar por si só. O exercício da soberania nacional implicava uma Constituição que definisse os órgãos de legislação, governo e as autoridades judiciais, cuja função era garantir as liberdades e a igualdade dos cidadãos, que deveriam gozar plenamente dos seus direitos naturais. Daqui se depreende que a *nação* se faz representar nos órgãos institucionais – “o Estado emana da nação e a representa; essa é autónoma com relação aquele, a não ser politicamente, caso em que lhe deve obediência” (CHÂTELET, 1985, pp. 87-91) .

Jean Leca define os conceitos de *Nação* e de *Estado* e como estes dão origem aos *Estados-nação*. Na teoria sociológica dominante, “a nação é caracterizada pelos processos de sobreposição dos sistemas culturais, económicos e políticos numa mesma área (...) e de integração das «baixas culturas» por uma «alta cultura» estandardizada, homogénea e sustentada pelo poder central”. Desta forma, conjuga-se uma cultura comum e a vontade de uma comunidade em construir uma nação, com normas, direitos e deveres para os seus cidadãos. Nesta perspectiva, Marcel Mauss concebe a nação como uma “sociedade materialmente e moralmente integrada, com um poder central estável, com fronteiras determinadas, com uma relativa unidade moral, mental e cultural por parte dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis”. Por sua vez, o Estado politiza a nação, remetendo-a para o ideal de um “sistema político em que as funções executivas, legislativas e judiciais maiores se encontram centralizadas nas mãos de um governo nacional e que permite e princípio a participação política formalmente igualitária de todos os cidadãos adultos” (LECA, 1998, pp. 17-18).

A revolução francesa também surge como argumento para Hobsbawm sustentar a opinião de que não há ligação entre cidadãos de um Estado territorial e a identificação de uma nação em bases linguísticas, étnicas ou outras que permitam o reconhecimento de pertença colectiva a um grupo. Possivelmente, a revolução terá sido hostil ao nacionalismo, afastando a ideia de que seria a etnicidade ou a língua que determinavam o vínculo colectivo. O que unia a nação e o seu povo eram os seus interesses e ideais comuns e a sua oposição aos interesses particulares. Neste contexto as diferenças étnicas e linguísticas eram secundarizadas – “não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês (...) e sim a disposição de adoptar a língua francesa junto com outras coisas (...) características do povo livre da

França” (HOBBSAWM, 1990, pp. 32-34). Porém, não se pode negar a força dos nacionalismos étnicos e linguísticos, pois contribuem para justificar os princípios de formação do Estado. No entanto, Hobsbawm não deixa de reflectir que “o chamamento da etnicidade ou da língua não oferece qualquer orientação para o futuro. É meramente um protesto contra o *status quo* ou, mais exactamente, contra os «outros» que ameaçam o grupo definido etnicamente” (*Idem*, p. 201).

3.1 – Emergência e evolução do *nacionalismo* galego

O *nacionalismo* galego não é um caso isolado na vizinha Espanha, onde encontramos uma espécie de mosaico de nações. Juntamente com o País Basco e a Catalunha, a Galiza compõe o grupo das três grandes nacionalidades históricas, sendo constitucionalmente reconhecida a especificidade cultural de cada uma, bem como a co-oficialidade do idioma castelhano com o euskera, o catalão ou o galego, respectivamente. O nacionalismo espanhol tem características muito próprias, sendo definido por Xosé Manoel Nuñez Seixas como a ideologia e movimento socio-político que defende e assume que um território é uma nação, e como tal, tem direitos políticos colectivos, o que lhes dá a soberania independentemente dos critérios (cívicos, étnicos, ou ambos) que definem quem são os membros de pleno direito desse colectivo. Assim, podemos considerar a existência de um *nacionalismo* democrático etno-cultural em Espanha. Mas para o autor o significado parece ser mais amplo atingindo um aspecto regional implicando “la defensa y asunción de que un territorio determinado constituye el ámbito en el que un colectivo humano, definido como una nación, ejerce su soberanía y que, por lo tanto, es sujeto de derechos políticos colectivos” (NÚÑEZ, 1990, p. 45).

Os primeiros indícios do despertar da consciência dos galegos para a sua nação e para a defesa da especificidade da sua cultura surgem ainda nas primeiras décadas do século XIX, ainda que de uma forma muito residual, sendo na transição para o século XX que se verifica, efectivamente, o desenvolvimento da ideologia nacionalista. Esta tendência era inicialmente cultural, tendo com a sua evolução ganho um carácter marcadamente político, reivindicando-se a singularidade da região galega.

O desenvolvimento do *nacionalismo* galego não deve ser separado do contexto de modernização económica e social, que se começa a delinear na viragem para o século XX, que provocou alterações importantes ao nível da estrutura social.

As profundas mutações que Espanha conheceu no século XX reflectiram-se, naturalmente, na Galiza. A ruptura definitiva com as estruturas tradicionais herdadas dos anos do Antigo Regime, a par do desenvolvimento da consciência de uma identidade galega, proporcionou o aparecimento dos primeiros discursos e projectos autonómicos. Uma das primeiras mudanças na Galiza, na viragem para o século XX, deu-se ao nível do sistema agrário, que se moderniza e consolida graças ao novo regime de propriedade de terra e às novas técnicas de cultivo. Com estas transformações aumentou-se o investimento de capital, ao mesmo tempo que se verificou um impulso industrializador.

O fim do sistema foral é um dos marcos da modernização agrícola. No século XIX já se tinha procurado a abolição deste modelo de contrato agrário, que remontava à Idade Média, mas só no início do século XX se criam condições para o seu termo. Não tendo sido possível a sua imediata abolição procedeu-se à redenção dos foros, que significava “o reconhecimento dos direitos do forista e perceptor (*sic*) de rendas mediante o pagamento de uma indemnização por parte do foreiro”. Graças a este processo o “camponês foreiro” passa a proprietário das terras que cultivava, dando-se um grande passo na “racionalização da produção agrícola”, possibilitando a “penetração do capitalismo no campo”. A redenção dos foros expandiu o processo de privatização das terras, distribuindo-se os espaços comunais, terminando-se através destes dois processos com séculos de “organização partilhada, sob a forma foral ou comunal, da propriedade da mesma” (VILLARES, 1991, pp. 131-132).

A questão das terras deve ser relacionada com a agitação das massas camponesas que ganhavam uma maior consciência da dignidade da sua classe, organizando-se em sindicatos e associações para procurar e reivindicar soluções para os seus problemas. Às questões inerentes ao sistema de propriedade juntam-se as melhorias nos métodos de produção, nomeadamente a reorganização do sistema de rotações, o recurso a maquinaria e fertilizantes químico e a especialização na criação de gado. A partir destes desenvolvimentos, intensifica-se a produção, orientando-se a produção agrícola para o mercado.

A indústria começava a crescer em finais do século XIX, encontrando-se em pleno desenvolvimento no século XX. A indústria conserveira merece especial destaque, localizando-se em Vigo o primeiro centro conserveiro peninsular, colocando a região da Galiza na liderança da produção espanhola neste sector. Apesar do lugar relevante que a produção de conservas ocupou na economia galega, esta nem sempre foi estável, tendo atravessado algumas crises. Por

outro lado, produziu algumas sinergias, nomeadamente no sector pesqueiro e metalúrgico, como é natural, e no desenvolvimento do comércio portuário e em povoações galegas de produtos provenientes da indústria conserveira e também produtos agrícolas. A combinação da indústria e comércio, a par da forte mobilidade de pessoas dentro ou para fora do país, criaram as bases para o desenvolvimento do sistema bancário, surgindo o *Banco de Vigo*, em 1900 e o *Banco Pastor*, em 1925 (VILLARES, 1991, pp. 138-140).

O fim da organização tradicional da sociedade e do sistema foral ditou o desaparecimento da fidalguia em detrimento do camponês proprietário de terra, da burguesia criada pelo crescimento da actividade comercial e industrial, a pequena burguesia fixada nas cidades e uma classe operária sindicalizada. Neste cenário, destaca-se a emancipação das alas médias-baixas da sociedade, cuja importância se reflecte na conservação da língua e símbolos galegos, que irão usar como forma de defesa de uma identidade própria, manifestando, posteriormente, desejos autonómicos. Todas estas transformações na sociedade galega deram-se debaixo de grande conflituosidade, facto incrementado pela multiplicação de organizações sindicais. O movimento agrário, a par do movimento nacionalista, foi um dos factos que mais marcou a evolução da estrutura social na Galiza contemporânea. As elites intelectuais, cuja actividade cultural e político ganhou força a partir dos finais do século XIX, tiveram um importante papel na elaboração de pensamento, ideologia e sua difusão e também no reavivar das tradições culturais.

O processo de consciencialização linguística, cultural e identitária da Galiza começa a ser traçado por volta de 1840, pela mão da burguesia liberal, fortemente instruída, oriunda da Corunha e Santiago de Compostela. Os intelectuais tiveram neste primeiro momento um importante papel, na medida em que empreenderam um forte movimento de recuperação do galego como língua vernácula da nação. Neste âmbito destaca-se a obra literária de Rosalía de Castro, Manuel Curros Enríquez¹⁷ e Eduardo Pondal. A par da prosa e poesia, surge uma série de obras dedicadas à história da Galiza, destacando-se a de Manuel Murguía, um importante precursor da cultura e língua galega. Este intelectual advoga as “origens étnicas do galego e do seu celticismo puro,

¹⁷ Manuel Curros Enríquez (1851- 1908) – juntamente com Rosalía de Castro e Eduardo Pondal, compõe a tríade dos grandes poetas regionalistas galegos. Defendia valores como o progressismo político, a democracia, o republicanismo, o progresso científico, a educação. Era um defensor muito activo e acérrimo dos seus ideais e da língua e cultural galega.

nunca contaminados, graças à sua localização geográfica e ao seu desenvolvimento histórico, que criaram o espírito galego e a sua consciência de identidade, com a sua língua e a sua história próprias” (BARREIRO; ECUERO, 2008, p. 235). É a partir daqui que ganha consistência a ideologia nacionalista galega, comumente denominada de *galeguismo*, o movimento político e cultural de defesa da identidade nacional galega, com o objectivo de alcançar a soberania da Galiza e que se divide cronologicamente em três fases: o *provincialismo*, o *regionalismo* e o *nacionalismo*.

Segundo Justo Beramendi, na sua importantíssima obra, “De Província a Nación – História do Galeguismo Político”, onde trata de forma exaustiva a evolução do *galeguismo* político, há três acontecimentos que determinaram a natureza e o desenvolvimento do *nacionalismo* na Galiza. Em primeiro lugar devemos ter a conta a carência de instituições de auto-governo e de uma unidade política diferenciada no contexto do Estado monárquico. Ainda que a Galiza existisse como *Reino* com uma *Xunta* própria, segundo o autor esta não poderia “considerarse un auténtico órgano de representación e de goberno, capaz de articular elites com intereses ligados á institución, de encarnar benefícios tanxibles para a poboación e, en consecuencia, de fomentar unha consciência de identidade política previa, potencialmente estimuladora do nacemento do nacionalismo concordante posterior”. O segundo aspecto relaciona-se com a estrutura sócio-económica, que em finais do século XVII era constituída por uma pequena burguesia, sem origem galega, subdividida territorialmente e por actividade económica. Assim, não havia coesão social, nem uma articulação como uma “auténtica classe social galega e máis ainda que asumisen a identidade étnica galega como elemento aglutinador”, resultando na inexistência de um nacionalismo alternativo ao espanhol. Finalmente, Beramendi distingue as “ambivalências da etnicidade”, remetendo para as particularidades da língua, da cultura material e imaterial dos galegos face ao resto de Espanha. Uma das bases envolvidas na elaboração da ideologia nacionalista é a defesa de uma identidade étnica específica, sendo este conceito um aspecto chave do discurso galeguista. A forte castelhanização social imposta a partir do século XVI pelos estratos sociais mais elevados, nomeadamente pelo clero, teve como resultado a apologia da etnicidade pelas classes mais baixas, ficando a cultura genuína galega relegada essencialmente à população camponesa. O liberalismo espanhol e o seu projecto de uniformização estatal, empreendido com maior relevância nas escolas, administração e imprensa, a par da ditadura franquista e o consequente exílio dos intelectuais que defendiam o galego, determinaram que a etnicidade se apresentasse, até 1975, como “poderoso inibidor da expansión social de calquera idea de nación galega baseada precisamente nas peculiaridades etnolinguísticas.” (BERAMENDI, 2007, pp. 43-44).

O *provincialismo* representou a primeira etapa do movimento galeguista, surgindo a partir de 1840 no contexto do liberalismo espanhol, tendo na sua evolução e postura interferido três factores. Justo Beramendi refere, em primeiro lugar, o triunfo dos moderados no projecto do Estado liberal, que ditaram um menor peso das manifestações políticas no discurso provincialista, ainda que não se renunciasses totalmente a ele, estando presente no meio intelectual e cultural, a *intelligentsia*. Em segundo lugar a percepção da importância do historicismo e do organicismo, levou a uma maior projecção da etnicidade. Este facto teve maior impacto na fase do *rexurdimento* literário, criando-se as condições necessárias para a concepção e afirmação plena do referencial nacional galego. Por fim, em terceiro lugar, destaca-se o agravamento do atraso económico e social, as reivindicações relativamente às dificuldades que a Galiza enfrentava, bem como um novo olhar sobre os problemas do meio agrário e sobre a população camponesa, representação social por excelência da identidade galega (BERAMENDI, 2007, p. 120).

Os primeiros provincialistas eram, na sua maioria, estudantes universitários de Santiago de Compostela – o frequentemente referido, *grupo compostelán* - e membros provenientes de elites com situação sócio-económica privilegiada e elevado nível de instrução. O seu meio privilegiado de actuação era a imprensa, onde apresentavam um discurso que revelava uma base ideológica predominantemente liberal progressista.

Através de um grupo de intelectuais que ficou conhecida com *Xeración de 1846* nota-se uma crescente preocupação com os problemas que a Galiza atravessava, nomeadamente o seu atraso agrícola e industrial, que se faziam acompanhar de uma péssima rede de comunicações e da ruralidade predominantemente da sua população, que vivia com dificuldades económicas. No entanto, reconhecia-se que a Galiza possuía inúmeras riquezas, mas não as desenvolvia por estar mal organizada e dependente do poder central. O *provincialismo* terá surgido como uma tentativa de ultrapassar estes obstáculos, representando uma “amalgama de regeneracionismo e autonomismo político, em que se valoriza encomiasticamente tudo o que é galego”. O primeiro grande projecto dos provincialistas, surgiu em Abril de 1846, em Lugo, com o pronunciamento militar liderado por Miguel Solís. Esta insurreição, de carácter progressista, revelava o desejo de libertação da Galiza do poder da Corte e de reorganização económica e social, aproveitando-se as riquezas da região e recuperando-se a sua cultura nacional (VILLARES, 1991, pp. 153-154).

O fracasso deste pronunciamento foi ditado pelo desinteresse do povo e a carência de participação de militares experientes para fazer frente ao exército do Estado, que assim, facilmente, derrotou os sublevados. Este é considerado o acontecimento que deu início ao movimento galeguista. A repressão a que deu lugar conduziu ao aparecimento de uma nova geração de intelectuais, na sua maioria estudantes democratas, que marcavam a sua posição contra o

sistema foral, a emigração e as suas causas, o atraso nos caminhos-de-ferro, o abandono dos portos, as deficiências das vias de comunicação e, por fim, debatiam-se contra a corrupção na administração local. A partir daqui desenvolveram uma importante actividade cultural, destacando-se o ressurgimento literário, a reconstrução do passado histórico e uma nova “visão” da Galiza, como nação diferenciada de Espanha (ALONSO, 1997, pp. 326 – 327).

Ainda que, de facto, se reconheçam algumas tendências políticas nesta primeira fase, que vão essencialmente de encontro ao futuro do *galeguismo* político, será no domínio cultural que as manifestações provincialistas terão grande parte da sua expressão. O termo *provincialismo* provém da concepção da Galiza como uma província, com um idioma, uma história, uma economia e um folclore específicos.

Apesar de não ser correcto falar do *provincialismo* como ideologia é importante reconhecer os seus elementos ideológicos presentes no seu pensamento proporcionados por um conjunto de influências, das quais se destaca o liberalismo político espanhol, tanto na sua variante mais moderada como progressista, sendo que as ideias dos primeiros tendem a revelar-se mais no campo da erudição, ao passo que no segundo caso verificamos posturas mais radicais. Antolín Faraldo é uma das figuras cimeiras e de maior influência no ideário provincialista, revelando no seu discurso um liberalismo de base progressista e aspirações autonomistas. Embora seja o liberalismo que exerce maior influência no *provincialismo*, devem ser tido em conta outros elementos, nomeadamente a concepção progressista do Direito e do sistema penal, o desenvolvimento do feminismo, a crença na ciência como motor do progresso, o crescente interesse pela nação galega, a relação entre historicismo e ideal de nação, a confiança nos jovens como agentes passíveis de transformar a sociedade e, finalmente, o contacto com o socialismo utópico e o pensamento europeu moderno. Partindo destas influências, Justo Beramendi distingue seis elementos que intervêm no ideário provincialista, e no *galeguismo* em geral. São eles o historicismo, a negação do racionalismo enciclopedista do século XVIII, o cristianismo social, o romantismo, o liberalismo político e, por último, o reformismo social.

O historicismo prende-se obviamente com o interesse pelo passado. Este elemento pressupõe “unha valoración polo menos parcialmente positiva do legado histórico próprio. Pero para que un historicismo sexa ideoloxicamente tradicionalista é preciso que, ademais, estea vinculado á finalidade política da preservación ou resurrección dun sistema periclitado”. Para Antolín Faraldo¹⁸, não se podia separar o passado do cristianismo – a verdade religiosa – nem do liberalismo – a verdade política (BERAMENDI, 2007, pp. 89-90).

¹⁸ Antolín Faraldo (1823-1853) – escritor, jornalista e um dos precursores do *provinialismo* galego. Proclamava uma Galiza mais autónoma e participou no pronunciamento de 1846, cujo o fracasso o conduziu ao exílio

O segundo elemento, a negação do racionalismo enciclopedista, que emerge no século XVIII, prende-se com a postura de oposição ao cristianismo e ao historicismo do pensamento racional. Faraldo revelava um discurso extremamente crítico relativamente ao Século das luzes e seus intelectuais, em especial Voltaire, chegando mesmo a rejeitar a importância da revolução francesa, por esta atacar o espiritualismo e a fé dos homens. O século XVIII foi para Faraldo sinónimo de substituição do cristianismo pelo deísmo, de materialismo e de menosprezo pela História. Na viragem para o século XIX estas três tendências esbatem-se, retomando a inspiração na fé, no espiritualismo e na história (BERAMENDI, 2007, p. 90).

O cristianismo social surge naturalmente interligado, compondo a “tríade” do *provincialismo*. Beramendi remete para dois aspectos centrais relativamente ao papel da fé cristã – “a arela dun catolicismo anovado e purificado, «evangélico», capaz de recuperar o seu papel histórico de modelo completo de civilización e que, en canto tal, pola sua própria xustiza intrínseca, permitise unha solución harmónica dos problemas sociais”. Para Faraldo é no cristianismo que emerge a liberdade e onde se encontra a base da utopia, logo é fulcral a combinação com o historicismo e o liberalismo (*Idem*, pp. 90-91).

O romantismo prende-se com o carácter literário das primeiras manifestações provincialistas. Há uma evidente postura organicista destes precursores do galeguismo, sendo o veículo literário, inspirado pelo romantismo, privilegiado para a transmissão das suas ideias.

O liberalismo político surge no encadeamento do já mencionado vínculo existente com o progressismo. Neste contexto destacam-se os nomes de Antonio Romero Ortiz¹⁹, José Rúa Figueroa²⁰ e, mais uma vez, Faraldo, que recorrem ao jornal *El Porvenir* para promover os seus ideais, enaltecer o papel dos jovens na emancipação e progresso das ideias políticas e sociais. Os seus discursos frequentemente se revestem de violência verbal e revelam a sua forte oposição ao tradicionalismo político, rejeitando todas as formas de poder que põe em causa a liberdade política, recordando com especial aversão o poder absoluto da monarquia de direito divino. Contudo, convém ressaltar que nem tudo o que se prende com a tradição é rejeitado, na medida em que o cristianismo evangélico é uma presença inegável no *provincialismo*. Beramendi explica da seguinte forma esta aproximação – “este liberalismo nin nega toda a tradición nin se contradí co cristianismo evanxélico, senón que atopa neles a sua lexitimación e é o modo político de facer realidade o que de mellor hai nunha e noutro (...) E o principio da liberdade, «nascido en la vieja sociedad há sovacado los cimientos de la monarquia i se ha elevado a fundador de outra sociedad com nuevas necesidades, nuevos instintos i nuevas virtudes». A mensaxe evanxélica de Cristo e as seitas e herexías que procuraron cumprila

¹⁹ Antonio Romero Ortiz (1822-1884)- político provincialista. Participou com Pondal e Figueroa no pronunciamento militar em Lugo, no ano 1846.

²⁰ José Rúa Figueroa (1820-1855) – jornalista, escritor e revolucionário galego, precursor do *provincialismo*.

fielmente foron sempre, segundo faraldo, axentes privilexiados desa longa marcha da liberdade ó longo da historia. ” (BERAMENDI, 2007, pp. 92 - 93).

Por fim, o reformismo social, no qual é perceptível que as concepções relativamente aos problemas sociais da época apresentam um teor mais vago e desconexo que os anteriores. Podemos retirar do pensamento de Figueroa e Faraldo as ideias-chave correspondentes a este elemento e que se prendem com os princípios evangélicos e filosóficos concordantes com o espírito de fraternidade, harmonia e liberdade. Neste sentido promovem-se sentimentos filantrópicos, dando-se especial atenção a questões relacionadas com a emancipação da mulher, como substituto do individualismo egoísta, os benefícios da educação e a difusão de ideias renovadoras da sociedade (BERAMENDI, 2007, p. 93).

Como já referi o *provincialismo* é a fase do *galeguismo* cuja expressão se revela, maioritariamente, a nível cultural. Porém, como é natural, existem alguns discursos de teor político, de maior ou menor vigor. No geral, não se verifica uma visão independentista da nacionalidade, nem reivindicações autonomistas representativas. O progresso económico, a regeneração social e a unidade dos galegos, em especial na sua concepção da especificidade cultural, apresentam-se como as prioridades, não exigindo uma independência do Estado espanhol ou um governo próprio. Porém, apesar de ser notória a preocupação relativamente ao centralismo estatal que afecta a projecção da Galiza, ainda não há uma verdadeira visão da Galiza como nação, muito menos como entidade dotada de direitos políticos específicos. O que há é uma consciência de uma especificidade cultural e idiomática distinta da castelhana, apelando-se ao passado e à influência do estrato celta, que concedeu à Galiza características únicas.

O fracasso do *pronunciamento* de 1846 teve como principal consequência a repressão sobre o grupo compostelano. As suas principais figuras foram detidas, exiladas e algumas faleceram, como foi o caso de Faraldo, em 1853, e Neira de Mosquera²¹, em 1854. Muitos acabaram mesmo por se desvincular do *provincialismo*, seguindo carreiras políticas em sentido oposto ao que antes entendiam ser os interesses da Galiza. Neste contexto, assiste-se a uma renovação geracional, uma “segunda fornada de provincialistas e democratas, case todos nados na década dos anos trinta”, entre os quais emergem figuras proeminentes do *galeguismo*, como Manuel Murguía, Rosalía de Castro e Eduardo Pondal. Apenas cerca de metade dos primeiros provincialistas se mantêm nesta segunda fase, estabelecendo uma certa continuidade com a nova geração que se considera herdeira destes precursores do *galeguismo*,

²¹ Antonio Neira Mosquera (1823-1854) – jornalista e um dos precursores do *Rexurdimento* cultural na Galiza.

assumindo os acontecimentos de 1846 como o “fito fundacional” da “fé galeguista” (BERAMENDI, 2007, pp. 136-137).

O *Rexurdimento*, como ficou conhecida esta segunda fase, foi essencialmente um novo movimento de recuperação literária da língua galega, consagra os escritores e poetas como “as figuras mais rememoradas das expressões das sensibilidades galeguistas que vingaram no século XIX”. Rosalía de Castro, Curros Enríquez e Eduardo Pondal, pelos seus contributos à preservação da identidade galega, são figuras constantes nas “políticas da memória galeguista”, sendo homenageados de diferentes formas. António Medeiros fala mesmo da criação uma imagem destes como “profetas do nacionalismo”, remetendo para as gerações que sucederam como os “apóstolos (...) politicamente empenhados na difusão da imagem redentora do nacionalismo” (MEDEIROS, 2006, pp. 102-103).

No romantismo europeu floresceram vários movimentos semelhantes de renascimento cultural e literário e de defesa da singularidade cultural dos povos, mas no caso da Galiza esta dimensão é claramente ultrapassada, assumindo um papel dominante, na expressão da identidade nacional galega. A par da recuperação literária do galego, nesta etapa destaca-se o trabalho dos historiadores românticos que procuram investigar as raízes históricas da Galiza, de forma a sustentar as suas características distintas. Entre os vários trabalhos sobre a História da Galiza, destaca-se a obra de Manuel Murguía, que estabeleceu como objectivo revelar, não só as suas particularidades históricas, mas também as suas particularidades étnicas, que considera superiores em relação aos restantes povos peninsulares (VILLARES, 1991, pp. 154-155).

O contributo de Murguía no *Rexurdimento* é fulcral, na medida em que criou os alicerces do *Regionalismo*, mantendo-se a sua influência a partir daqui, ao longo das restantes fases do *galeguismo*. Como tal, para entendermos a evolução do galeguismo, a partir da intervenção de Murguía, é fulcral entender os fundamentos teóricos deste “ideólogo singular”.

Manuel Murguía é incontestavelmente a figura de proa não só do *Rexurdimento* como do *nacionalismo* galego, sendo a sua intervenção fulcral na criação das bases da ideologia. O seu pensamento segue o progressismo historicista do *provincialismo*, formulando-se a partir da sua concepção da História. Inspirado pela “nova escola” histórica francesa, Murguía defende o rigor no tratamento da informação que chega ao historiador e introduz uma renovação metodológica da historiografia galega. A sua concepção da história combina romantismo, notório na importância dada às lendas e às tradições orais e populares, pragmatismo, assente no uso da História como meio para defesa de uma ideologia, neste caso o *galeguismo* e *positivismo*, sendo a

fundamentação do relato histórico realizada num trabalho empírico rigoroso (BERAMENDI, 2000, pp. 74-75).

O seu progressismo influenciou a sua forma de interpretar a História da Galiza, bem como a nação galega em si. O conceito *murguiano* da Galiza, que inspirou a sua concepção de nação, parte de duas premissas. Em primeiro lugar, a presença de um tronco ario-europeu ou indo-europeu e, em seguida, a questão da raça como determinante da etnicidade, referindo-se inclusivamente à existência de raças superiores e inferiores. A “inferioridade racial” representava, na teoria de Murguía, uma “inferioridade cultural”, sendo que era o idioma dessa raça que determinava essa “condição”. Neste sentido, é fulcral recuar aos primórdios da História galega, mais propriamente ao momento em que se dá a ocupação pelos celtas galaicos, povo que, segundo Murguía, era dotado de uma “raça” e uma “nacionalidade” bem definidas e um *volksgeist*²² bem definido, representado na “coragem”, na luta contra a dominação por parte de outros povos, na sua religiosidade e no “amor à sua terra”. Mesmo com a posterior ocupação romana, o substrato celta não foi eliminado, tendo resistido também às invasões bárbaras. A influência muçulmana que se sentiu um pouco por toda a Península Ibérica, ainda que com menor intensidade no Noroeste peninsular, não foi suficiente para contaminar a “pureza étnica” deste povo. Depois deste período de maior brilho da essência do povo galego, a época medieval surge como um momento em que todos os elementos que caracterizaram a galeguidade se apagaram. Murguía vê como grande culpada deste facto a nobreza, imbuída de interesses económicos, que em nada estava interessada na independência do Reino, mantendo o sistema feudal, como forma de debilitar as forças galegas, resultando na falta de um poder forte e consolidado. Aos nobres e à sua cobiça é atribuída a culpa pelas guerras, pelas desgraças e pela “decadência galega” que se inicia no século XIII, resultando numa profunda crise social e cultural no século XV. Nota-se no discurso *murguiano* um carácter anti-nobiliárquico e a sua simpatia pelas causas populares, na medida em que procuravam formas de resistência ao poder feudal. O agravamento das obrigações forais é para Murguía uma das grandes causas da ruína económica do país (BERAMENDI, 2000, pp. 77-82).

Ao longo de toda a sua obra, este ideólogo apresenta a sua visão relativamente aos factos históricos e à relação da Galiza com o poder central, sendo possível definir algumas ideias-chave. Murguía reflecte ainda sobre o “estado de prostración” em que a Galiza se encontra, parecendo que os galegos esperavam por alguém que lhes trouxesse riqueza, justiça, poder e felicidade. O crescimento do comércio e da indústria era considerado primordial, sendo para tal necessário resolver os problemas agrários. A sociedade galega era vista ao longo da sua história e na sua base como predominantemente rural. Para Manuel Murguía, o atraso industrial era um

²² Palavra alemã usada para expressar o carácter, o espírito e a alma de um povo, dos quais emanaria a cultura, o folclore, o lirismo e a língua do mesmo.

problema que deveria ser ultrapassado, mas o desenvolvimento deveria ser feito pela via agrária. Aliás, do seu ponto de vista, os problemas básicos da Galiza tinham raiz na sociedade rural, pelo que era urgente a resolução dessas dificuldades. Na raiz de todos estes problemas encontrava-se a persistência do feudalismo, sendo a única solução possível a extinção do regime foral, libertando a propriedade. A decadência e a prostração tinham o selo da servidão, na qual o proletário se encontrava numa situação de errante, sem casa, nem terra, o que lhe tirava a noção de pertença a um lugar, a uma pátria. Finalmente, Murguía defendia que as transformações que o país precisava deveriam ser progressivas, acompanhando um projecto de “regaleguização”, no qual seria fulcral emancipar o carácter e a língua galegos, cuja presença se encontrava praticamente confinada ao meio rural (BERAMENDI, 2000, pp. 82-83).

A importância dos elementos ideológicos reconhecidos no discurso de Murguía prende-se com a mudança de atitude em relação à etnicidade e idioma visível entre o primeiro e o segundo *provincialismo*. Na primeira fase a história era um elemento sobrevalorizado e a teoria *murguiana* veio ultrapassar esse desequilíbrio, colocando o idioma na posição central na afirmação e dignificação da nacionalidade. Este pensamento foi determinante nas fases que se seguiram do desenvolvimento do *galeguismo*: o *regionalismo* e o *nacionalismo*.

A partir daqui é notória a concepção da Galiza como uma espécie de personalidade colectiva, uma fundamentação organicista da nação, na qual todas as suas componentes são positivas. A herança celta é valorizada no sentido da importância dada à terra, na religiosidade, no lirismo, na resistência e na ausência de agressividade ou instinto conquistador. Todas estas características, segundo Murguía, compunham a “raça galega”, sendo esta denominada “origem racial” que determina a especificidade cultural e idiomática galega e distinguindo-a dos territórios e gentes que a rodeiam. Partindo daqui, Murguía elaborou uma lista dos elementos constitutivos da nação, dentro de um quadro orgânico–historicista, entre os quais ressalta o aspecto físico dos seus habitantes, a sua cultura material, a sua língua, os seus costumes, tendências e manifestações do espírito. Justo Beramendi reconhece que apesar de completo do ponto de vista das componentes históricas e étnicas, faltam elementos importantes, nomeadamente a reintegração “racial” presente na irmandade entre galaicos e lusitanos e a questão da união cultural e idiomática com o povo de Portugal. Para este autor, o conceito *murguiano* revela uma forte tensão entre os factores constitutivos de uma nacionalidade histórica galega e objectivamente definida (BERAMENDI, 2000, pp. 84-86).

O salto político do *provincialismo* em direcção ao *regionalismo* dá-se no contexto do federalismo republicano e das frustrações geradas pela Restauração²³. As críticas que então sucederam face à situação política e social da Galiza, por parte dos progressistas e provincialistas, devido à centralização administrativa associada à Restauração, levaram à formulação de um conjunto de reivindicações, o que acaba por ser o primeiro passo em direcção ao projecto regionalista. Ainda na fase final do *provincialismo*, surgem as primeiras expressões de um *galeguismo* com uma vocação política, facto que era muito imperceptível até então, defendendo-se a prioridade “dos «intereses generales de Galicia» pasan por superar as divisións «artificiais» (de partido, de clase) dos galegos, conseguir a súa unión «natural» (rexional) e acadar por esa via unha representación parlamentaria axeitada (rexionalista) que faga «política gallega»” (BERAMENDI, 2007, p. 277).

É através da publicação da obra de Murguía, *Los precursores*, em 1886, que se confirma o aparecimento e estabelecimento do *regionalismo* galego, que é definido por Ramón Villares desta forma: “um movimento político coincidente no tempo com outros regionalismos peninsulares (regionalismo catalão e foralismo ou nacionalismo basco, entre outros de menor entidade) e integra-se no projecto de organizar de forma descentralizada a estrutura política do Estado da Restauração”. Divide-se em duas tendências ideológicas, com diferente composição sociológica. A primeira é representada por Murguía e “aglutina sectores sociais fundamentalmente urbanos, receptivos à especificidade galega através do trabalho cultural realizado pelo *Rexurdimento* e procedentes de campos políticos liberais e inclusivamente progressistas”, defendendo a “existência de uma nacionalidade galega recorrendo a argumentos étnicos e a conceitos voluntaristas”. A segunda corrente teve como precursor Alfredo Brañas²⁴ e é mais tradicionalista, sendo composta por membros da velha fidalguia, que se encontrava em decomposição, carlistas e católicos. Brañas, no seu livro *El regionalismo* (1889), revela a sua tendência a favor de uma reorganização administrativa descentralizada de Espanha. Apesar do sucesso que esta visão alcançou, ideologicamente a corrente de Brañas era muito retrógrada, o que se entende à luz da sua ligação com os sectores mais tradicionalistas da sociedade (VILLARES, 1991, pp. 156-158).

Uma das principais inovações do *regionalismo* é a criação das primeiras associações organizadas do *galeguismo*, revelando o desenvolvimento de uma

²³ Em 1874, o General Arsénio Martínez Campos, lidera a revolução que irá terminar com a Primeira República espanhola (1873-1874), proclamando Afonso XII, exilado em Inglaterra, rei de Espanha. Iniciava-se assim o período da Restauração, que se prolongou até à proclamação da Segunda República em 1931. Durante esta época consolidou-se a centralização administrativa, o feudalismo e o capitalismo da burguesia “conservadora e provinciana” que apoiou a Restauração. “Apesar da aparência que assumiu, de um dinamismo liberal e parlamentar, a simbiose nobreza-burguesia esteve sujeita ao sistema ideológico da velha ordem” (GARCÍA; GONZÁLEZ, 1997, pp. 385-386).

²⁴ Alfredo Brañas (1859-1900) – escritor e ideólogo do *regionalismo* galego, com um carácter conservador. Os seus ideias assentam no historicismo clássico, catolicismo, manifestando-se contra o liberalismo, o capitalismo e a industrialização.

consciência de grupo, a existência de interesses, necessidades e características comuns e a elaboração dos primeiros conteúdos “programáticos”, o que reforçava a tendência política da nova fase. A primeira organização regionalista é a Associação Regionalista Galega, que tinha como núcleo principal o Comité Central Regionalista, criado em 1890, em Santiago de Compostela, que contava na sua composição com elementos como Manuel Murguía e Alfredo Brañas. Entre os seus conteúdos “programáticos” destacavam-se as iniciativas ao nível cultural, intelectual e material; a modernização industrial e agrícola, para ultrapassar o atraso em que se encontravam; a representação da Galiza nas cortes apenas por galegos; o fim do caciquismo e a criação de uma Academia Galega (BERAMENDI, 2007, p. 283).

Estes são apenas alguns exemplos dos objectivos principais dos regionalistas, sendo interessante verificar a ausência de questões relativamente à normalização da língua e de aspirações relativamente à descentralização do poder, questões que serão muito mais prementes na fase que se segue, fruto de acontecimentos como a preparação do primeiro Estatuto autonómico e a controvérsia entre isolacionistas e reintegracionistas na elaboração da norma oficial do idioma galego.

A partir de 1893 o trabalho da Associação Regionalista Galega vai-se abatendo, em grande parte fruto dos desentendimentos entre regionalistas liberais e regionalistas tradicionalistas. Estes últimos, representados por Brañas, vão apresentar cada vez mais elementos ideológicos que os aproximam do carlismo e do social-catolicismo, estreitando as suas relações políticas com conservadores. Por sua vez, Manuel Murguía deixa Santiago de Compostela, juntando-se aos intelectuais da Corunha, cidade que passará a representar o foco intelectual mais produtivo e irá protagonizar, a partir daqui, as iniciativas políticas do *galeguismo*. Pela mão do grupo corunhês vão surgir iniciativas muito importantes do *galeguismo*, como a criação da *Revista Gallega*, o hino galego, a criação de uma escola de declamação e o aparecimento de uma nova organização regionalista, a Liga Galega. Entre 1894-1895 vão despertar novas tentativas de criação de um movimento unitário, que representasse todas as cidades galegas, que lutasse pelas reivindicações regionalistas, recorrendo à imprensa como meio de apresentação dos seus ideais que se orientava para a defesa dos interesses morais e materiais da Galiza. Chega mesmo a ser publicado um documento onde são apresentadas as bases da organização de uma *Liga Regional Galega*, que se articularia numa base municipal e que deveria possuir uma estrutura orgânica. Cada cidade seria representada pela sua própria comissão, tendo como compromisso assumir a propaganda do ideário regionalista na sua área de influência. Apesar de bem estruturado, este projecto não teve o acolhimento previsto, não sendo capaz de evitar que o *regionalismo* entre numa decadência sem retorno. Nem mesmo a Liga corunhesa, a mais activa e com maior vocação política, foi capaz de contrariar esta tendência, embora

tenha mantido durante alguns anos as suas actividades, realizando campanhas pela defesa do Galego, a contestação às políticas económicas, subida dos preços, mantendo os ataques ao carlismo, reforçando o liberalismo e unindo-se às reivindicações regionalistas catalãs (BERAMENDI, 2007, pp. 310-311).

Quando o *regionalismo* estava já num ponto sem retorno, surge uma nova organização, sem dúvida a mais importante deste movimento. A *Solidaridad Gallega*, criada em 1907 é uma aliança eleitoral, solidária da luta do campesinato, junto do qual procura recolher os seus votos. Esta nova organização abriga diferentes tendências culturais e políticas, apresentando uma estreita ligação com a sua homóloga catalã. Entre as suas realizações principais encontramos a fundação de jornais como *A Nosa Terra* e *Galicia Solidaria* e a elaboração do *Manifesto Solidário*, publicado ainda em 1907, no qual apresentam as suas aspirações eleitorais e o desejo de fomentar a riqueza regional. Os principais impulsionadores desta nova organização pertencem ao grupo corunhês, que sempre ambicionaram alcançar o poder por meios políticos, objectivo que acabou por não ser bem sucedido. Excluindo o fracasso eleitoral, a actividade da *Solidaridad* foi fulcral como organização de sociedades solidárias dentro do sector agrário, contribuindo para a elaboração de medidas que visavam alterar a estrutura agrária da época, ainda muito atrasada a nível técnico, o que tinha implicações no seu rendimento e integração no mercado. Embora tal não tenha resultado numa reforma agrária, esta foi a tentativa “mais séria e tecnicamente razoável que fez a pequena burguesia urbana para compreender e reformar um mundo agrário que, embora desconhecido, não se lhe manifestava totalmente alheio”. A desagregação foi inevitável, desaparecendo esta organização em 1912, bem como os seus jornais de propaganda. Mas o seu legado não se perdeu na totalidade, participando alguns dos seus elementos, na futura organização galeguista, as *Irmandades*, estabelecendo uma ponte entre o “velho regionalismo e o novo nacionalismo” (VILLARES, 1991, pp. 159-160).

Apesar do fracasso destas organizações regionalistas, a sua importância é basilar, na medida em que anuncia um *galeguismo* estruturado e de cariz político. O *regionalismo* deve ser entendido como um momento de passagem de um *galeguismo* cultural, representado no *provincialismo*, para um *galeguismo* político, configurado na fase nacionalista. O *regionalismo*, acomodando diferentes tendências culturais e políticas, não foi capaz de ultrapassar a fragmentação dos próprios regionalistas, nem impedir o progressivo distanciamento entre liberais e conservadores. A par desta divisão no seio do movimento, a sua falta de contributos políticos, fora do seu campo teórico e utópico, ditou o seu esgotamento no início do século XX, questão que se liga também ao aparecimento das *Irmandades de Fala*, responsáveis pelas primeiras expressões explícitas do nacionalismo galego.

Entramos assim na fase nacionalista do *galeguismo*, que no geral absorveu o conceito *murguiano* da Galiza como Nação, à qual se associa a sua etnia, história, cultura e língua. Tal como no período regionalista, verificava-se uma tendência mais liberal e outra mais conservadora do *nacionalismo*, mas ambas tendo em comum a mesma base identitária e o facto de, no geral, não defenderem opções independentistas. Antón Vilar Ponte foi pioneiro na formulação pública do nacionalismo, preparando o terreno para a fundação de uma série de *Irmandades de Amigos da Fala*, organizações de carácter político que tinham como objectivos a resolução de problemas económicos, sociais e linguísticos, que o sistema vigente não podia resolver. (BARREIRO; RECUERO, 2008, pp. 236).

No Manifesto da Assembleia Nacionalista de Lugo de 1918, incentivado pela *Irmandade* corunhesa, ficaram definidos os pontos-chave das organizações nacionalistas, do ponto de vista político, económico e cultural. No quadro político advogam a autonomia integral para a Galiza e propunham a constituição de um sistema de federação peninsular, que incluiria Portugal. No que respeita à economia defendiam a implementação de reformas económicas liberais, deixando-se para segundo plano a resolução dos problemas da sociedade agrária. Finalmente, na questão cultural prevê a co-oficialidade do Galego e do Castelhana (VILLARES, 1991, pp. 162-163). O Manifesto de 1918 era ainda muito básico, mas representa o alicerce ideológico de *nacionalismo* galego, servindo de esquema para um futuro Estatuto da Galiza. As várias tendências patentes nas *Irmandades* nem sempre tiveram um entendimento, gerando alguma instabilidade que comprometeu o projecto nacionalista. Graças ao trabalho de um grupo de intelectuais, que ficou conhecido como geração *NÓS*²⁵, no qual se destacou Vicente Risco²⁶, o nacionalismo galego conheceu uma nova evolução, criando-se pela primeira vez condições para a criação de um partido nacionalista galego.

A geração *NÓS* era composta por um grupo de intelectuais, elitista, que o próprio Vicente Risco, o seu membro mais proeminente, denominou como “inadaptados”, que privilegiou o factor cultural, não deixando porém de ter alguns propósitos políticos. A recuperação do galego era uma questão fulcral neste grupo, na medida em que a existência de uma língua própria é um dos aspectos mais distintivos de uma nação. Ao mesmo tempo exaltavam os símbolos e tradições galegas como meio de afirmar a sua identidade, por outras palavras, nota-se um papel nacionalista da cultura. Vicente Risco representava a face mais política deste grupo, uma vez que a defesa da identidade cultural e territorial galega acabaria, naturalmente, por conduzir a

²⁵ Denominação dada a partir da revista “*NÓS – boletim mensal da cultura galega*”, publicado entre 1920 e 1936.

²⁶ Vicente Risco (1884-1963) – Escritor, intelectual, ideólogo e figura proeminente do nacionalismo galego. Membro do *Nós*, onde representava a vertente mais política deste grupo. Defendia a primazia da cultura e língua galegas, bem como a emergência da autonomia da Galiza.

aspirações autonómicas. Mais uma vez, a questão da língua é fulcral, na medida em que a imposição do castelhano como língua oficial do Estado espanhol não permitia a plena generalização do galego.

Risco preocupava-se com uma desgaleguização no geral: temia não só a perda de importância da língua, mas também o esquecimento das tradições e dos costumes galegos. No seu discurso, revelava outras preocupações, como a ameaça capitalista e o excesso de intervenção fiscal do Estado. Ideologicamente, defendia um sistema federalista peninsular, que proporcionasse a autonomia galega e a natural ligação a Portugal, que também se incluía neste projecto. Na sua opinião o nacionalismo apresentava-se como uma “reacção vital que se ergue contra as forças destruidoras da nacionalidade (...)”. Eis o caso da Galiza. O nacionalismo é o esforço de afirmação vital de um povo que não quer morrer”. O elitismo era outra das características do discurso de Risco, que advogava que o movimento nacionalista não se poderia produzir nas massas populares, pois a “massa é sempre neutra e inerente e vai para onde a levam”. Afirmava ainda que “todos os movimento políticos e culturais produzem-se sempre numa elite espiritual que, após uma peregrinação pelo mundo das ideias e das utopias (...) acabam por encontrar na tradição da Terra a Verdade que em vão andaram a procurar” (Vicente Risco, Cit. Por RODRIGUES, 1997, pp. 71- 74).

Se por um lado a actividade cultural da geração NÓS conhecia uma fase bastante estimulante, as *Irmandades* atravessavam um período de crise, sendo que as que sobreviveram acabaram por se fundir com os grupos republicanos federalistas dando origem, em 1929, à ORGA (*Organización Republicana Galega Autónoma*), partido com características mais republicanas e autonomistas, do que nacionalistas. No seu manifesto revelam os propósitos de criação de um partido que lutasse pela constituição de uma República Federal e a obtenção de um regime autonómico para a Galiza. Ao mesmo tempo remetiam para a importância de potenciar a “personalidade colectiva” dos galegos, revelando-se como uma espécie de missão do partido “ayudar a forjar la conciencia colectiva de Galicia”. A ORGA era largamente composta por pequenos e médios burgueses, logo exercia a sua influência maioritariamente nas cidades (RODRÍGUEZ, 1991, pp. 263-264).

O verdadeiro *galeguismo* só voltará a ser verdadeiramente representado no ano de 1931, com a constituição da PG - *Partido Galleguista*, que terá a responsabilidade de elaborar o primeiro estatuto autonómico. O aparecimento deste partido nacionalista dá-se no encadeamento da proclamação da II República de Espanha, que previa um maior grau de participação social e política e uma possível alteração da estrutura administrativa do Estado, proporcionando maiores cotas de governo regional. O novo partido vai reavivar a política nacionalista que desde os tempos áureos das *Irmandades de Fala* parecia ter entrado em crise. O boletim *A Nosa Terra* era o meio de divulgação do programa e das actividades desta organização.

O PG surge de uma união entre diversos grupos e organizações nacionalistas, cerca de 32, e membros independentes, como os deputados das Cortes, Alfonso Castelao, Otero Pedrayo²⁷ e Suárez Picallo²⁸. Nos dias 5 e 6 de Dezembro de 1932 estes elementos reuniram-se numa assembleia para constituição do partido e aprovação do seu programa. O teor nacionalista do partido encontra-se bem patente na sua *Declaración de Principios*, que apresentava a Galiza como uma “unidad cultural, una comunidad autónoma, comunidad cooperativa y célula de universalidade”. Enquanto unidade cultural devem ser reconhecidas “sus características fundamentales: lengua, arte y espíritu”. Enquanto comunidade cooperativa “se reivindica la tierra para el trabajo y el trabajo para la tierra”. Por fim é apresentada como uma célula de universalidade, o que a define como “federalista, antiimperialista y pacifista” (RODRÍGUEZ, 1991, pp. 273-274).

Dentro do programa do partido, destaca-se o artigo sobre a organização do território, onde se expressa uma orientação democrática, autonomista e a possibilidade de agregação com comunidades etno-históricas semelhantes. Na questão cultural sobressai o objectivo de galeguização do ensino e a co-oficialidade do galego com o castelhano. A Galiza seria ainda soberana no que respeita à gestão do seu património cultural e artístico e orientação das instituições pedagógicas.

A importância do PG ultrapassa o seu papel na defesa da cultura e identidade galega. O ponto máximo da sua acção é sem dúvida a elaboração do I Estatuto de Autonomia da Galiza. Apesar de algumas tensões sentidas no seio do PG, devido a discórdias no que respeita à sua composição social, este partido foi a única organização deste género que revelou empenho na elaboração do Estatuto e na convocatória e triunfo no referendo autonómico (ALONSO, 1997, p. 374).

O estatuto de autonomia de 1936 foi o primeiro documento oficial que projectava a emancipação da Galiza. O documento depois de elaborado chegou ainda a passar por duas das etapas de outorgamento, mas a eclosão da guerra civil, apenas três dias depois da sua apresentação nas Cortes, não permitiu a sua aprovação. A vitória do franquismo remeteu este primeiro documento para uma posição simbólica, mas muito importante, uma vez que, neste documento, a Galiza é pela primeira vez apresentada como uma região autónoma inserida no Estado espanhol, agregando no seu território uma comunidade com características históricas, culturais, económicas e geográficas idênticas e detentora de um idioma próprio, que deveria ser reconhecido numa posição de co-oficialidade com o castelhano. Como tal, apesar de este

²⁷ Ramón Otero Pedrayo (1888-1976) – intelectual galego, defensor da língua galega e elemento da *Xeración Nós*. Participou nas *Irmandades da Fala* e foi militante do Partido Galeguista.

²⁸ Ramón Suárez Picallo (1894-1964) – escritor e jornalista galeguista, tendo participado na fundação do Partido Galeguista. Teve uma intensa actividade política, sendo importante a sua colaboração na elaboração do I Estatuto de Autonomia da Galiza, em 1936. Com o franquismo exilou-se em Buenos Aires, cidade onde viria a falecer.

documento ter ficado votado a um valor simbólico, os seus fundamentos acabaram por inspirar o actual estatuto

O movimento nacionalista e os seus militantes foram o maior alvo de perseguição franquista. Alguns dirigentes, como Bóveda e Casal, foram fuzilados, ao passo que outros grandes precursores da causa nacionalista não tiveram outra solução a não ser o exílio, como foi o caso de Castelao e Suárez, Picallo (VILLARES, 1991, p. 169). Os Estados Unidos da América e o continente sul-americano eram os principais destinos dos exilados, que, apesar de longe da sua nação, não deixaram de expressar os seus sentimentos nacionalistas e muito menos deixaram morrer o seu galeguismo. A actividade intelectual destes homens era exposta nos meios de comunicação social, rádio, jornais e revistas, sendo mesmo criadas instituições como os *Concellos de Galicia* e *Centros Gallegos* que promoviam a cultura e língua galegas. Estas organizações representavam a “voz da república federal, na sua vertente cultural e política autonomista, que pretendiam restaurar no momento da queda de Franco, que presumiam próxima” (BARREIRO; RECUERO, 2008, p. 247). A publicação livro de Castelao, enquanto este se encontrava exilado em Buenos Aires, *Sempre en Galiza* (1944), que é considerado a bíblia do *galeguismo* contemporâneo, é uma prova da vitalidade da actividade cultural desenvolvida por estes intelectuais..

Durante a década de 50, ressurgem algumas associações culturais de cariz galeguista, que apoiam e se inspiram na actividade dos intelectuais exilados. Na década de 60, assistiu-se ao despertar nacionalista, situação impulsionada pela fundação em 1964, da *Unión do Pobo Galego* (UPG), que seguia o princípio de que a Galiza “é uma nação e como tal tem direito à sua autodeterminação” (VILLARES, 1991, p. 171). A partir deste momento o movimento nacionalista e as aspirações autonómicas vão voltar a fazer parte das actividades políticas da Galiza. A nova geração nacionalista apresenta uma renovação ideológica, abandonando a concepção organicista e historicista da nação, e uma composição social algo diferente, incorporando camponeses e operários, para além da pequena burguesia. O novo *nacionalismo* tem como sujeito principal os sectores populares e ressalta a importância dos sindicatos e da actividade associativa, em conjunto com o trabalho político e cultural (ALONSO, 1991, p. 382).

Com a derrota do franquismo, inicia-se um novo período na História da Galiza, encaminhando-a para a transição democrática. Esta era uma fase fulcral para que o *nacionalismo* galego impusesse a sua ideologia. No entanto, mesmo com alguma revitalização da actividade nacionalista na oposição ao franquismo, o movimento ainda estava longe da consolidação. Ramón Villares considera que a falta de um partido de “orientação moderada”, agravou a “escassa consciência nacional e a progressiva hegemonização do espaço político de esquerda por partidos de âmbito estatal”, facto que colocou o nacionalismo num papel muito secundário. A instabilidade que se vivia nos partidos nacionalistas em nada contribuía para a afirmação do seu papel,

assistindo-se a inúmeras cisões e crises internas um pouco por toda a história destes partidos (VILLARES, 1991, pp. 171.173).

No período de transição para a democracia, a derrota esmagadora dos nacionalistas nas primeiras eleições pós-franquismo, em 1977, revelou o declínio da influência dos partidos nacionalistas, em especial o PG. Mas, em todo o caso, o seu papel não deixou de ser importante para a compreensão da Galiza contemporânea. A principal razão é a aprovação do Estatuto de Autonomia em 1981, cujo projecto não pode deixar de ser associado ao documento de 1936.

3.2- O *reintegracionismo* e a presença de Portugal no *nacionalismo galego*

Na fase nacionalista do *galeguismo*, começa a afirmar-se no seu discurso a presença de Portugal, inicialmente revelando-se um meio fértil para impor o afastamento do Estado espanhol. Apesar de já se notar nas fases provincialista e regionalista a importância das afinidades culturais com a nação portuguesa, em especial em Murguía, com a exaltação da historicidade e da etnicidade da nação, será com a emergência das *Irmandades da Fala* e da *Geração Nós* que este referente se torna inequívoco na *praxis* galeguista.

A ligação com Portugal parte, como tem sido referida, da existência de um passado histórico comum, que deixou marcas profundas na cultura dos dois povos, tanto no que respeita à herança linguística, como às tradições e ao folclore. Porém, este é um passado longínquo e o pedaço de Portugal que pertencia à *Gallaecia* emancipou-se, expandiu-se e a sua língua evoluiu, distanciando-se da sua raiz, o galego-português, recebendo influências estrangeiras, em especial as que foram transmitidas pela ocupação árabe. As mutações que ambos os territórios, mas em especial o português, foram recebendo ao longo de séculos, levanta uma questão interessante. Como é que os nacionalistas vêem Portugal? No seu todo ou concentram-se apenas no Norte?

Naturalmente que ambas as visões subsistem, podendo até conjugar-se, ou seja, Portugal é visto como um todo mas a partir do Norte. Esta região, juntamente com a Galiza, representa o berço dessa identidade histórica que se forma no contexto da *Gallaecia*, daí que lhe seja mais valorizada. Porém, o território português tem importância no seu todo, por representar o desejo maior do *galeguismo*, a autonomia política. Os galeguistas, ao longo das várias fases do movimento e com diferentes *nuances*, aspiram poder tomar as suas próprias decisões e as que lhes sejam mais convenientes, demarcar o seu

espaço cultural, enaltecendo a sua especificidade no quadro peninsular, nomeadamente através da oficialização do idioma falado na região. Dentro deste cenário, Portugal, no seu todo, afirma-se como uma fonte de inspiração, tendo alcançado a independência, distanciando-se e impondo-se ao poder da cultura castelhana. Contudo, alguns pensadores do *galeguismo*, nomeadamente Castelao, consideram que a extensão do território português para Sul levou à perda da unidade étnica original, comum à galega. O contacto com os povos árabes e com o seu idioma, que ficou praticamente confinada ao sul do Douro, deu uma heterogeneidade à cultura portuguesa, distanciando-a da genuinidade do estrato celta, a partir do qual ambas as nações se formaram.

As opiniões sobre uma maior ou menor valorização de uma aproximação com Portugal parecem ter sido sempre divergentes e instáveis. A partir da II República espanhola, a par das tendências apologistas da utilidade da aliança, Galiza–Portugal, ganham eco as vozes que preconizam o contrário, considerando que não há interesse neste relacionamento, porque causaria danos a nível económico e cultural. Além de que deveria haver um maior interesse em imprimir maior vigor à cultura galega por si só, do que colá-la ao espaço cultural de outra nação, que, apesar das semelhanças, recebeu ao longo dos tempos as suas próprias influências, apresentando as suas próprias especificidades. No entanto, no que respeita às questões linguísticas e ortográficas, a maioria dos nacionalistas parecem ser unânimes na defesa de uma aproximação ao idioma ao português, provavelmente não só pelas nítidas semelhanças e raiz comum, mas também porque a alternativa é a norma de aproximação ao castelhano.

No que respeita à presença de Portugal no discurso nacionalista galego, há uma expressão, de Murguía, frequentemente utilizada, que refere que houve sempre uma “endecisión amorosa” entre Portugal e Espanha nas preferências dos galegos. Ramón Villares considera que esta é uma questão onde se vislumbram várias contradições, na medida em que, de finais do século XVIII até inícios do século XIX, a percepção de Portugal, tanto na Galiza como Espanha, no geral, era distante e negativa. Várias razões contribuíram para este facto, desde a construção das monarquias portuguesa e espanhola, à “deriva” inerente à construção dos dois impérios ibéricos e ao processo de restauração da independência em 1640, visto como uma forma de separação e afastamento da Espanha. Com o aparecimento das primeiras correntes iberistas, em meados do século XIX, com o objectivo de resolução de problemas económicos, sociais e políticos que se sentiam por toda a Península Ibérica, verificou-se um atenuar desta visão negativa (VILLARES, 2002, p.8).

É no contexto do desenvolvimento dos nacionalismos periféricos em Espanha, concorrentes do nacionalismo de Estado, que a imagem de Portugal ganha um novo interesse. Assim, catalães, bascos e galegos inspiraram-se no

exemplo de união, Estado e Nação, representado por Portugal para a elaboração de projectos alternativos à nação espanhola. De facto, no contexto ibérico, Portugal possui os três elementos do modelo que nacionalistas bascos, catalães e galegos aspiram alcançar, ou seja, um Estado, uma nação, uma língua própria. O facto de cedo ter alcançado a independência e de, ao longo da sua evolução histórica, ter mantido estes três elementos, tornou Portugal uma fonte de inspiração e um exemplo para os nacionalismos espanhóis no geral. Esta é uma ideia recorrente nos discursos nacionalistas ibéricos no geral, sendo este facto muito valorizado, a par do contrapeso que Portugal representa face à hegemonia castelhana.

A presença de Portugal na Galiza era ainda muito ténue no século XIX, quando se começa a desenvolver o *galeguismo*, reportando-se essencialmente ao trabalho de historiadores. De facto, na fase provincialista a invocação de Portugal é praticamente inexistente e mesmo no *regionalismo*, apesar de se apelar a algumas semelhanças étnicas e culturais, não se promovem relações mais directas. Ainda que se verifique na obra de Benito Vicetto e de Manuel Murguía referências frequentes a Portugal, é com o aparecimento das *Irmandades da Fala* e da *Xeración Nós* que a presença portuguesa na cultura e na política galega vai ser mais notória. Uma ideia recorrente, e para a qual Xosé Núñez Seixas remete, é a de que os regionalistas e, posteriormente, alguns nacionalistas “projectarão a aproximação a Portugal e à cultura portuguesa apenas como uma reacção perante a consciência da situação de inferioridade que o galego sofria (e sofre) face ao predomínio do espanhol nos âmbitos oficiais e no sistema educativo: daí o recurso às afirmações retóricas de solidariedade, de identificação com a língua portuguesa como *arma dialéctica* que não se traduziam numa política consciente de aproximação cultural ao país vizinho” (NÚÑEZ, 1993, p. 68).

Entrando na fase nacionalista do *galeguismo*, a realidade portuguesa irá, portanto, integrar-se com frequência no discurso ideológico. A Galiza aproxima-se de Portugal a nível político, através das *Irmandades da Fala* e de homens como Antón Vilar Ponte e Xoán Vicente Viqueira que defendiam este tipo de aproximação como meio para o reforço do nacionalismo galego e a nível cultural, mais tarde, através da *Xeración Nós* e das obras de Vicente Risco, Otero Pedrayo e Castelao.

Na dimensão cultural, é de realçar a publicação da Revista *Nos*, onde são praticamente constantes as referências a Portugal, sua cultura, autores e livros, sendo também frequente a participação de colaboradores portugueses. Chegou mesmo a haver colaboração com o grupo *A Águia*, que publicava a *Renascença*, com sede no Porto, contava com nomes como Raul Brandão, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes. Este grupo era muito importante a nível intelectual e cultural, revelando-se muito sensível ao trabalho da *Xeración Nós*. Ramón Villares descreve assim as similitudes entre a vida cultural da *Nos* e da *Renascença* – “unha mesma concepción do mundo; son en boa medida

un pouco elitistas, un pouco aristócratas de espírito que diría Risco; son en boa medida desprezativos das masas, son antiparlamentarios; e teñen, mesmo desde o punto de vista estético un sentido bastante próximo, que poderemos dicir que son antifilisteos e que desprezan ou rexeitan iso que se chamaba daquela a “cultura hortera”, a cultura de todo o que depende do comercio, a cultura dos “Don Celidonio”, ese tipo ideal que definiu Vicente Risco coma O Porco de Pé, no coñecido romance risquián. Ou, dito de forma máis matizada, máis cariñosa, máis doce tal vez, é o que Otero Pedrayo chama en moitos dos seus textos O Castellano” (VILLARES, 2002, pp. 13-14).

A nivel político, as *Irmandades da Fala* mantinham relacións con Portugal com o obxectivo, non só de crear una comunidade cultural e lingüística, mas também política, que defendía una possível unión ibérica. Villares refere a práctica constante de una especie de “accidentalismo político” nos nacionalistas da *Nós* e das *Irmandades*, cujos elementos frecuentemente participavam em ambos os grupos. No que respeita às suas posições políticas verifica-se que não eram nem anti-monárquicos profundos, nem pró-republicanos convictos. A ideia geral era a de que, independentemente do regime político, a Galiza deveria estar sempre em primeiro lugar. Esta ideia é perfectamente visível na I Assembleia das *Irmandades* realizada em 1918, em Lugo, na qual o *regionalismo* é definitivamente substituído pelo *nacionalismo*, afirmando os seus principais obxectivos – a autonomía integral para a Galiza e a oficialização do galego como língua oficial da Galiza. A partir deste momento, a presença de Portugal vai ser mais notória, inserindo-se no conceito de *pangaleguismo*, introduzido nesta primeira Assembleia, no qual a nação portuguesa é incorporada no “deseño político futuro do nacionalismo galego”. Sobre este assunto temos o exemplo do discurso inaugural proferido por Villar Ponte e que defende que a Galiza “ten que considerar Portugal, pois elo é axiomático, coma o baluarte da súa independencia espiritual, namentres Portugal exista coma nazón independente Galiza non perderá endexamais as esencias de unha personalidade propia, que esvaída ou non, sempre terá virtude xermoladora nun senso irredentista. Galiza, en por iso debe ter sempre, latexando, no seu ideario nacionalista dende o principio, a liberdade e a independencia de Portugal, considerémola os galegos coma a nosa mesma liberdade e independencia, e estaremos dispostos de cote a erguérmonos violentamente contra os que quixesen esnaquizar aquela.” (Antón Vilar Ponte, Cit. por VILLARES, 2002, p. 14)

Portugal, ainda hoje, representa o ponto de referência humano mais próximo para a sociedade galega, por várias razões. Desde a mobilidade e intercâmbio de trabalhadores portugueses e galegos, às iniciativas no âmbito cultural, em especial no teatro e na música. As relações culturais sempre foram mais ou menos constantes. Porém, a nível político estas só se tornaram sistemáticas quando o regionalismo dá lugar ao nacionalismo, expresso nas *Irmandades*, *Xeración Nos* e posteriormente no *Partido Galeguista*. Para a

Galiza manter uma identidade nacional coesa, deveria estabelecer relações privilegiadas com o sistema cultural, linguístico e político português. Esta questão faz parte do legado deixado por Castela, o já referido ideal de uma *Hespaña* plural em termos culturais e políticos, sendo Portugal uma das suas componentes, o que, é importante frisar, só seria viável no contexto de uma República de cunho federal. Este tipo de união ibérica nunca foi bem definido pelo nacionalismo actual. Contudo, subsiste a ideia de Castela, um pouco utópica, que Villares resume da seguinte forma: “o porvir de Galicia non se pode pensar illadamente, porque non está separado do porvir da península ibérica” (VILLARES, 2002, pp.17-18).

Este projecto ibérico vai de certa forma materializar-se nas *Irmandades da Fala*, mais propriamente no *Manifesto da Assembleia Nacionalista de Lugo*, que resultou da Assembleia de Lugo e que é considerado o “primeiro programa político concreto e global do galeguismo”, ultrapassando-se a retórica e ficando definitivamente instituída a presença de Portugal (MIRAGAIA, 1990, p. 277). A aproximação com a nação portuguesa idealizada no contexto de uma Federação Ibérica, na qual seriam privilegiadas as relações com este país, está bem patente no capítulo relativo aos “Problemas constituintes” e que passo a citar:

“4º.Federación da Ibéria.

5º. Dentro d-esta federación, igoaldade de relacións con Portugal.

6º. Crendo na accidentalidade das formas de goberno intrínsecas a cada país, que non apelamos por ningunha, mais simpatizaremos dende logo con aquela que se amoste mais doada pra chegare á federación con Portugal.

7º. Ingreso das nacionalidades da Ibéria na Liga das Nações.”²⁹

O exemplo português será, como tenho vindo a referir, sintomático no desenvolvimento do *nacionalismo* galego, nas acusações direccionadas ao poder representado pelo Estado espanhol e na idealização de uma Galiza autónoma, de um modo mais ou menos radical, livre da dependência do centro e voltada para o Atlântico. Para Manuel Miragaia, “com a aparição do nacionalismo no sentido próprio, Portugal converte-se num dos elementos chave do pensamento político galego. A questão portuguesa, sempiternamente tratada num plano teórico, mais que desenvolvida plenamente na prática habitual do *galeguismo*, constitui algo essencial dentro

²⁹ Fonte:

http://www.galizalivre.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1526&Itemid=1
(consulta a 07/09)

dele, quando este é consciente e consequente, ajuda-o a concretizar a sua utopia e, ao mesmo tempo, procura solução para o problema ibérico” (MIRAGAIA, 1990, p. 270). Portugal pode ser assim considerado como um dos fundamentos do *nacionalismo* galego, ideologia que não existiria se a História não tivesse separado estas duas nações. Em todas estas questões merece a nossa atenção o papel dos intelectuais, das organizações e instrumentos galeguistas na elaboração da teoria nacionalista e na reflexão sobre os elementos que a compõe.

Na obra de Eduardo Pondal, poeta provincialista, é notório um grande desejo de aproximação com Portugal, retomando aos tempos que entende terem sido de glória e de união entre estas duas nações. O seu discurso revela influências iberistas, mas ao mesmo tempo um desejo de ruptura e um certo desprezo pelo centralismo espanhol. Antolín Faraldo e Romero Ortiz acrescentam a importância da literatura portuguesa para dignificação da galega, verificando-se no *rexurdimento* um maior vínculo com as obras literárias lusas. Para Benito Vicetto, historiador provincialista, a divisão entre Portugal e Galiza não faz sentido devido à identidade comum galego-portuguesa e à história comum a ambos. Por esta razão considera que os galegos devem direccionar mais a sua atenção e simpatia para Portugal em detrimento de Espanha, que despreza a especificidade cultural da Galiza. Para os historiadores que emergem com o segundo provincialismo, com maior relevância para Murguía e Vicetto, Portugal surge dentro de um contexto histórico, associando-se ao celtismo e ao atlantismo, voltado para a Bretanha e a Irlanda, situação que segundo Manuel Miragaia cria alguma confusão, explicando que “nom se como o mito do celtismo e do atlantismo podem ser comparáveis com a realidade portuguesa, tam próxima, tam tangível. Explica-se isto, de alguma maneira, com a actualidade, naquela altura, das luitas de libertação nacional irlandesa, que servírom para intensificar o celtismo”. Este facto é confirmado no discurso de Murguía, que sublinha a grande importância que a questão da “raça” tem, enquanto elemento que define uma identidade nacional, sendo que a proximidade entre Galiza e Portugal sustentada pelo facto de ambos os povos terem “*sangue celta e suevo polas veias*” (MIRAGAIA, 1990, p. 272-273).

Apesar destes exemplos apresentados, no século XIX a presença portuguesa no *galeguismo* ainda não é efectiva. Apesar de se notar a nível da cultura e da literatura uma forte aproximação com Portugal, a nível ideológico, político e mesmo étnico esse elo parece ser mais ténue. Na fase regionalista, quando o *galeguismo* ganha uma maior dimensão política, a par da obra de Murguía, na qual valoriza o referente histórico e étnico português, vai ter grande relevo o discurso de outro grande teórico, Alfredo Brañas, que por sua vez, desvaloriza esse referente, ignorando-o e rejeitando a importância da raiz comum. Contudo, Brañas valorizava o estrato celta dos galegos e o seu carácter atlântico. Assim, até ao século XX, Portugal “nom consegue a

substantividade que lhe teria que corresponder neste período da reconstrução do ser cultural e político galego” (Idem, p.274).

As *Irmandades da Fala* foram um importante motor e um elemento-chave do nacionalismo galego, pressagiando um futuro movimento político organizado. Logo no início das suas actividades revelaram-se abundantes as referências a Portugal nas relações culturais e na elaboração do pensamento político. Porém, esta situação acabou por se alterar com o início da ditadura de Primo Rivera, em 1923, devido à forte repressão que os galeguistas sofreram, em especial os elementos que defendiam com maior convicção a existência de uma identidade comum com a nação portuguesa.

Na fase inicial do primeiro *nacionalismo*, dois nomes se destacam pelo seu forte carácter lusitanista e por manifestarem um claro desejo de aproximação com Portugal – Xoán Vicente Viqueira e Antón Vilar Ponte. O primeiro revela no seu discurso o desejo de uma Galiza autónoma e de uma Federação Ibérica, defendendo ainda a integração do idioma Galego no espaço histórico do Português. O segundo mostra grandes conhecimentos sobre Portugal, manifestando e defendendo o lusitanismo, ao ponto de remeter para um “Pangaleguismo”. Esta expressão foi, aliás, título de um texto seu, no qual apresenta Portugal como fonte de inspiração e o reduto final da “independencia espiritual galega”. Olha para o idioma Português como a versão moderna e evoluída do Galego-Português e como a língua de um Estado-nação, uma língua nacional e não de nível regional como o Galego. Uma maior aproximação deste idioma ao Português, seria uma forma de quebrar o domínio do Castelhana, impedindo esta relação que a cultura do Estado central absorvesse a galega. Segundo Vilar Ponte, a união entre Portugal e Galiza traria também vantagens a nível político, mais concretamente num cenário de Federação Ibérica, que só seria aceitável mediante a garantia de autonomia galega e reconhecimento das especificidades desta nação, onde se reconhecem elementos comuns a Portugal. Só com esta condição, o iberismo poderia ser aceite pelos galeguistas, que, a partir daqui, tornaria os laços com Portugal mais fortes. No que respeita às vantagens na economia, reconhece as vantagens do comércio livre com Portugal e o fim das barreiras proteccionistas. Estas teorias faziam parte do universo da generalidade dos elementos das *Irmandades*, que corroboravam com a ideia de que o relacionamento com Portugal, a todos os níveis, fortalecia a identidade nacional galega, ao mesmo tempo que a tornava menos vulnerável face ao poder centralizador do Castelhana (MIRAGAIA, 1990, pp. 277-279).

Vicente Risco, o principal teórico da *Xeración Nós*, considerava a existência de uma ligação etno-linguística com Portugal. O seu discurso remetia para o “atlantismo” em oposição ao “mediterraneanismo”, assim tal como Murguía valorizava o estrato racial celta como elemento genético. Neste ponto considerava existir uma distância considerável entre galegos e, aquilo a que chama de, restantes “raças” ibéricas, que mesclavam características afro-

ibéricas. Considerava que a única afinidade era com Portugal, com o qual constituía uma “raça” que era superior às do centro e sul da Península Ibérica, razão pela qual considerava injusta a sua posição de dominado (BERAMENDI, 2007, pp. 496-498).

No que respeita à variedade idiomática peninsular, segue o legado deixado pelos regionalistas, integrando-se no grupo que defende que Galego e Português são formas dialectais que derivam do mesmo idioma, tendo conhecido ao longo da história percursos diferentes e por isso se terem distanciados da sua origem. Na obra de Risco, Portugal é apresentado como um espelho e um exemplo do rumo que a Galiza deveria ter conhecido, como podemos perceber na seguinte citação – “«Portugal é a Galiza ceibe e criadora, que levou pol-o mundo adiante a nosa fala e o nosso espírito, e inzou de nomes galegos o mapa do mundo [...] Namentral-a historia da Galiza Lucense é un perpetuo fracaso políteco, a de Portugal representa o triunfo da Galiza ideal, da Galiza galega [...] Portugal é algo sagrado para nós.»” (RISCO, Cit. in BERAMENDI, 2007, p. 583).

Uma das obras que melhor comprova a centralidade de Portugal no nacionalismo galego é o *Sempre en Galiza*, de Castelao, escrito durante a guerra civil, que levou o seu autor ao exílio. Trata-se de um ensaio político, onde se compilam vários discursos e artigos, estando dividido em quatro “livros” e um capítulo introdutório, escritos em diferentes fases do exílio do seu autor. Nesta obra percebe-se que, Castelao valoriza a ideologia iberista e a tradição das relações com a política e a cultura portuguesa, estando o terceiro livro de *Sempre en Galiza*, escrito em Buenos Aires, cheio de referências a Portugal. No seu pensamento interferiram várias influências, com especial relevância as obras de Murguía, de Vicetto, de Vicente Risco e do grupo *Nos* em geral, e ainda a tradição federal e autonomista das *Irmandades da Fala* e a sua experiência pessoal. Portugal surge na sua obra como um referente positivo, como um mito fundador, “un lugar natural onde debería situarse a Galicia no futuro, non para disolverse Portugal senón para conxuntamente com Portugal contribuir a construír dum modo distinto a Península Ibérica e a cultura ibérica” (VILLARES, 2002, pp. 15-16).

Na obra de Castelao, Portugal representa simultaneamente a identidade étnica, onde se vislumbra a reintegração da Galiza e um elemento essencial na reconstrução da Península Ibérica. O problema aqui é o do *nacionalismo* espanhol, que, para Castelao, é na realidade castelhano, e Espanha não deve ser reduzida a Castela. Neste sentido, o autor remete para uma reconstrução, ou digamos melhor, uma redefinição do conceito de *Espanha*, começando pelo próprio nome que deve passar a ser escrito com “H” (Hespaña) como forma de expressão da pluralidade cultural e da integração de todas as culturas e nacionalidades ibéricas, na qual Portugal se inclui. Inspirado por esta concepção, Castelao defendia frequentemente que Camões deveria ser considerado tanto ou mais espanhol que Cervantes, e considerava ainda uma

maior aproximação à cultura brasileira. Deste modo demonstra as suas influências iberistas e concebe o futuro da Galiza como nação autónoma, com Estatuto, o que só seria possível numa república, dentro de um sistema político democrático federal, que incluiria Portugal (VILLARES, 2002, p. 15-16).

Com muita frequência se verifica que as referências e formas de aproximação entre Portugal e Galiza se envolvem de um grande lirismo e sentimentalismo, concordante com a expressão de duas nações constantemente referidas como *irmãs*. Contudo, é neste campo mais sentimental e no meio intelectual que, frequentemente de uma forma muito vaga, se vão elaborar as primeiras propostas e teorias de aproximação entre as duas nações. Apesar da repressão promovida pela ditadura franquista, os galeguistas conseguem manter relações com os círculos intelectuais portugueses. Também neste meio mais erudito as referências a Portugal e às afinidades entre ambas as nações seguiram a fórmula de marcar o afastamento e diferenciação em relação a Castela e ao centralismo de Espanha. Como temos vindo a reparar, o conceito de Portugal surge associado à sua concepção como uma espécie de *mito fundador*, o elemento que define e caracteriza a Galiza.

Apesar desta notória presença de Portugal na formulação da ideologia nacionalista galega, devemos considerar também que desde que esta se começou a formar se optou por uma via independente, promovendo-se a sua especificidade cultural. O que é óbvio é que esse tronco comum é ressaltado como herança de um passado comum. As iniciativas com vista a uma integração surgem com mais frequência na fase nacionalista. Porém, são muito dispersas e individualizadas, sendo estas acções muitas vezes associadas à tradição iberista. No início do século XX, ganha contornos mais definidos o *projecto* com vista a uma Federação Ibérica.

Não podemos deixar, no entanto, de questionar o facto de existir uma maior valorização do tronco comum com Portugal, o que poderá explicar as dificuldades que o galeguismo encontrou em afirmar na totalidade uma identidade própria, original, afastada tanto da portuguesa, como da castelhana. Esta situação parece estar hoje a tentar ser ultrapassada por alguns grupos nacionalistas, que chegam quase a não considerar a importância do laço gerado, entre Portugal e Galiza, no seio da cultura celta. Esta visão não é unânime, o que resulta numa divisão dos nacionalistas, em especial no que concerne à questão da norma linguística, tornando o movimento mais frágil e instável, quando comparado com outros nacionalismos ibéricos. O principal problema do nacionalismo galego parece residir na dificuldade em construir uma identidade galega afastada da portuguesa, sem a colar à castelhana. Sobre esta questão, Elias Torres Feijó dá a seguinte explicação: “A construção da Galiza contemporânea está feita, em boa parte, por afastamento de

Portugal, deliberadamente ou não, porque está feita sobre a base do apagamento do seu construto identitário. Como consequência, muitos dos potenciais elos de união sócio-culturais (incluindo aqui desde a língua e os seus usos às normas de comportamento e hábitos colectivos) estão espanholizados. Não há, na Galiza, um número suficiente de normas, modelos ou materiais culturais assimiláveis a um padrão nacional para constituir um nítido corpus diferencial galego, desde os gostos desportivos das pessoas ao próprio sentido da nacionalidade “ (TORRES, 2003, p. 5).

Como é natural não se pode deixar de identificar Portugal e Espanha como dois “espelhos, côncavos, convexos, da identidade galega, do identificado/ável como galego, da sua hierarquia interna de normas, modelos e materiais...”, ainda que, como é natural, haja uma maior aproximação ao referente galego. Este último aspecto é visto, por Torres Feijó, como um entrave às relações entre Portugal e Galiza, pelo que este considera fulcral o reconhecimento das diferenças do segundo em relação ao Estado espanhol (*Idem*, p.6).

Como acabamos de ver, dentro do *nacionalismo galego*, distingue-se uma ala que reconhece uma maior identificação da Galiza com Portugal. O *reintegracionismo*, que já abordei no capítulo anterior, relativamente às problemáticas inerentes à língua galega, é, essencialmente, o movimento social e cultural que defende a importância do reforço das relações entre Portugal e Galiza e uma maior aproximação linguística e cultural à nação portuguesa. Contudo, frequentemente vai mais longe, revelando ideias de reintegração a nível político.

As teorias reintegracionistas conjugam dois componentes, seguindo uma lógica de aproximação a Portugal, que é aqui o referente positivo, procurando uma afirmação da nacionalidade galega por oposição a Castela, o referente negativo. A etnicidade e a origem histórica comum são, como tenho vindo a referir, os elementos principais e constantemente reforçados relativamente a esse referente positivo. O diferente destino que Portugal conheceu colocam-no numa posição, digamos, superior, na medida em que representa aquilo que a Galiza poderia ter sido, uma nação independente e não submetida a uma nação *alheia*. Assim, Portugal e Galiza são afiguradas como “duas partes da mesma essência nacional. Deste modo o referente de reintegração reforça o de negação. Pero potencia tamén o de afirmación, porque Portugal é o exemplo vivo das capacidades da alma galega cando pode actuar sem cadeas” (BERAMEDI, 2007, p. 583).

Um das questões mais problemáticas e discutidas, em relação ao reintegracionismo, assenta nos perigos de uma *colagem* ao referente português, fomentando, em alguns casos, uma divisão no seio do *nacionalismo*, em especial os nacionalistas que procuram promover uma identidade independente de outras nações. Um dos grandes problemas do discurso reintegracionista parece ser o facto de muito facilmente extrapolar a

questão das políticas de unificação linguística para questões políticas mais complexas, numa dimensão territorial, desenvolvendo-se a partir daqui *projectos* e concepções políticas ambíguas. O reintegracionismo não pode ser visto como uma solução para o problema da identidade galega, pois isto não só vai gerar incoerências, como vai afectar as relações a nível económico e cultural com Portugal.

Podemos detectar várias incongruências na consideração de uma *galeguidade* portuguesa. Nomeadamente, questões que remontam à reconquista e à expansão territorial até ao Algarve, o que resultou numa mistura com os elementos étnicos e culturais da *Afro-ibéria*, tendo-se perdido alguns traços étnicos originais. Além deste aspecto, surgem as contradições implícitas no projecto de federação ibérica, o qual aproximaria os dois Estados ibéricos. Ora, esta facto não é concordante com a concepção de Portugal como um exemplo de uma nação ibérica e independente de Espanha. Beramendi refere que, que num campo hipotético, o único projecto que faria sentido, ao nível de uma reintegração de âmbito político, seria a reconstituição do espaço da *Gallaecia*, na medida em que foi no seu seio que se formaram os elementos que definem a identidade étnica e cultural galaico-portuguesa. Portanto, a aproximação, entre Portugal e Galiza, através de uma confederação ibérica era, como nos diz Beramendi “*o ponto de máximo achegamento á utopia*” (BERAMENDI, 2007, pp. 584-585).

Deste modo, faz mais sentido promover e manter o estreitamento das relações a nível linguístico e cultural, na medida em que, neste campo os resultados das iniciativas de aproximação a Portugal são mais visíveis. O reintegracionismo linguístico, apesar de ter visto rejeitada a sua orientação quando foi determinada a norma a adoptar pelo galego oficial, não deixa de ter ainda algum eco na Galiza. A aproximação a Portugal dentro do reintegracionismo linguístico tem um carácter diferenciado relativamente ao reintegracionismo político, daí que tenha sido mais bem sucedido. Segundo Núñez Seixas, a justificação está no facto de, em primeiro lugar, ter sido necessário “lutar contra o castelhano através de uma consolidação cultural e nacional autocentrada”, tendo como ponto de partida o laço histórico com Portugal. A partir da conquista deste lugar “pretendia-se uma aproximação ortográfica, etc, mas *entre iguais*”, à semelhança do que aconteceu com a cultura flamenga (NÚÑEZ, 1993, p. 77).

4 - Olhares de Portugal: galegos ou espanhóis?

No capítulo anterior apresentei a proximidade entre Portugal e Galiza, essencialmente do ponto de vista da última. Obviamente, que o inverso não se processa da mesma forma, pois as circunstâncias são diferentes. Porém, não deixa de ser interessante entender como vêem os portugueses esta ligação e se partilham este sentimento. Uma conclusão se pode tirar, quase de imediato, é a de que a Galiza não parece estar tão presente em Portugal, a não ser nas zonas fronteiriças, e muito menos no nosso nacionalismo.

No que respeita ao reintegracionismo esta distância parece ser ainda mais evidente, o que segundo Núñez Seixas, se deve ao “simples facto de Galiza e Portugal partirem de bases diferentes”. Portugal apresenta-se como um Estado consolidado, autónomo e estável, mantendo boas relações com o Estado espanhol, ainda que nem sempre tenha sido assim. Assim, sempre houve maior interesse em manter a harmonia peninsular do que provocar danos nesta relação com a “ingerência em pretensões irredentistas”. Por esta razão em especial os galeguistas nunca encontraram em Portugal um aliado e o apoio que procuravam, mesmo que este também tenha procurado sempre afirmar a sua identidade e nacionalidade em detrimento do domínio peninsular que a Espanha detém a vários níveis. A grande diferença é que Portugal não recorre ao referente galego para definir a sua identidade nacional, percebendo-se que a “a Galiza é vista mais como uma herança de tempos perdidos entre brumas de saudade (...) que como uma parte efectiva de um *Volkstum* português além-fronteiras”. Ao nível das referências à Galiza na produção intelectual estas são muito escassas e pouco destacadas, mas podemos encontrá-las, no início do século XX na obra de Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, nas revistas *Seara Nova* (lançada em 1921 e com publicação, relativamente regular, até 1979) e *A Águia* (publicada de 1910 a 1932), e nos poetas integralistas, Afonso Lopes Vieira e António Sardinha. étnica das nações atlânticas europeias, remetendo para a existência de um O integralismo português desenvolve a sua ideologia através da base espiritual e *Homo Atlanticus*, que vai sofrendo mutações através do contacto com outros povos, em especial centro-europeus (NÚÑEZ, 1993, pp. 70 - 71).

Com a ditadura salazarista, a expressão mais próxima do fascismo em Portugal, o interesse pela denominada *questão galega* perdeu ainda mais espaço. Este facto estará relacionado com o carácter isolacionista e a inexistência de uma política expansionista europeia no regime de Oliveira

Salazar. Assim, a nível do interesse político a única expressão de um desejo de união entre as duas nações é protagonizada pelo fascista radical e líder do Movimento Nacional-Sindicalista, Rolão Preto, que reivindicava a Galiza como parte integrante de Portugal, que sem ela era uma “nação amputada”. As suas teorias eram baseadas nas afinidades históricas, étnicas, linguísticas e geográficas que uniam ambas as nações. A sua acção ficou marcada pelos seus contornos conspiratórios, chegando a arquitectar um projecto de anexação da Galiza a Portugal. Um facto curioso prende-se com o seu exílio em Espanha entre 1933/34, onde manteve, em simultâneo, relações com o filho de Primo de Rivera, fundador do partido fascista espanhol, a Falange, e com galegos nacionalistas (NÚÑEZ, 1993, pp. 71-72).

As dificuldades de relacionamento entre Portugal e Galiza resultam, em parte, de um desconhecimento e incompreensão recíprocos, dos embaraços naturais no que toca a contactos entre movimentos nacionalistas, das realidades diferentes – Portugal apresenta-se perante a Galiza como um “Estado amadurecido e consolidado” – e da criação de imagens por vezes demasiado idealizadas e longe da realidade “do outro «ser» nacional”, do qual se criava uma imagem aparentada. É um facto inegável que Portugal nunca viu a Galiza como uma parte “reintegrável”, o que segundo Núñez Seixas se deve à “falta de uma definição teórica de um nacionalismo irredentista ou de um pensamento *völkisch* português” (NÚÑEZ, 1993, p. 78). Além de que, não podemos negar que a questão já referida dos interesses concorrentes e da prioridade do relacionamento com Espanha também parece ter afectado esta posição. Actualmente, apesar do relacionamento entre Portugal e Galiza ao nível cultural e intelectual ainda se encontrar aquém do esperado, no contexto económico, como vamos ver no próximo capítulo, têm-se vindo a revelar potencialidades. Assim, podemos afirmar que é no contexto da integração europeia e do projecto de revitalização das regiões fronteiriças que estes dois territórios se vão *reencontrar*.

Na opinião de António Medeiros, a incompreensão da especificidade do galego pelos portugueses, mesmo na fronteira entre ambas as nações, dificulta mais as nossas relações, provocando algum desgosto aos galegos – “a constatação do desconhecimento da língua galega era bastante penosa para os galegos mais lusófilos que conheci, que lamentavam amiúde que, paradoxalmente, os portugueses compreendessem mal a sua língua, a estranhassem muito e que, na maior parte das vezes, pudessem retorquir a questões postas em galego mimando um castelhano que lhes parecia inevitavelmente cómico, dadas as suas incorrecções flagrantes” (MEDEIROS, 2003, p.340). De facto, já muitos de nós assistimos a portugueses a dirigirem-se a espanhóis, num “idioma” ensaiado, popularmente designado como *portunhol*. Mesmo nas regiões fronteiriças, onde há mais contacto entre os habitantes do país vizinho, esta situação se verifica. Este facto é para os galeguistas motivo de alguma tristeza, provavelmente sentindo que os próprios

portugueses estão demasiado influenciados pelo castelhano, ignorando a língua *irmã*, o galego.

Outra das causas da falta de entendimento dos portugueses em relação aos galegos prende-se com o desconhecimento relativamente à realidade espanhola em geral, que deriva também de um problema de falta de cultura ou desinteresse pelo que se passa fora das nossas fronteiras. A grande maioria da população portuguesa parece não entender a Espanha como um mosaico de pequenas nações, desconhecem que nem todos falam castelhano ou que existe uma divisão territorial em Comunidades Autónomas. Por norma, os portugueses entendem a Espanha como um todo. Por exemplo, quando visitam a Catalunha, Andaluzia ou Galiza, dizem que vão a Espanha, não há o hábito de diferenciar. Para além desse facto, há sempre uma postura um pouco defensiva e mesmo de desconfiança relativamente ao Estado vizinho. Espanha, para além de ocupar a grande maioria do território peninsular tem muito mais poder económico e visibilidade internacional. Nos nossos anos, tem-se verificado uma presença cada vez maior de Espanha em Portugal, em especial na nossa economia, existindo grandes grupos empresariais que se instalaram, tendo encontrado uma posição confortável no mercado português.

A incompreensão que muitos portugueses têm perante a especificidade cultural galega é, como já referi, fruto da ignorância em relação ao país vizinho, revelando, de igual modo, a falta de percepção das próprias especificidades portuguesas. Apesar de Portugal se apresentar como uma nação culturalmente homogénea, proporcionada pela existência de um Estado estável, com uma língua oficial, tal não significa que não haja diferenças entre um habitante natural do Minho e um natural do Alentejo. Estas especificidades regionais observam-se, por exemplo, na gastronomia, nas tradições de carácter regional, no folclore e nos modos de expressão, reconhecendo-se variações lexicais e diferentes pronúncias no território português, ao ponto de o linguistas terem diferenciado os dialectos no norte, dos dialectos do sul. Reconhece-se ainda, ao longo do território português, uma grande variedade de questões sociológicas, económicas, políticas, culturais e religiosas.

Elias Torres Feijó, Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas e Professor de Filologia galega e portuguesa na Universidade de Santiago de Compostela, no seu artigo *“Portugal, para quê?”*, faz uma interessante reflexão relativamente ao relacionamento galego-português e as vantagens potenciais para ambas as nações em várias dimensões. De uma forma muito sistemática e concisa introduz este relacionamento do seguinte modo: “Se o relacionamento entre elementos de distintos sistemas coloca ineludivelmente umha interrogação sobre o próprio, em casos de sistemas emergentes, fracos na sua génese e em construção na sua definição, a importância do relacionamento extra-sistémico é substantiva, porque as transferências do sistema-meta (aqui o português) podem preencher as lacunas sistémicas do sistema-origem (aqui o galego), mesmo aquelas que servem para o delimitar e caracterizar. Maxime quando, para o caso, Portugal

ocupa um histórico papel referencial para o galeguismo e até em muitas ocorrências para a simples condição de 'galego'; nalguns casos, até, é um histórico e complexo referente de reintegração." (TORRES, 2003, p.1).

Existem várias dificuldades ao relacionamento entre Portugal e Galiza e que determinam a nossa convivência. Um aspecto eminente encontra-se ao nível do sistema político-administrativo, cujas diferenças têm um peso natural na promoção dessa proximidade. Por um lado temos, então, um Estado que desde cedo se tornou totalmente independente. Do outro lado, encontramos uma Comunidade Autónoma dentro de um estado dividido em várias comunidades similares, "o que implica níveis de soberania (...) diferentes, e que necessariamente determina olhares mútuos. Portugal é um agregado que conta entre os seus mitos fundadores ser a mais antiga nação da Europa com as suas fronteiras fixadas, num estado fortemente unitário, cuja tradição democrático-progressista contemporânea é em bastante medida anti-nacionalista, a mais recente construída na resistência anti-salazarista" (*Idem*, p.2).

O atraso económico que durante séculos acompanhou a Galiza também contribuiu para o distanciamento de Portugal, que percepcionava esta região, do mesmo modo que o Minho ou Trás-os-Montes, numa "esfera rural e atrasada (...) que não prestava como referente, antes pelo contrário, disso se queria fugir". Esta rejeição através da criação de uma imagem de um Noroeste peninsular atrasado era em boa parte promovida por intelectuais, em especial os que circulavam entre as elites lisboetas, seguindo também os naturais interesses económicos. Deste modo, o norte de Portugal vai perdendo cada vez mais influência no espaço da nossa comunicação com o mundo, que começa, ainda mais, a partir de Lisboa, resultando num favorecimento do relacionamento com Madrid (*Id.*, pp. 2-3).

Estes eram os principais entraves ao entendimento do galeguismo por parte dos portugueses, ainda que este encontrasse um pequeno espaço entre sentimentos de anti-castelhanismo e contra a hegemonia espanhola peninsular. Mas até neste espaço se verifica alguma apreensão em relação à Galiza e que se prende com um certo orgulho português, concordante com a formulação de uma identidade nacional independente de Espanha, que afasta a ideia de que a Galiza é uma parte de Portugal, no sentido em que faz parte do nosso *corpus* identitário. Neste sentido, Torres Feijó conclui que "é melhor perspectivá-la como Espanha, classificá-la como diferente". Esta visão criada pelas elites e intelectuais vai ter influência no imaginário dos poucos portugueses que foram mantendo algum interesse na Galiza (*Id.*, *Ibidem.*). Nesta perspectiva, penso ser instintiva a maior propensão para uma proximidade da Galiza e do galeguismo com o Norte de Portugal, por ambos se encontrarem numa situação de atraso económico e periférico semelhante.

Esta dificuldade de o galeguismo conseguir ganhar a simpatia e solidariedade dos portugueses vai ter continuidade na nossa percepção actual da Galiza. De facto, nota-se uma dificuldade em reconhecer semelhanças entre

Portugal e Galiza, para além das geo-morfológicas e físicas. No que concerne às afinidades a nível social, histórico e cultural, da raiz étnica da população e da língua não há, nem nunca houve em tempos mais recentes, uma noção verdadeiramente instituída dessas semelhanças. A sensação que passa é a de que a identidade nacional portuguesa se define a partir do momento em que se dá a independência de Portugal, ou mesmo a partir do momento em que é criado o Condado Portucalense, e os dois territórios tomam rumos diferentes. O que ficou para trás é como se fosse apenas uma parte desse *processo* que levou à emergência de uma nova nação independente no contexto peninsular.

O desconhecimento português relativamente às similitudes com a Galiza vai ser realçado pelo facto de, actualmente, a identidade nacional galega estar cada vez mais distante de Portugal e mais próxima da cultura espanhola. Para este facto, contribuiu questão da língua, no que respeita à adopção da norma oficial, mais próxima do castelhano e da sua utilização quotidiana. Como tal, muitos portugueses têm dificuldade em reconhecer o Galego como uma língua autónoma do castelhano, e mais ainda em identificá-la como semelhante ao Português. A tendência geral é entender o Galego como um idioma próximo do Português em termos de fonética, mas castelhanizado no seu léxico. Assim, a alternativa à ideia de Galego e Português como duas línguas diferenciadas é a percepção de uma língua galega que mistura elementos desta e da castelhana.

Para além disso, na actualidade, temos o problema da falta de expressão de um galeguismo mais enraizado, sendo, aliás, os nacionalistas moderados do BNG, que têm mais votos na Galiza, aos nível dos partidos de cariz nacionalista galego.. O nacionalismo galego é, portanto, mais frágil, se o compararmos com os outros nacionalismos históricos de Espanha, o catalão e o basco, onde o sentimento de uma identidade nacional está muito mais vincado. Isto poderá explicar-se pela falta de unidade dentro do próprio nacionalismo, pela dificuldade em construir uma identidade separada da cultura castelhana ou da portuguesa e, especialmente, pela aparente incapacidade de se estabelecer um acordo no que respeita à adopção da norma linguística. Ainda que a norma oficial seja a isolacionista, a discussão entre os seus apologistas e reintegracionistas mantém-se, persistindo o uso de diferentes normas do Galego. Para este idioma conseguir afirmar-se, é emergente que se chegue a um acordo definitivo e que se façam as devidas cedências. Isto porque a contenda entre os responsáveis pela normatização do galego só traz prejuízo, na medida em que confunde a população relativamente à norma a utilizar, atrasando assim o progresso e a fixação do galego por toda a Galiza. A língua é um dos elementos que melhor define uma nação, logo é essencial que esta consiga chegar a toda a população.

Nas palavras de Elias Torres Feijó (partilhada no geral por nacionalistas, mas com maior ênfase pelos reintegracionistas), Portugal e Galiza formam “dous conjuntos humanos próximos (recentemente com maior facilidade de trânsito, desaparecido o muro transfronteiriço galgado de mui diversas maneiras no passado), que tem gerado, e gera, umhas determinadas relações

comerciais e, em geral, económicas (que, por sinal, nom aceleram a aproximação cultural galego portuguesa mas hispano-lusa) ” (TORRES, 2003, p.2). Porém, actualmente, a cooperação com a Galiza a nível económico revela-se fulcral para o desenvolvimento da Região Norte, que cada vez mais tem encontrado nesta Comunidade Autónoma um parceiro. Esta preferência de relacionamento actual, que encontra um apoio nos programas comunitários, poderá ser aproveitada para manter e fortalecer os laços de ligação. No entanto, muitos nacionalistas, em especial os reintegracionistas, rejeitam a cooperação económica como um instrumento de proximidade, acusando-a de promover mais o relacionamento com Madrid do que com a Galiza. Além disso, consideram esta forma de relacionamento num contexto essencialmente capitalista, corrompendo a essência étnica, histórica e cultural desta ligação, que se deve valorizar em primeiro plano. Apesar destas posições, como vamos ver no próximo capítulo, a Galiza tem-se mostrado um importante companheiro de Portugal ao nível económico, mantendo-se boas relações a este nível e perspectivando-se um incremento dos projectos conjuntos no futuro.

Apesar de todas as questões reflectidas e das óbvias dificuldades no relacionamento entre portugueses e galegos, há uma situação excepcional que se verifica entre a população raiana. A convivência quotidiana e a partilha de um espaço comum tornam este relacionamento instintivo e rotineiro, sendo esta situação muito mais evidente na raia seca, que separa a população transmontana e a ourensana.

Ao conjunto de pessoas residente nestas regiões dava-se o nome de *povos promíscuos*, denominação antiga, hoje de cariz mais popular, usada para se referir à mistura de população galega e portuguesa junto à raia. O termo *promíscuo* significa misturado, confuso, indistinto, o que acontecia pelo facto de muitas vezes a delimitação da fronteira ser feita de uma forma muito aleatória, passando muitas vezes a *linha* pelo meio de casas, ruas ou muros. Como exemplo desta situação temos a população da zona da raia Chaves-Verín, mais precisamente das aldeias de Soutelinho, Cambedo e Lamadarcos. Esta fronteira é ainda hoje muito viva e movimentada, o que resulta da facilidade de comunicação e circulação da raia seca, que não possui grandes acidentes geográficos, como acontece na raia *molhada* com o Rio Minho. A circulação é constante entre os dois lados, seja para ir trabalhar, para ir às compras, para lazer, para participar em cerimónias religiosas, dando apenas alguns exemplos. A facilidade de circulação foi desde sempre favorável ao contrabando, que durante muito tempo foi a *ocupação* principal da população raiana. Neste sentido é natural que portugueses e galegos se misturem e se confundam, não existindo nesta zona dificuldades ao nível da compreensão da língua, até porque nestas aldeias o galego segue quase sempre a norma reintegracionista (MORAIS, 2000, pp. 861-862).

Outro exemplo de relacionamento entre população raiana é o das aldeias do couto misto ou aldeias mulatas,³⁰ onde se mesclavam galegos e barrosões, situando-se entre Barroso, concelho de Montalegre, e Calvos de Randín e Baltar, província de Ourense. Maria João Morais explica-nos como vivia e se relacionava esta população: “os seus habitantes, lavradores, pastores e comerciantes, essencialmente de cereais e tabaco e gado gozavam de grandes privilégios: comercializavam livremente sem pagar impostos, tinham o direito de asilo e por isso eram muitas vezes considerados marginais, misturados com criminosos, fomentando o contrabando; não faziam serviço militar, mesmo em tempo de guerra, porém tinham licença de arma para caçar ou para a sua própria defesa. Os *carabineros* e os *guardinhas* (assim chamavam à guarda fiscal) não tinham no couto qualquer intervenção”. Existia um juiz civil, que era a autoridade a nível de governo e aplicação de justiça e podiam não pagar impostos, mas tinham um pagamento semelhante ao feudo. Tanto a jurisdição espanhola como a portuguesa não lhes dizia respeito e a sua nacionalidade podia ser alvo de escolha, conforme os interesses específicos de cada habitante. Tal como aconteceu com os “povos promíscuos” esta situação de indefinição, resultante da imprecisão do traçado, manteve-se até à delimitação definitiva da fronteira entre os dois Estados (MORAIS, 2000, pp. 863-864).

³⁰ Designação dada a um território situado na fronteira de Trás-os Montes (perto de Montalegre) com Ourense . Os habitantes do Couto Misto (assim denominado por misturar galegos com portugueses) gozaram , até 1864, de regalias devido à sua localização geográfica: desde a opção da sua nacionalidade, à insenção de taxas e impostos e a livre passagem de pessoas e mercadorias entre dois Estados.

5 - A integração europeia e o relacionamento entre Portugal e Galiza: um novo ponto de encontro?

O que vimos até aqui foi uma aproximação histórica, cultural e linguística às afinidades entre Portugal e Galiza. Vimos também que estas compatibilidades tiveram uma presença muito vincada na construção ideológica do nacionalismo galego. Neste último aspecto, independentemente de os discursos serem mais ou menos radicais, a presença de Portugal é inequívoca, na medida em que a procura dos fundamentos orgânicos, históricos e culturais da identidade galega, vai conduzir, inevitavelmente, ao encontro com Portugal.

Como vamos ver, a partir daqui, Portugal e Galiza vão conhecer, na actualidade, um novo tipo de relacionamento. Esta espécie de *reencontro* vai ser proporcionado no contexto da integração europeia. Após a constituição, em 1981, da Comunidade Autónoma da Galiza e, em 1986, a adesão simultânea, de Portugal e Espanha à, na altura, Comunidade Económica Europeia, criaram-se as condições para o início de um processo de Cooperação Transfronteiriça, cujo objectivo é revitalizar e apoiar o desenvolvimento económico das regiões de fronteira, que frequentemente são prejudicadas pela sua situação periférica. Este projecto tem, ainda, a vantagem de reaproximar regiões que, apesar de pertencerem a Estados diferentes, dada a sua vizinhança possuem traços culturais semelhantes e, como neste caso em concreto, com momentos de encontros na sua História.

Para melhor se perceber como se processa esta nova fase de relacionamento, proponho-me a fazer uma abordagem à situação de Portugal e Galiza no âmbito da Cooperação Transfronteiriça e dar a conhecer os instrumentos e as instituições que potenciam esse relacionamento. No fim deste capítulo, espero poder compreender se há, de facto, alguma relação entre todas as afinidades até aqui expostas e o sucesso da cooperação e relacionamento económico entre as duas regiões.

À partida, como tenho vindo a referir, podemos distinguir três pilares fundamentais e que favorecem o relacionamento Portugal-Galiza: as afinidades histórico-culturais, a proximidade geográfica e os programas de cooperação transfronteiriça, no âmbito da integração europeia. Contudo, não podemos deixar de ter em conta que estamos perante duas realidades

diferentes, nomeadamente ao nível os processos históricos que ambas conheceram após a sua separação e a nível político, económico e administrativo. Mas, como vamos perceber, um dos objectivos da integração europeia é, precisamente, ultrapassar obstáculos à cooperação e aproximar, ou, como neste caso em concreto, reaproximar regiões vizinhas.

5.1 – A Integração Europeia e a abertura das fronteiras: o início da cooperação transfronteiriça.

A fronteira, elemento fulcral neste capítulo, apresenta um carácter tendencialmente jurídico-político, definindo e limitando um território histórico e uma organização política. Nos dias de hoje, a concepção da fronteira não se pode separar da prosperidade da forma política estatal, na qual resulta a ideia da soberania de um poder supremo sobre um determinado território e povo, que se separa de outras soberanias estatais através de uma linha fronteira. A determinação precisa das linhas de fronteira e seu registo através da cartografia revela o sentimento de pertença a um Estado, o patriotismo, fazendo desaparecer anteriores zonas de indefinição. Na construção e/ou reforço de uma consciência identitária, a existência de uma fronteira devidamente cartografada, a par de símbolos como o hino e a bandeira, formam os elementos primordiais da identidade dos Estados. As fronteiras terrestres da Galiza ficam mais ou menos estabelecidas a partir do momento em que Portugal se torna independente, pelo que ambos partilham também uma das fronteiras mais antigas da Europa (LÓPEZ, 2006, pp. 44-47).

A fronteira afigura-se também como espaço de ruptura social, política, económica e cultural, revelando-se um dos embaraços ao relacionamento. Porém, a cooperação transfronteiriça surgiu como uma forma de contornar esse obstáculo. Na sequência disto, procuram-se formas de concertação, colaboração, introduzindo-se elementos de continuidade entre os territórios vizinhos. Os pontos-chave da cooperação transfronteiriça são o aproveitamento conjunto dos recursos endógenos, a criação de um mercado transfronteiriço para as empresas locais e a coordenação de equipamentos e serviços disponíveis de ambos os lados da fronteira (FERRAZ, 2000, p. 82).

A construção da Europa contemporânea tem sido marcada pelo crescente protagonismo das regiões e também pela formação de grandes espaços sócio-económicos integrados nestas e baseados em afinidades de ordem cultural, histórica, linguística e nos interesses em comum. A cooperação inter-regional vai ser promovida com o objectivo de se ultrapassarem disparidades e desequilíbrios a nível económico, o que ocorre com maior frequência nas regiões periféricas. Esta situação verifica-se precisamente na

Europa atlântica, o que levou a que em 1989 fosse criado o Arco Atlântico, que integra, do norte da Escócia ao sul de Portugal, 27 regiões.³¹

O objectivo principal do Arco Atlântico é o reforço da solidariedade das regiões que engloba, procurando dar resposta aos problemas que resultam da evolução das economias contemporâneas. Os novos desafios do mundo contemporâneo como a globalização, o ritmo acelerado de sistemas técnico-económicos, as novas estratégias de gestão empresarial e a exploração de novos recursos, trouxe inúmeras implicações e exigências colocando alguns problemas às regiões. Manuel Fraga Iribarne ressalta a “translação progressiva dos centros de gravidade para o Este”, colocando o Oeste numa posição marginal prejudicando em especial as regiões da Galiza e Norte de Portugal. Perante estes novos desafios e acrescentando o facto de no Oeste Atlântico abundar o sector agrícola, a par de uma baixa produtividade, da presença industrial ainda muito dependente de factores externos e um fraco sector terciário, a estratégia mais viável seria a de constituir uma inter-regionalidade ao longo do Eixo Atlântico. Assim, a cooperação inter-regional emerge com o objectivo de configurar externalidades, definir novos campos de acção, estabelecimento de novas relações, todos trabalhando em conjunto na produção de novos factores (FRAGA, 1992, pp. 458-460).

As condições para este relacionamento são favorecidas por algumas afinidades, nomeadamente o facto de todas serem regiões marítimas, a partilha de interesses comuns e a existência de afinidades culturais e étnicas, acompanhadas do mesmo desejo de conservação das suas tradições e traços específicos. Partindo destes princípios, o Arco Atlântico é definido do seguinte modo: “uma estratégia de aproximação entre os agentes económico-sociais das regiões do Oeste Europeu para a competitividade exterior, utilizando as potencialidades internas”. Esta cooperação a nível inter-regional apresenta-se como uma “estratégia privilegiada”, com a vantagem de ter custos reduzidos, por se realizar entre regiões vizinhas, e de produzir sinergias. Ao mesmo tempo é uma “estratégia flexível”, na medida em que a cooperação deve seguir as necessidades “de todos e cada um”, dando atenção “a todos os agentes e a todas as actividades” (FRAGA, 1992, pp. 458-460).

A Região Norte de Portugal e a Galiza apresentam-se, assim, como duas regiões europeias, integradas em dois Estados vizinhos, e que possuem vários aspectos em comum, que facilitam o relacionamento, bem como algumas divergências, que o dificultam. A língua é sem dúvida um dos

³¹ Em 1973 é fundada a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas, que estabelece como objectivo o desenvolvimento equilibrado e policêntrico do território europeu. Neste contexto são criadas sete comissões, representando sete regiões geográficas: Mediterrâneo, Mar do Norte, Báltico, Balcãs, Mar Negro, Ilhas e Arco Atlântico (DOMÍNGUEZ, 2004, p. 5).

principais pontos de encontro: ainda que existam as devidas diferenças, o entendimento e comunicação entre portugueses e galegos é privilegiado neste contexto. Por outro lado, partilhamos uma paisagem comum, aspecto que torna a fronteira entre Galiza e Portugal difusa. Ambos partilham ecossistemas comuns, o relevo e o clima são muito semelhantes, partilham um Parque Internacional formado pelo Parque Nacional Peneda-Gerês e o Parque Nacional Baixa Limia-Serra do Xurés. Partilham ainda elementos e vestígios de ocupação humana que remontam ao megalítico, verificando-se importantes manifestações arquitectónicas de diferentes povos, ao longo de diferentes períodos históricos. Além das semelhanças da paisagem, portugueses e galegos partilham hábitos culturais comuns, desde o tipo de religiosidade da população, observando-se as mesmas práticas e expressões de devoção (por exemplo, as romarias), à organização do espaço, que até há umas décadas atrás era dominada por espaços onde predominavam as actividades agrícolas, em especial pequenas explorações familiares para auto-consumo. Nestes espaços, o papel da paróquia ou da freguesia era fulcral como núcleo base das relações sociais, palco das manifestações de identidades colectivas e de sentimentos de pertença. A história comum é, tal como a língua, outro ponto-chave, evidenciando-se o estrato étnico celta comum, as influências resultantes do período da ocupação romana e a integração de ambas na mesma divisão administrativa, a *Gallaecia*, a resistência às invasões árabes, que deixaram poucos vestígios culturais e identitários no Noroeste peninsular (CF. DOMÍNGUEZ, 2004, pp. 17-21).

A adesão de Portugal e Espanha à União Europeia, em 1986, trouxe benefícios para ambos os Estados e promoveu também a cooperação inter-regional e transfronteiriça que se revelou vantajosa ao relacionamento com a Galiza. De um modo geral, revelou-se uma oportunidade para “aproveitar complementaridades, construir economias de escala e defender posicionamentos comuns dentro da Unión Europea, xa que da grande confluência de intereses, comezando pela mútua vocación marítima (atlántica) de ambos os dois países”. Porém, existem também algumas dificuldades relativamente ao relacionamento galego-português, tendo especial relevância o facto de se tratar de economias subdesenvolvidas, com uma produtividade baixa e comércio pouco diversificado. Deste modo é natural que os empresários, tanto galegos como portugueses, privilegiem o investimento no mercado espanhol. Os sectores da pesca, têxtil e madeiras marcam o comércio galego-português e são a imagem da especialização do país em actividades tradicionais, com excepção do sector automóvel, destacando-se exploração dos recursos naturais e a mão-de-obra barata (VENCE, 2003, pp. 7-8).

Apesar do impulso dado pela adesão ao projecto europeu, o relacionamento entre ambas as regiões encontra outras dificuldades evidentes e imediatas, patentes nas diferenças de sistema político-administrativo entre Portugal e Espanha e no facto, de num lado termos uma Comunidade

Autónoma e do outro uma Região. As diferenças na organização administrativa local e regional nos dois lados da fronteira, resulta num problema que é geral na cooperação transfronteiriça e que é a falta de interlocutores homólogos.

Portugal é governado por um sistema político republicano semi-presidencialista, assim estabelecido na Constituição elaborada em 1976. O poder executivo é da responsabilidade do Presidente da República e do Primeiro-ministro, à Assembleia da República cabe o poder legislativo e aos tribunais o poder judicial. A organização administrativa é feita pela subdivisão em unidades territoriais – os distritos, dentro destes os concelhos e dentro destes as freguesias. O território português é ainda constituído por duas Regiões Autónomas – os arquipélagos dos Açores e da Madeira, detentores de um governo e de Estatuto Administrativo próprios. Os territórios insulares são os únicos que dispõem de Administração Regional, enquanto o território continental conhece uma maior dependência da Administração Central. A regionalização é um projecto que se mantém no debate político, tendo já sido referendado em 1998, porém, devido à abstenção superior a 50%, o resultado não foi vinculativo.

A Constituição espanhola de 1978 estabeleceu um regime parlamentar, no qual as Cortes designam o presidente do Governo. O Parlamento possui duas câmaras, o Congresso e o Senado, tendo a primeira primazia sobre a segunda. O chefe de Estado é o monarca, que não possui competências de governo. O Estado espanhol é amplamente descentralizado, encontrando-se dividido em Comunidades Autónomas, com níveis de governo regional e um Estatuto Autonómico próprios. No caso da Galiza, a autonomia é alcançada com a aprovação do seu Estatuto em 1981, que prevê a formação da Xunta de Galiza, detentora do seu próprio Governo, Presidente e Parlamento com poder legislativo (CABALLERO, 2007, p.8).

Como podemos ver, Galiza e Norte de Portugal representam dois territórios com duas estruturas distintas de governo, facto que obviamente determina as suas relações, na medida em que o Norte de Portugal é apenas uma região territorial, dependente das decisões do poder central. O elemento institucional de coordenação da região é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte – CCDR-N – que, apesar de não possuir qualquer tipo de poder político, capacidade legislativa e de auto-governo, é responsável pela gestão dos fundos comunitários e controla e presta assessoria técnica aos poderes locais (DOMÍNGUEZ, 2004, p. 21).

O desaparecimento da fronteira entre Portugal e Espanha foi, sem dúvida, um dos grandes benefícios resultantes da integração europeia. Este aspecto é ressaltado por Xavier Vence, professor de Economia Aplicada na Universidade de Santiago de Compostela, que afirma que este acontecimento teve um duplo efeito para ambos. Por um lado, o aumento dos fluxos comerciais, de pessoas e capitais revelou um grande potencial a nível empresarial, promovendo novas oportunidades de negócio, o dinamismo

empresarial, a expansão das redes comerciais e a criação de novas empresas no país vizinho. Por outro lado, os galegos, para além da maioria dos nacionalistas, percebem que a fronteira portuguesa teve um grande peso no seu atraso económico, uma vez que impedia a conexão com o seu “mercado natural”. Mas outras razões interferiram nesse atraso, especialmente o forte proteccionismo espanhol, a instabilidade que caracterizou durante séculos as relações entre os dois Estados, o atraso nos meios de comunicação, agravando a pobreza económica das duas nações. Apesar destes entraves e de haver muitos aspectos a melhorar, ao longo da história os fluxos comerciais têm maior densidade entre Portugal e Galiza, do que entre Portugal e Espanha. (VENCE, 2003, pp. 5-6).

O aparecimento da Euro-região Galiza-Norte de Portugal deve ser entendido no contexto da criação de condições favoráveis à cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha. No momento da sua entrada na União Europeia, estes dois Estados apresentavam problemas comuns nas regiões próximas da fronteira, onde se distinguia uma baixa densidade populacional, salvo excepções da área da fronteira Pontevedra-Minho e Huelva-Algarve; uma população envelhecida e a prevalência de zonas desertificadas, como no caso do interior centro de Portugal e a região de Castela e Leão; uma fraca rede urbana, onde predominam pequenas cidades; uma economia assente em actividades do sector primário, apresentando baixo nível produtivo e tecnológico de industrialização, predomínio de pequenos empresários e um sector terciário com pouca autonomia; uma fraca rede ferroviária, o que dificultava a mobilidade e beneficiava o isolamento; um quadro jurídico, político e administrativo com características bem diferenciadas (DOMÍNGUEZ, 2008, p. 13).

O PIC INTERREG – *Programa de Iniciativa Comunitária Inter-regional*, lançado em 1990, é um programa comunitário de cooperação transfronteiriça, cujo objectivo principal é superar os obstáculos inerentes às fronteiras, procurando um desenvolvimento mais equilibrado e moderado. Portugal e Espanha beneficiaram deste programa, que permitiu institucionalizar e incrementar uma cooperação que, apesar da entrada conjunta na União Europeia, ainda estava pouco definida (*Idem*, p. 19). O INTERREG tem-se revelado um programa importante, por ter sido direccionado para dar resposta aos problemas estruturais com que se debatem as regiões fronteiriças dos Estados comunitários.

Na primeira fase do programa INTERREG I (1990-1993) verifica-se a primeira tentativa de promover um governo multi-nível, no qual os poderes locais e regionais funcionam como interlocutores na Comissão Europeia e como agentes centrais das políticas de coesão. As principais apostas desta primeira fase do programa direccionaram-se para os sectores dos transportes, comunicações, turismo, desenvolvimento rural e formação. O projecto INTERREG foi muito importante, na medida em que institucionalizou e

incrementou uma cooperação até então mal definida, procurando ultrapassar o efeito *barreira* e a perifericidade das regiões fronteiriças, estabelecendo pontes de comunicação e aproximação entre ambos os lados. A sua importância prende-se também com a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, tentando ultrapassar problemas como a desertificação e o isolamento. Além disso ajudou a promover estas regiões no que respeita ao turismo, apostando na valorização do património histórico e cultural e fomentando o desenvolvimento endógeno (DOMÍNGUEZ, 2008, pp. 15-20).

Uma das realizações principais desta fase foi a criação de estruturas regionais de cooperação transfronteiriça, surgindo as três divisões regionais - Galiza-Norte de Portugal; Centro de Portugal-Castela e Leão; Alentejo-Extremadura. No lado português, a administração fica a cargo das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, Centro e Sul, respectivamente. Apesar de estas estruturas terem sido criadas como forma de facilitar a gestão dos fundos e concentrar o trabalho de cada comissão nos problemas específicos da região em que se insere, estas confrontam-se constantemente com dificuldades relacionadas com as distintas formas de organização administrativa dos dois Estados (*Iem.*, p. 15). Os vários problemas inerentes a esta cooperação transfronteiriça não vão impedir que o relacionamento entre as fronteiras continue a prosperar, surgindo organizações como as Comunidades de Trabalho e, no caso concreto da Galiza-Norte de Portugal, o Eixo Atlântico do Noroeste peninsular, cujas particularidades e orientação estratégica irei posteriormente explicar.

5.2 - Papel das organizações de cooperação transfronteiriça na coesão da Euro-região Galiza-Norte de Portugal. As potencialidades e dificuldades do relacionamento

A Euro-região Galiza-Norte de Portugal apresenta, apesar de inúmeras dificuldades, um evidente potencial, que deve ser entendido no âmbito de uma estratégia europeia de cooperação. Como tem vindo a ser referido, o objectivo principal da coesão económica e social patente no projecto europeu é o de ultrapassar as desigualdades a nível regional. Deste modo, a União Europeia trouxe alguns benefícios para a Região Norte de Portugal e a Galiza, que assim aproveitaram os fundos estruturais e outros instrumentos financeiros europeus, constituindo uma zona periférica de interacção económica. A aplicação desses

fundos direccionou-se para sectores mais atrasados como os transportes, as telecomunicações e a energia. Investiu-se ainda na modernização das empresas, no desenvolvimento do turismo, formação profissional e desenvolvimento local ou rural.

A cooperação transfronteiriça procura a consolidação de um espaço funcional, dando-lhe maior dimensão económica, tornando-o mais competitivo e dando-lhe maior projecção exterior, potenciando assim o desenvolvimento sócio-económico dessas regiões.

A organização dos procedimentos de cooperação transfronteiriça é da responsabilidade das Euro-regiões e das Comunidades de Trabalho, cujo funcionamento no caso concreto da Galiza e Norte de Portugal, irei explicar posteriormente. Luís Domínguez Castro define, de um modo muito genérico, cada uma das referidas organizações da seguinte forma: “Unha eurorrexión tem carácter permanente, identidade propia, separada da dos seus membros, conta con recursos administrativos, técnicos e financeiros propios e posúe capacidade interna para a toma de decisións, as veces mesmo ten unha asemblea parlamentaria. Os seus obxectivos son asesorar, asistir e coordinar a cooperación transfronteiriza, en particular nas áreas de desenvolvemento económico; turismo e ocio; transporte e tráfico; desenvolvemento agrícola; desenvolvemento rexional; innovación e transferencia de tecnoloxía, protección do medio; cooperación social; escolas e educación; cultura e deportes; servicios de emerxencia e prevención de desastres; saúde pública; enerxía; comunicacións; eliminación de residuos e seguridade pública. A súa base xurídica pode descansar nas normativas nacionais respectivas do dereito privado, o máis normal, ou do dereito público. (...) Unha Comunidade de Traballo ten carácter permanente, pero acostuma a non ter identidade propia senón que se mantén a dos seus membros, tampouco posúen competencias separadas das dos seus compoñentes nin recursos financeiros e humanos propios e raramente gozan de autonomía decisoria respecto aos seus integrantes. Son, fundamentalmente, estruturas centradas en actividades de planificación estratéxica” (DOMÍNGUEZ, 2004, pp. 16-17).

A criação de uma euro-região³² deve ser entendida no contexto de alargamento do quadro comunitário europeu, que revelou a importância da cooperação transfronteiriça de modo a ultrapassar desequilíbrios regionais, especialmente em regiões periféricas. O Conselho da Europa, fundado em 1949, tem como competência elaborar as bases jurídicas da cooperação

³² “Segundo a terminologia utilizada pelo Conselho da Europa, pode designar-se «Euro-região» qualquer acordo ou estrutura para a cooperação transfronteiriça entre entidades públicas com competências territoriais de um lado e outro de uma fronteira europeia, com vista à promoção de interesses comuns e para benefício das populações fronteiriças “ (VENADE, 2004, p. 76).

transfronteiriça, tendo sido a primeira instituição europeia a apoiar este tipo de relacionamento, estabelecendo como prioridade a integração das regiões para a construção da Europa. O impulso definitivo à implementação de políticas de cooperação a nível regional vai surgir de uma forma verdadeiramente institucionalizada no seio da Comunidade Económica Europeia, mais precisamente após a primeira ampliação em 1973, quando os agentes começam a ter a percepção da necessidade de estabelecer uma política regional e da criação de um fundo que proveja os recursos dessa cooperação. É neste contexto que, em 1975, é instituído o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER -, com o objectivo de promover o crescimento das regiões europeias menos desenvolvidas ou com sérios problemas económicos (DOMÍNGUEZ, 2004, pp. 8-12).

Este e outros fundos estruturais posteriormente criados vão ser os motores principais da cooperação transfronteiriça. Para determinar a aplicação regional dos fundos a Comissão Europeia através da Eurostat procedeu a uma divisão espacial denominada NUTS – *Nomenclature of Units for Territorial Statistics*. Trata-se de uma divisão técnica do espaço regional europeu com três níveis em função do seu grau de desenvolvimento e em função da preferência para receber os fundos estruturais. A região Norte de Portugal e a Comunidade Autónoma da Galiza integram-se nas NUTS II, subdividindo-se dentro delas em doze NUTS III (8 para o norte de Portugal e 4 para a Galiza)³³. A partir daqui vários programas têm sido lançados com vista a equilibrar o desenvolvimento económico regional na União Europeia. O conjunto desses programas denomina-se PIC – Programa de Iniciativas Comunitárias. Dos programas que dizem respeito à Galiza e Norte de Portugal destaca-se o INTERREG, que, como anteriormente referi, procura favorecer a cooperação transfronteiriça e ajudar as áreas periféricas que possam estar alienadas em relação aos grandes centros europeus.³⁴(*Idem, Ibidem*). Assim, com o INTERREG I, inicia-se a cooperação institucional transfronteiriça, entre Portugal e Espanha, no quadro da União Europeia

³³ NUTS III da Região Norte de Portugal: Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima, Tâmega. NUTS III da Galiza: A Coruña, Lugo, Ourense, Pontevedra

³⁴ Outros PIC's importantes que dizem respeito à euro-região em causa são o Programa LEADER (visa o aproveitamento dos recursos endógenos das áreas rurais, fomentando o intercâmbio de experiências e a cooperação transnacional; o Programa RECITE (projecto-piloto para a criação de infra-estruturas, a cooperação e o intercâmbio de experiências entre os poderes locais europeus); e o Programa URBAN (financia projectos de revitalização económica e social nas cidades e periferias menos vitalizadas)

A Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal

Em 1991 nascia a Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal, criada ao abrigo do Convénio Europeu sobre Cooperação Transfronteiriça entre Comunidades e Autoridades Territoriais do Conselho da Europa de 1980. A *Xunta de Galicia* e a CCR-N – Comissão de Coordenação da Região Norte, actualmente designada CCDR-N, foram os responsáveis pela instituição da primeira organização de cooperação transfronteiriça desta Euro-região, cuja finalidade é “favorecer uma dinâmica de encontros regulares entre Galiza e Norte de Portugal, para tratar de assuntos em comum, intercâmbio de informações, coordenação de iniciativas e examinar as possibilidades de solucionar os problemas comuns ou de contribuir a sua solução por meio de acordos, de decisões tendentes a uma solução coordenada, ou de recomendações e propostas às autoridades competentes, assim como a elaboração e apresentação de projectos de cooperação conjuntos.”³⁵

Vários factores foram determinantes na constituição da CT G-NP, nomeadamente o impulso proporcionado pela integração europeia e os incentivos económicos inerentes ao facto das duas NUTS II estarem incluídas perante o mesmo quadro económico, revelando as mesmas necessidades a nível de investimento. As afinidades históricas, geográficas e culturais foram também determinantes, ressaltando-se a proximidade linguística. Finalmente, temos o interesse das autoridades políticas, em especial Manuel Fraga Iribarne³⁶, cuja acção apostou no aprofundamento das relações com Portugal, em especial com a região Norte. Do lado português destacou-se a intervenção de Luís Braga da Cruz, que na altura ocupava o cargo de Presidente da CCR-N, tendo sido nomeado em 1985.

A CTG/NP não possui sede, nem personalidade jurídica, nem funcionários próprios. Em termos de composição orgânica, temos a Presidência alternada a cada dois anos entre o Presidente da Xunta e o Presidente da CCDR-N em funções, e as comissões. Actualmente existem 8, dividindo-se em três comissões sectoriais, compostas pelos representantes de instituições públicas das duas regiões em sectores susceptíveis de cooperação – competitividade e emprego; meio ambiente, desenvolvimento rural e ordenamento do território; cooperação e integração sócio-económica e institucional -, quatro Comissões Territoriais de Cooperação (CTC), criadas em 1999, compostas pelas CTC do Vale do Minho, do Vale do Lima, do Vale do Cávado e do Vale do Tâmega, que agrupam instituições fronteiriças como as Câmaras Municipais portuguesas, os *Concellos* e as Províncias galegas.

³⁵ Fonte: <http://www.galicia-nortept.org/presentacion.asp> - Portal da Comunidade de Trabalho Galiza Norte de Portugal (último acesso 07/2009).

³⁶ Presidente da Comunidade Autónoma da Galiza de 1989 a 2005.

Finalmente, conta, desde 2000, com uma comissão mais específica, constituída pelo Eixo Atlântico, cuja função é ocupar-se da política urbana das cidades que compõe a CT G-NP.³⁷

A participação nos Programas de Iniciativas Comunitárias foi determinante na constituição da comunidade e seu trabalho, estando actualmente sob responsabilidade das CTC a gestão do programa INTERREG. Até 1996 houve um período de preparação e estabelecimento de relações a nível político, empresarial e institucional, a partir desse ano vários projectos foram sendo realizados. As iniciativas desenvolvidas pelas CTC direccionaram-se para vários sectores nomeadamente as infra-estruturas de transporte e comunicação transfronteiriça, como a construção de pontes; a colocação de cabos de fibra óptica entre Tui e Valença; as acções ecológicas; a formação e o emprego, destacando-se os intercâmbios escolares de ensino secundário (em especial com escolas profissionais) e a criação de uma “Oficina do emprego transfronteiriça”; a cultura e o turismo, em especial o rural e ecológico; a saúde e os serviços sociais; a agricultura e a pesca; a dinamização económica, destacando-se a criação dos serviços estatísticos euro-regionais e de um Fundo de Capital de Risco, com a aprovação da Comissão Europeia, com o objectivo de promover o desenvolvimento industrial e as relações económicas e o estabelecimento de PME's. A partir de 1999, com o arranque do INTERREG III, surgem projectos como o *“Programa de Actuação Conjunta Galiza – Norte de Portugal. Estratégia para o período 2000-2006”*, no qual se analisam os pontos fortes, as debilidades, as ameaças e as oportunidades que se avizinham no início do século XXI (DOMÍNGUEZ, 2004, pp. 32 – 35). Actualmente, encontramos-nos no período de financiamento comunitário 2007-2013, estando no Programa Estratégico de Cooperação Transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal, delineadas as estratégias e objectivos destafase de programação.

Em 1999 com a criação das CTC e no ano seguinte com a integração de Eixo Atlântico na qualidade de uma comissão específica multiplicam-se os agentes responsáveis pela gestão dos projectos, assim como os programas e iniciativas europeias. O trabalho da CTG/NP vai conhecer novas dinâmicas, sendo em 2001 assinado um protocolo de cooperação com o Conselho Sindical Inter-regional Galiza – Norte de Portugal³⁸, em 2002 juntamente com o Eixo

³⁷ Fonte: <http://www.galicia-nortept.org/presentacion.asp> (último acesso 07/09)

³⁸ “Considerando, en definitiva, que tanto a Comunidade de Traballo Galicia-Norte de Portugal como o Consello Sindical Interrexional, perseguen obxectivos compatibles e complementarios, cada un deles no seu respectivo ámbito de actuacións, como é o de contribuir ao fomento de iniciativas que fortalezan o desenvolvemento socioeconómico das poboacións transfronteirizas. Constatando, xa que logo, todo o antedito e por razón do ata aquí exposto, habida conta da sintonía de obxectivos e os mecanismos concorrentes para a súa iniciación, as partes intervinientes cadran en instrumentar o seu consensual acordo de vontades no presente Protocolo de cooperación”. Fonte: “Protocolo de Cooperación entre a Comunidade de Traballo Galicia-Norte de Portugal e o Consello Sindical Interrexional Galicia-Norte de Portugal”, documento disponível para consulta no Portal da Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal - <http://www.galicia-nortept.org> (último acesso 05/09).

Atlântico promove a criação da CEER – Centro de Estudos Euro-regionais (DOMÍNGUEZ, 2004, pp. 36-37).

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

No ano de 1991, por iniciativa de Fernando Gomes, então Presidente da Câmara do Porto é pela primeira vez pensada a criação de uma Associação de cidades da Galiza e Norte de Portugal, com a finalidade de criar um lóbi junto das autoridades comunitárias para garantir financiamento ao abrigo do *Pacote Delors II*³⁹ (1993-1999), que visava a consolidação da reforma dos fundos estruturais. Na sequência deste encontro é assinado o primeiro convénio da Euro-região pelas cidades de Santiago de Compostela, A Coruña, Ferrol, Pontevedra, Ourense, Vigo e Porto. Um ano mais tarde, o Eixo Atlântico é formalmente constituído na cidade do Porto, abrangendo 13 cidades (actualmente contam-se 34⁴⁰), sendo os seus estatutos aprovados em Vigo a 12 de Junho de 1992. O acto formal fundador foi celebrado em Viana do Castelo no dia 28 de Setembro de 1992, numa reunião presidida pelo então Presidente da República, Mário Soares.

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular apresenta-se, na sua documentação oficial, como uma associação transfronteiriça de municípios que integra as principais cidades da Euro-região Galiza – Norte de Portugal. Este espaço ocupa, no total, uma superfície de 50 853 km e tem uma população aproximada de 7 milhões de habitantes. Ambas têm uma natureza atlântica, o que lhes dá também um carácter tanto marítimo como periférico. Esta Euro-região apresenta-se com um conjunto de infra-estruturas, das quais se destacam as redes de comunicações, que têm vindo a evoluir, os quatro aeroportos internacionais, três aeródromos e sete portos de dimensões consideráveis. Para completar este conjunto de infra-estrutura-se, espera-se que se chegue a acordo relativamente à construção de uma rede de ligação ferroviária de alta velocidade. A investigação e o ensino na Euro-região são

³⁹ Pacote Delors é o nome como ficou conhecido o programa comunitário, Perspectivas Financeiras, criado em 1988 pela Comissão Europeia, com o objectivo de aumentar os fundos comunitários e garantir a coesão económica e social do espaço europeu. O seu grande impulsionador foi o então Presidente da Comissão Europeia, Jaques Delors.

⁴⁰ Porto, Braga, Bragança, Chaves, Viana do Castelo, Vila Real, Barcelos, Guimarães, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Matosinhos, Mirandela, Penafiel, Peso da Régua, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Gaia, do lado português; Vigo, A Coruña, Santiago de Compostela, Pontevedra, Lugo, Riveira, Sarria, Lalín, Carballo, Monforte de Lemos, O Barco de Valdeorras, O Carballiño, Ourense, Vilagarcía de Arousa, Viveiro, Ferrol e Verín, da parte galega.

assegurados por doze Universidades reconhecidas, sete Parques científicos e tecnológicos e dez Centros de congressos e exposições. Não podemos esquecer também atractivos relacionados com património histórico, cultural e natural, distinguindo-se as cidades do Porto, Guimarães, Lugo, Santiago de Compostela e a região do Douro Vinícola, que estão classificadas como Património da Humanidade pela Unesco, dando um importante impulso ao sector do turismo e abonando a favor do reconhecimento internacional desta região (VÁZQUES, 2007, pp. 6-7).

O objectivo principal do Eixo Atlântico é a “coesão e a estruturação do sistema urbano, assim como a contribuição para a modernização das cidades mediante o desenvolvimento de programas em rede, a cooperação, o intercâmbio de informação e o planeamento estratégico conjunto”. A realização dos objectivos propostos e o cumprimento das estratégias de cooperação é feita com colaboração das entidades governamentais, fomentando o investimento no território e procurando o financiamento que permitam a concretização dos mesmos. É de salientar o facto de que actualmente no complexo da União Europeia este é o “único sistema urbano euro-regional estruturado, de natureza transfronteiriça” (*Idem, Ibidem*).

A estrutura orgânica do Eixo Atlântico apresenta um carácter inter-governamental, sendo constituída por uma Assembleia, uma Comissão Executiva, um Presidente e um Vice-presidente e, a partir de 2002, passa a haver um Secretário-geral. A Assembleia é actualmente composta pelos presidentes de todas as cidades representadas e é o órgão deliberativo, no qual são aprovados os planos destinados ao cumprimento dos objectivos fundacionais, as estratégias a cumprir, o programa anual de actividades e os orçamentos. O órgão de gestão é a Comissão Executiva, a quem cabe planificar e elaborar os orçamentos, eleger o Presidente e subscrever acordos de cooperação. Este órgão é constituído por oito elementos, o Presidente e Vice-presidente e seis Presidentes de Câmaras Municipais ou *Consellos*, quatro escolhidos pela Assembleia cada quatro anos, aos quais se juntam os autarcas do Porto e Vigo, com lugar fixo em reconhecimento do papel de fundadores. O Presidente tem funções de representação e governo, sendo o responsável pela execução de acordos da União Europeia. Cada Presidente cumpre um mandato de 2 anos que pode ser prorrogável, sendo depois eleito outro autarca ou alcaide para assumir a presidência. O Vice-presidente cumpre funções de substituição do Presidente, cumprindo apenas as funções que são delegadas por ele. A Secretaria-geral veio reforçar o papel da Presidência e tem amplas funções gestoras, como a coordenação das duas sedes permanentes do Eixo, no Porto e em Vigo, a subscrição de vários tipos de contratos, gestão dos recursos humanos, entre outras funções que o Presidente e a Comissão Executiva lhe deleguem. O seu trabalho é realizado em coordenação com as Comissões delegadas e com as Comissões técnicas,

onde se integram especialistas de diferentes áreas, sendo coordenados pelo Secretário-geral. Actualmente, a presidência do Eixo Atlântico é ocupada por Luís Filipe Menezes, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e o Secretário-geral é Xoán Vázquez Mao, estando sediado em Vigo (CF. DOMÍNGUEZ, 2004, pp. 39-42).

A partir de ano 2000 inicia-se uma nova etapa para o Eixo Atlântico, afirmando-se a sua verdadeira orientação para a integração inter-regional, merecendo destaque a sua incorporação na Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal e a projecção de programas como o *Agenda 21* ou o *Auditoria Urbana*. Contudo, nos primeiros anos após a sua constituição, as actividades do Eixo Atlântico não conheceram grande dinamismo, devido a dificuldades externas e internas. Em relação à primeira situação, verificaram-se algumas dificuldades de relacionamento com os governos de Madrid e Lisboa, que se mostravam receosos em relação ao processo de cooperação transfronteiriça. Esta situação era ainda mais evidente no caso de Portugal, cujos governantes se inquietavam com as propostas que defendiam a regionalização no nosso país. Tal como Luís Filipe Menezes deu o exemplo na actualidade, também Fernando Gomes, ex-Presidente da Câmara Municipal do Porto, sentiu as dificuldades inerentes à centralização, tendo proferido, em 1995, as seguintes palavras: “Esta é uma associação que as autoridades espanholas sempre viram com bons olhos, enquanto que as portuguesas sempre a viram com receio. É a diferença entre um país descentralizado e um que não o está, e centralista como Portugal. Quer da Xunta, quer do Governo da Espanha, sempre obtivemos grandes mostras de carinho, uma disposição favorável, enquanto que em Portugal esse carinho só se fez notar pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares, na reunião de Viana. Hoje, felizmente, tudo está a mudar com as transformações políticas em Portugal”.⁴¹

Ainda no ano de arranque do trabalho foi realizada a I Assembleia do Eixo Atlântico, a 20 de Novembro de 1992, em Orense, da qual saíram os primeiros grandes objectivos da associação:

1. Solicitar a construção e melhoria de grandes infra-estruturas viárias, tanto de estradas como de caminho-de-ferro;
2. Promover a redefinição da estratégia de transporte de mercadorias; constituir Parques de Ciência e Tecnologia vinculados às Universidades; incentivar as iniciativas de cooperação Universidades-Empresas-Câmaras Municipais;
3. Estimular a criação de Centros de Negócios e de Centros de Informação de Mercados Exteriores;

⁴¹ Fonte: http://www.eixoatlantico.com/catalogo_exposicion/pt/indexB.html (último acesso 07/09)

4. Promover acções de recuperação e reabilitação do Património Histórico e Cultural;
5. Implementar estudos de base com vista à elaboração de um plano estratégico;
6. Facilitar a livre circulação de mercadorias e pessoas mediante a construção de pontes sobre o Minho, sendo de referir as de Melgaço-Arbo e Vila Nova de Cerveira-Tomiño.

Ainda nesta primeira fase surgiram três grandes iniciativas: a elaboração de um Estudo Estratégico, na qual se caracterizaram as treze cidades integradas e suas potencialidades; a criação de um Observatório Urbano do Eixo Atlântico; e, por fim, os I Jogos do Eixo Atlântico.⁴²

Actualmente, o Eixo Atlântico conhece uma nova fase de programação comunitária, para o período 2008-2012, que procura aproximar o sistema urbano da região aos parâmetros de modernização e competitividade da Europa comunitária. Os projectos mais importantes desta nova fase são a criação de um sistema que integre todas as estruturas portuárias e aeroportuárias da região; a criação de um Centro de Documentação Transfronteiriço onde fiquem catalogadas todas as fontes da Euro-região; a modernização da administração e adequação das suas estruturas às exigências do século XXI; definição de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável e endógeno para o Noroeste peninsular; o desenvolvimento social, que pela sua complexidade se subdivide em três áreas – Cultura, Juventude e Educação; o desporto, destacando-se actividades como os Jogos do Eixo Atlântico; finalmente, o turismo, através da valorização das potencialidades da região, a promoção do Caminho de Santiago e a produção de material promocional, como os guias turísticos (VÁZQUEZ, 2008, pp. 64-79).

Xosé Vázquez Mao, actual Secretário-geral do Eixo Atlântico, sublinha a importância desta organização de cooperação transfronteiriça, distinguindo três linhas de força da sua actuação:

“Existem 3 grandes linhas. Primeiro, a cooperação. Reforçar a cooperação, que basicamente consiste naqueles projectos que reforçam a massa crítica populacional, nomeadamente cultura, desportos, juventude, turismo, etc... Há uma segunda parte de visibilidade no lobby europeu, fundamentalmente para incidir na próxima distribuição dos fundos comunitários 2014-2020, que se está agora a começar a trabalhar, a partir do Parlamento Europeu que foi eleito domingo. E, a terceira e a mais estratégica é aquilo a que chamamos a “arquitectura

⁴² *Idem*

estratégica”, que é fazer aquilo que as cidades não têm tempo de fazer, que é pensar a cidade. E aí falamos de estratégias de desenvolvimento sustentável, sistemas de informação urbana, sociedade digital, sociedade de informação, etc. Estas são as grandes linhas. O papel do Eixo Atlântico é importante, a minha opinião é absolutamente interessada. Porém, há um ponto de coincidência de toda a gente. O papel fundamental que joga o Eixo, [que] hoje em dia está considerado como uma peça determinante para a cooperação Galiza - Norte de Portugal, [e] é, provavelmente, a peça mais dinâmica e que mais tem impulsionado a cooperação, não a única, mas nós fomos os primeiros, os mais dinâmicos, e por isso hoje somos uma entidade de referência, que conseguiu mesmo este ano que passou, um prémio europeu. De facto, somos a única comunidade ibérica de cooperação que recebeu um prémio europeu.”

(Excerto da entrevista realizada a Xoán Vázquez Mao, na Sede do Eixo Atlântico, em Vigo, a 10 de Junho de 2009 – v. transcrição Anexo 4).

O programa de desenvolvimento social é fulcral na reaproximação entre estas duas regiões, reafirmando a importância das suas afinidades e revelando a importância no investimento nas mesmas. A área da cultura, é um dos investimentos prioritários, merecendo especial atenção dois eventos culturais já consagrados: a Bienal de Pintura, que percorre as salas de exposição das cidades do Eixo, mostrando a obra dos seus artistas e a Quinta das Lágrimas, evento musical no qual participam músicos portugueses e brasileiros e que pretende materializar a Euro-região “numa composição musical que reflecte a história da Gallaecia desde as suas origens à actualidade”. O âmbito da juventude reflecte a importância estratégica da aposta no futuro e da incorporação dos mais jovens no processo de construção desta Euro-região. Na área da educação estão delineados programas como a Mostra Musical de Novos Intérpretes, promovendo o ensino da música e valorize o trabalho e novos artistas, e um Projecto Educativo do Eixo Atlântico, que concilie os parâmetros da governança euro-regional com os da comunidade educativa (VÁZQUEZ, 2008, pp.71-73).

5.3 – Situação actual das relações económicas entre Portugal e Galiza

A cooperação entre a Galiza e o Norte de Portugal deve ser reconhecida como um reencontro entre duas comunidades historicamente ligadas e geograficamente contíguas. O intercâmbio frequente de galegos e portugueses neste espaço regional, revela interesses mútuos neste espaço em diferentes domínios, resultando numa maior aproximação e na necessidade de se promover um bom relacionamento entre ambos. Esta união responde aos ímpetus da convergência europeia e necessidade de responder aos desafios impostos nas várias áreas do conhecimento, inovação e competitividade. Desta forma, procura-se criar um contrapeso às tendências de desenvolvimento centradas nos grandes centros como Madrid, Lisboa e Barcelona.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras, considera que a “Galiza e Norte de Portugal iniciaram há já bastante tempo uma trajectória, a muitos títulos exemplar, de cooperação de vizinhança que a política regional da EU hoje intitula de cooperação territorial transfronteiriça”. No entanto, continua a ser necessário investir em acções de desenvolvimento regional, “que transformem os obstáculos transfronteiriços em oportunidades de progresso para todos”. Apesar dos “efeitos de barreira”, inerentes à existência de uma fronteira política, estarem cada vez mais esbatidos, subsistem problemas específicos das áreas transfronteiriças que ainda não foram ultrapassados. Esta situação criou um “novo desígnio para a cooperação transfronteiriça”, representado na designação, *Cooperação Transfronteiriça de Segunda Geração*. Um dos elementos-chave desta nova fase de cooperação transfronteiriça é a criação das AECT – *Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial* – “novo instrumento jurídico para a cooperação territorial no âmbito da União Europeia, que se consubstancia na possibilidade de criação de entidades públicas, dotadas de personalidade jurídica própria, com o objectivo de facilitar e promover a cooperação territorial entre os seus membros, tendo em vista reforçar a coesão económica e social (e doravante territorial, quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor)”⁴³

A grande inovação da AECT consiste, por exemplo, em dar a possibilidade à população residente nos espaços fronteiriços de usufruir de bens, serviços e equipamentos existentes em ambos os lados. Por exemplo, dar a possibilidade a um residente de Chaves de usufruir de um serviço médico da área fronteiriça espanhola, se isso lhe fosse mais conveniente, estabelecendo-se protocolos relativos ao pagamento de taxas moderadoras e à

⁴³ Intervenção de Rui Nuno Baleiras no VIII Plenário da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal e transferência da Presidência da Galiza para a Região Norte, realizado em Santiago de Compostela, a 22 de Setembro de 2008.

apresentação das despesas para obter o reembolso da Segurança Social, entre outros aspectos. Este projecto, que está já a ser considerado, permitirá contornar os embaraços que a população que reside fora dos grandes centros urbanos enfrenta.

Na opinião de Xavier Vence, os principais problemas inerentes à cooperação entre Portugal e Galiza prendem-se como facto de ambas se apresentarem como, “economias subdesenvolvidas, cun tecido produtivo e um comércio pouco diversificados; o mesmo acontece co peso das inércias e as rotinas de carácter social ou cultural que leva os nosos empresários a pensar mais no mercado español que no portugués; outro freo importante é efeito ainda forte da dependência institucional e política de Madrid, asi como a contrapartida recíproca da parte portuguesa, que tanta importância teñen, por exemplo, nas compras públicas, nos contratos do Estado, na orientación do sistema financeiro, etc” (VENCE, 2000, p.6).

Este economista acrescenta que para potenciar o relacionamento entre Portugal e Galiza era necessário passar da retórica à prática, bem como um distanciamento da postura de Madrid, no relacionamento com Portugal. Xavier Vence afirma que, “a Xunta de Galicia deveria deixar de relacionar-se com Portugal cunha mentalidade rexional, subsidiária das estratéxias deseñadas desde Madrid nas suas relacións co país veciño, marcadas por unha notábel arrogância tanto do governo como do capital españois. Esa complicidade coa arrogância española o que fai é que da parte portuguesa se alimenten contra Galiza e ñois. E isso non nos favorece en absoluto. Galiza teria muito que gañar indo muito máis «por libre» nas relacións com Portugal”. Vence considera ainda que a Galiza não deve centrar a sua estratégia de cooperação com Portugal apenas com a Região Norte, mas sim “repensar globalmente as relacións con Portugal como un todo” (*Idem*, p. 8).

Rui Almas, director do Centro de Negócios do AICEP em Espanha, considera o facto de a Galiza se apresentar como a segunda comunidade com maior número de empresas com capital português, depois de Madrid é um indicador de que, a cooperação entre Portugal e Galiza está no bom caminho. Contudo, defende que, existe um potencial para este relacionamento ir mais longe, sendo, para tal, necessário definir estratégias para potenciar o volume de negócios, como a definição de planos conjuntos de abordagem a mercados terceiros, onde existam interesses comuns. O estreitamento das relações entre Portugal e Galiza pode ser potenciado através de algumas iniciativas, como por exemplo: a “maior proximidade e interacção dos empresários da euro-região, com a representação AICEP/IAPMEI, em Vigo, e que está à disposição das empresas portuguesas interessadas em realizarem negócios na Galiza e das empresas galegas que procuram sócios em Portugal”; o reforço das acções de informação e de promoção dirigidas a empresários, relativamente às oportunidades de negócio e às potencialidades

da euro-região; “maior divulgação dos casos de sucesso empresariais, em resultado da associação de empresas da Galiza e do Norte de Portugal e continuar a estreitar as relações entre as associações empresariais e os centros tecnológicos da euro-região.”⁴⁴

Uma das grandes dificuldades actuais ao actual relacionamento entre Norte de Portugal e Galiza ultrapassa os problemas culturais ou políticos e centra-se na questão económica. A Galiza tem vindo a revelar um grande crescimento económico, ao contrário da região Norte, que deve urgentemente colocar-se dentro do eixo de convergência definido pela União Europeia. Actualmente, no que respeita ao PIB *per capita* de ambas as regiões verifica-se que a região Norte de Portugal se situa apenas nos 61% da média europeia, enquanto a Galiza já atingiu os 80%, o que a coloca muito perto da linha de convergência, princípio pelo qual se determina a distribuição dos fundos comunitários.

Na Conferência sobre Cooperação Transfronteiriça de Segunda Geração, realizada em Guimarães, em Fevereiro de 2009, Ana Teresa Lehmann, Vice-Presidente da CCDR-N, fez um balanço das iniciativas realizadas, ao nível da cooperação Galiza-Norte de Portugal, no âmbito do INTERREG IIIA, no período 2000-2006, cujo objectivo determinado foi: a “promoção do desenvolvimento regional integrado entre regiões”. Segundo o balanço provisório, foram aplicados € 171,7 M no Norte de Portugal, em projectos aprovados. Os 232 projectos, no total, encontravam-se divididos em cinco Eixos Prioritários:

1- Dotação de infra-estruturas, ordenamento e desenvolvimento rural no espaço transfronteiriço;
2- Valorização, promoção e conservação do ambiente e recursos patrimoniais e naturais.
3- Desenvolvimento socio-económico e promoção da empregabilidade.
4- Fomento de cooperação e integração social e institucional.
5- Assistência Técnica

Fonte: LEHMANN, 2009, p. 8.

⁴⁴ Fonte: <http://www.portugalglobal.pt> (Notícias do AICEP, consulta a 12/01/009)

Vejamos alguns exemplos de iniciativas co-financiadas, nesta fase de cooperação transfronteiriça:

1- Criação de uma plataforma de desenvolvimento tecnológico para o sector automóvel.
2- MR INOV – Rede de Centros Tecnológicos Galiza-Norte de Portugal.
3- EPROGANOP – Espaços Protegidos da Galiza e Norte de Portugal.
4- Ambiente 21 – Implementação das Agendas 21 nas cidades do Eixo Atlântico.
5- Despoluição, Conservação e Valorização das bacias dos rios fronteiriços.
6- Miliária/Prisma – Programa de Inserção Social para menores.
7- Provolgapor – Programação de Voluntariado.
8- Formação Profissional Transfronteiriça para desempregados da Galiza e Norte de Portugal.

Fonte: *Idem*, p. 9.

O actual Programa Estratégico de Cooperação Transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal (2007-2013), concentra as suas prioridades no sector dos transportes e acessibilidade, a cooperação no âmbito do mar, o aumento do potencial e competitividade das PME's, o sector do ambiente e desenvolvimento urbano sustentável e, finalmente, a cooperação e integração social e institucional.

O actual Programa procura estabelecer as condições ao nível territorial, institucional e de cooperação básicas, para que a Galiza e o Norte de Portugal se tornem em “instrumento para potenciar a competitividade” desta Euro-região, apresentada, aqui, como um espaço de fortes complementaridades, que surgiu com a necessidade de dar coerência e resposta a esta área transfronteiriça, onde se localiza um importante capital humano, económico, tecnológico e empresarial. Projecta-se, assim, a criação de um espaço de cooperação *transnacional, inter-regional e transfronteiriço*, onde se integrem as particularidades de ambas as regiões e os seus marcos políticos e institucionais. Ao mesmo tempo, valoriza-se a competitividade e os atractivos do território em comum, promovendo a colaboração ao nível das instituições e o aumento da coesão social e institucional. O objectivo global para o período 2007-2013 é, pois, “converter a Euro-região Galiza-Norte de Portugal num território atractivo para viver, investir e trabalhar”. A concretização destes objectivos implica que haja um bom relacionamento entre Portugal e Espanha, que em conjunto procuram desenvolver “políticas e projectos de investimentos

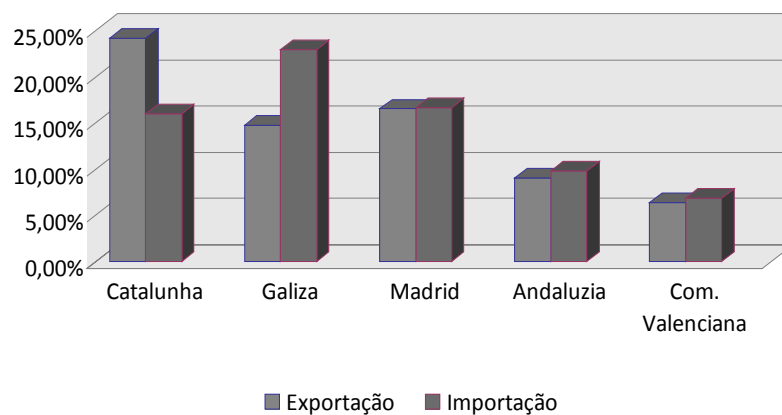
em ambas regiões a favor da convergência com as respectivas realidades nacionais e com a zona ibérica, considerando a natural articulação sócio-económica manifestada” (COMUNIDADE DE TRABALHO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL, 2007, pp. 31- 32)

No que diz respeito ao financiamento, o Plano Estratégico de Cooperação Transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal (2007-2013) coordena-se com o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal (POCTEP), para o mesmo período de programação. O custo total subvencionável destinado ao POCTEP (2007-2013) é de € 354 M., aproximadamente. A grande fatia do financiamento provém do fundo europeu FEDER, que contribui com um total de € 267 405 976 M., ao qual se junta uma Participação Pública Nacional no valor de € 86 618 564 M. No caso específico da Euro-região Galiza – Norte de Portugal, o seu plano financeiro, que se insere no contexto do POCTEP, inclui também recursos provenientes dos fundos europeus, em complemento com uma participação financeira, proveniente de ambas as administrações, atingindo um total de € 96 954 577 M.

Vejamos agora qual é o peso da cooperação económica da Euro-região Galiza-Norte de Portugal, no contexto da cooperação económica ao nível peninsular. Segundo as estatísticas de 2008, a Espanha continua a ser o parceiro económico mais importante de Portugal, ocupando o primeiro lugar, tanto nas nossas importações (30,8%), como nas exportações (27,2%). Esta situação tem-se mantido estável, pelo menos nos últimos 5 anos, mantendo-se a tendência para uma balança comercial deficitária para Portugal. A partir de Espanha, não se verifica a mesma situação, sendo Portugal o terceiro destino das exportações espanholas, como uma quota de 8,4% das expedições e apenas 9^a nas importações deste País, com uma quota de 3,3%. Relativamente ao Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro (IDPE), Espanha é o segundo destino dos nossos investimentos, ficando atrás da Holanda, captando 15,9% do total de € 10 098 M do IDPE, em 2008. Espanha foi em 2008 o terceiro maior investidor em Portugal, tendo ascendido os seus investimentos aos € 4 042 862, de um total bruto de € 31 985 M, representando cerca 13,6% de Investimento Directo Estrangeiro em Portugal (IDEP), no ano de 2008.

Os gráficos, que irei apresentar na páginas que se seguem, permitem-nos perceber qual o peso de cada Comunidade Autónoma espanhola nos nossos fluxos comerciais e qual o lugar que a Galiza ocupa nessas transacções. Procuro ainda comparar as trocas comerciais entre Portugal e Espanha, ao nível das restantes comunidades fronteiriças, ou seja, Galiza, Castela e Leão, Andaluzia e Extremadura. No final da apresentação de todos os gráficos, irei expor as respectivas conclusões.

Principais Trocas Comerciais de Espanha com Portugal - 2008



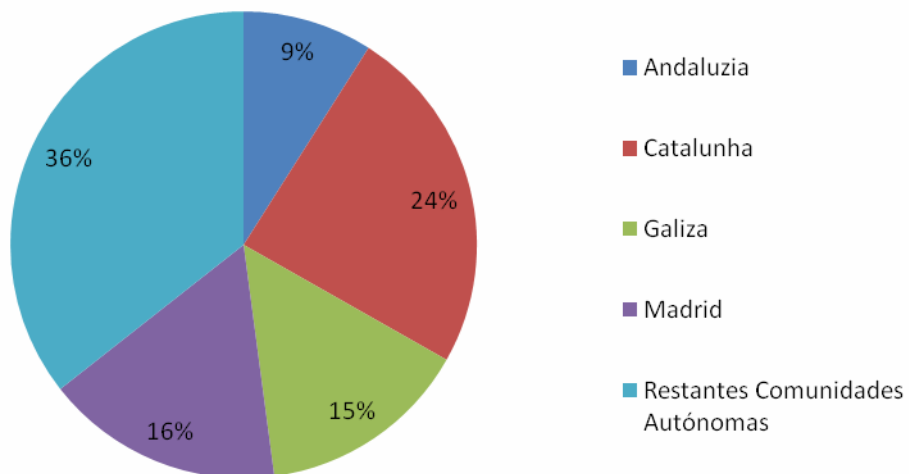
Principais Trocas Comerciais de Espanha com Portugal (Unidade: Milhões de Euros)

	Exportações	Importações
Galiza	2 439 M	2 107 M
Catalunha	4 003 M	1 478 M
Madrid	2 727 M	1 529 M
Andaluzia	1 487 M	903 M
Comunidade Valenciana	1 053 M	623 M
Valor total das trocas comerciais de Portugal com todas as Comunidades Autónomas.	16 545 M	9 216 M

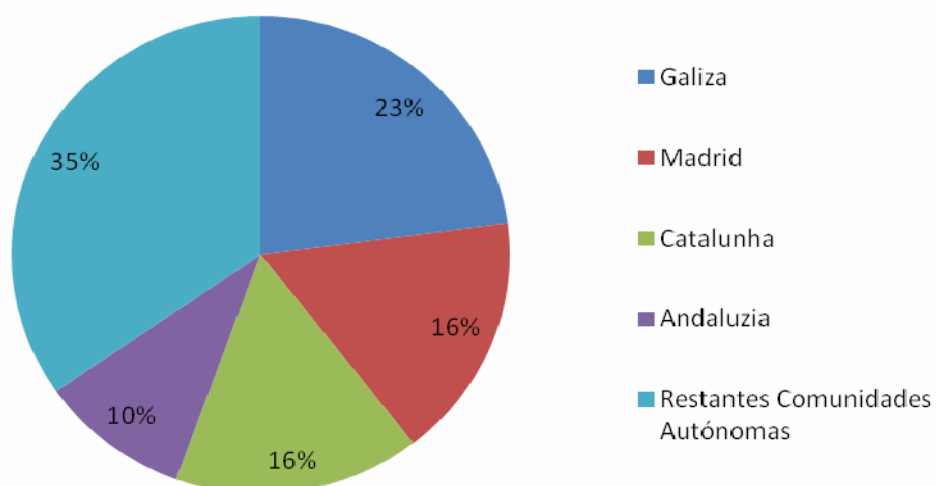
Dados: ICEX⁴⁵

⁴⁵ Fonte: AICEP, 2009, p. 21.

Principais Fornecedores de Portugal em Espanha (%)

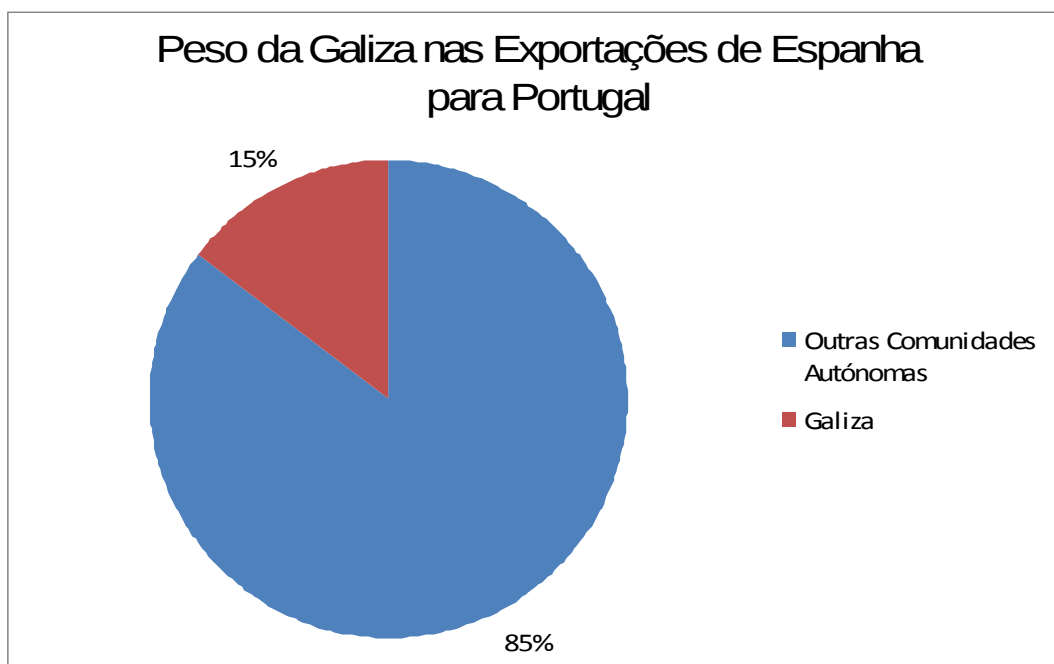


Principais Clientes de Portugal em Espanha (%)

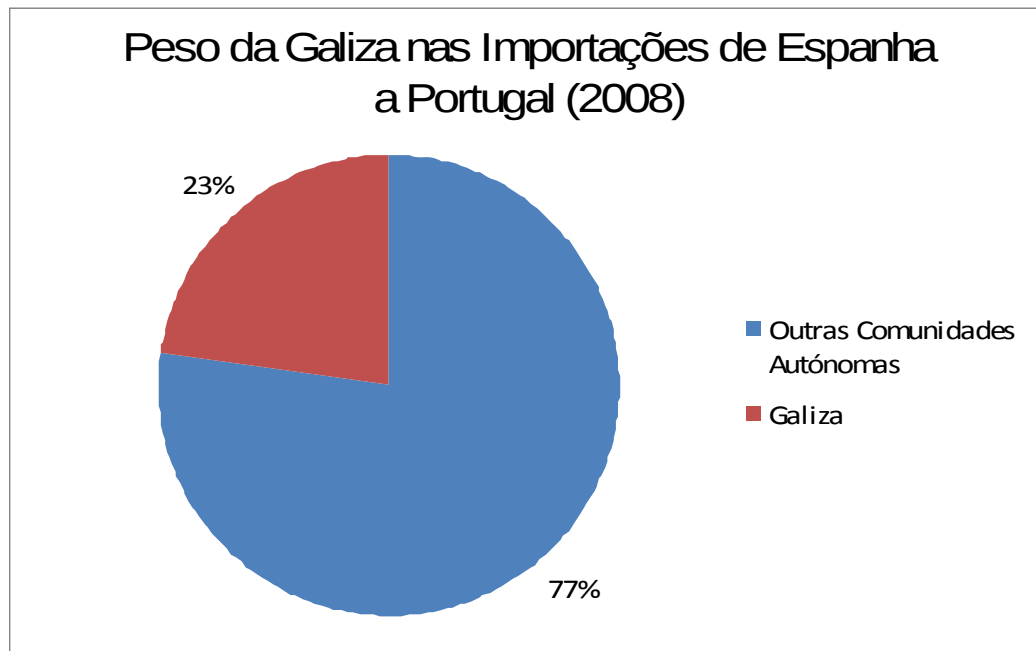


Dados: AICEP⁴⁶

⁴⁶ AICEP, 2009, pp. 4-5.



Tota de Exportações de Espanha para Portugal: € 18 854 M.

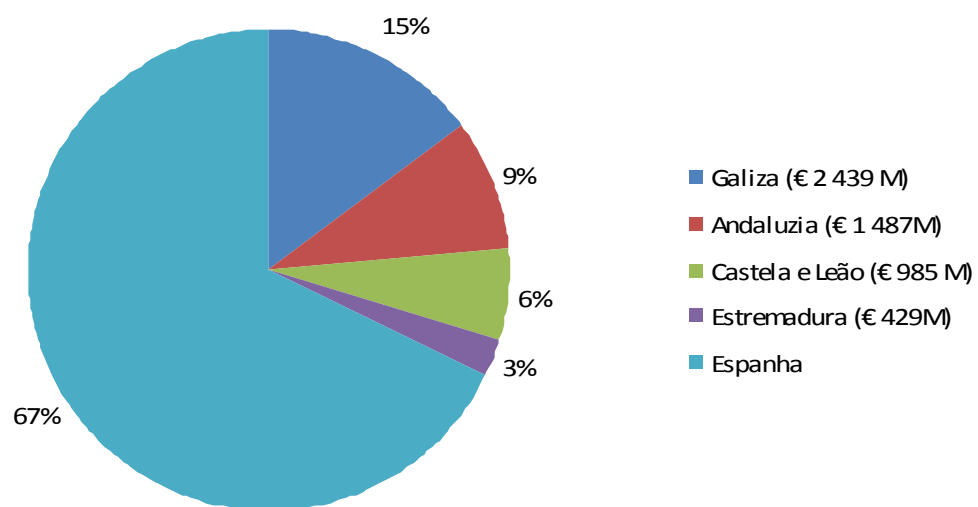


Dados: AICEP⁴⁷

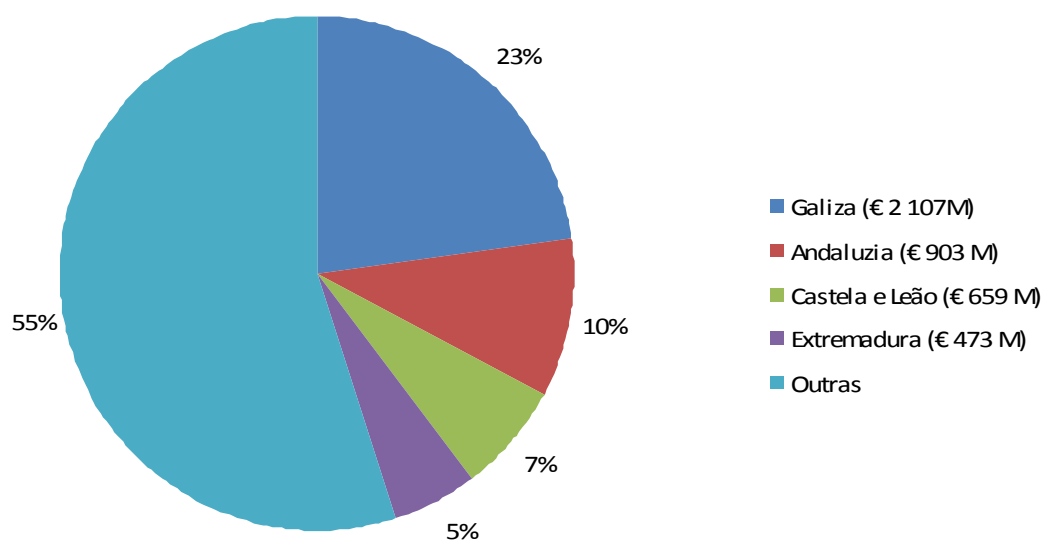
Total de Importações de Espanha a Portugal : € 10 328 M

⁴⁷ AICEP, 2009, pp. 4-5.

Importações de Portugal para Espanha - Peso das Comunidades Fronteiriças e valor das trocas



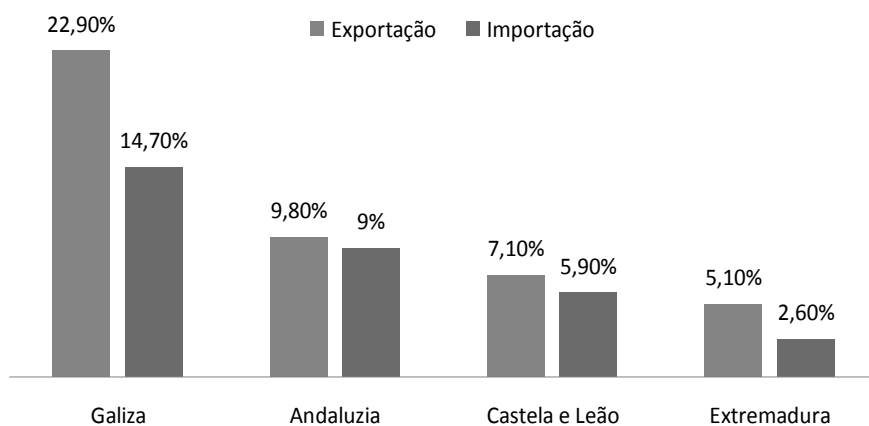
Exportações de Portugal para Espanha - Peso das Comunidades Fronteiriças e valor das trocas



Dados: AICEP⁴⁸

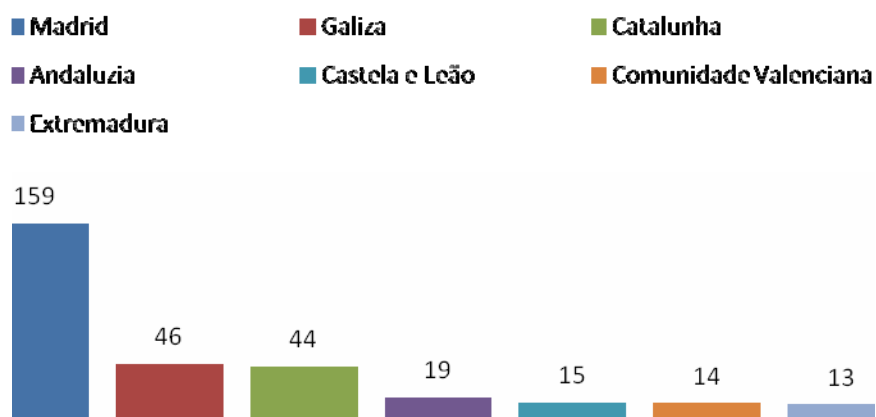
⁴⁸ AICEP, 2009, p. 5

Trocas comerciais de Portugal com as Comunidades Fronteiriças - 2008



Dados AICEP⁴⁹

Empresas espanholas com capitais portugueses - 2008



Principais Comunidades Autónomas com empresas com capitais portugueses

Dados: AICEP⁵⁰

⁴⁹ AICEP, 2009, p. 23.

⁵⁰ *Idem*, p. 15.

Como se pode inferir dos gráficos apresentados, no que respeita às trocas comerciais de Portugal com as Comunidades Autónomas espanholas em 2008, a Galiza apresenta-se como a nossa principal cliente (22% das exportações de Portugal com Espanha) e em terceiro lugar dos nossos fornecedores (14,7 % das importações de Portugal com Espanha), atrás da Catalunha, o maior centro industrial de Espanha, e da capital Madrid. Segundo os dados do AICEP, os principais produtos que a Galiza importa de Portugal são os produtos provenientes da siderurgia (24,2%); os equipamentos, componentes e acessórios automóvel (11,4%); as confecções femininas (11,1%) e automóveis (3,5%). Relativamente às exportações da Galiza para Portugal, os principais produtos comercializados em 2008 foram: confecção feminina (10,2%); siderurgicos (9,4%); equipamentos, componentes e acessórios automóvel (7,7%) e peixe congelado (6,4%) (AICEP, 2009, p.26).

No caso das Comunidades fronteiriças, estas ocuparam, em 2008, 44,9% das importações espanholas com origem em Portugal e 32% no caso das exportações. Em termos de valores brutos dos negócios, as vendas de Portugal com as Comunidades transfronteiriças foi de € 4 141 M, ao passo que as importações ascenderam os € 5 340, sendo a balança deficitária para Portugal, tendência semelhante ao volume de exportações (€ 10 328 M) e importações (€ 18 854 M) de Portugal com Espanha. A Galiza marca uma clara distância, em relação às restantes regiões fronteiriças, tanto ao nível das importações, como nas exportações. As vendas de Portugal para a Galiza ascenderam aos € 2 107 M (de um total de € 9 216 M das importações de Espanha com Portugal) em 2008. As vendas da Galiza para o nosso país alcançaram os € 2 439 M, no mesmo ano (de €16 545 M do total das exportações das espanholas para Portugal).

No que diz respeito ao investimento de Portugal em cerca de 334 empresas espanholas, a Galiza destaca-se, ocupando o segundo lugar, com 46 empresas com capitais portugueses, sendo largamente por Madrid, onde se contam 159 empresas com estes portugueses, que se explica pelo facto de a maioria das grandes empresas estar sediada na capital espanhola.

Conclusão

Para finalizar esta dissertação, depois de analisada toda a informação que me pareceu relevante, depois de algumas leituras suplementares, em especial actualizações de portais na *Internet* de instituições e de movimentos nacionalistas galegos, fóruns e blogues, depois do contacto com alguns especialistas nas áreas do nacionalismo galego, da filologia galega e portuguesa e da cooperação económica entre Portugal e Galiza, irei expor as minhas próprias conclusões.

Portugal e a Galiza apresentam, ainda hoje, uma inquestionável ligação, resultado de uma identidade formada no seio da *Gallaecia*, que, apesar de séculos de separação, nos manteve próximos em alguns traços culturais comuns, com especial relevo para a nossa língua. Do tronco comum, o Galego-Português, surgiram duas línguas, que como vimos conheceram processos evolutivos e histórias muito distintas. No entanto, continuam a ser duas línguas muito semelhantes, em especial na dimensão fonética. Isto leva-me a colocar uma questão fundamental e, também, a mais polémica: Galego e Português podem ou não ser considerados um único idioma? As opiniões sobre este tema dividem-se, tendo gerado, e continuando a gerar, um grande debate na Galiza. Mas, vou libertar-me um pouco de toda essa controvérsia e, assumindo desde já que não sou uma especialista em linguística, para concluir que a meu ver estamos perante duas línguas diferentes. Porém, ambas são muito próximas, facilitando a compreensão e a comunicação entre portugueses e galegos. O que me leva a tirar esta conclusão é o facto de o Galego-Português, o verdadeiro ponto de união entre as duas línguas, já não existir. Claro, que é a base das duas, mas a língua, tal como a História e a sociedade, é uma realidade em constante evolução. O Português de hoje apresenta características diferentes do Português de há cem anos atrás, por exemplo. Considerar que estamos perante o mesmo idioma é desconsiderar a evolução do Português, as influências que ele recebeu e a própria História do nosso idioma. Por outro lado, o Galego actual, independentemente da norma oficial

ser a mais consensual ou não, absorveu muitas características do castelhano, pelo que ela própria se afastou da sua matriz.

Do ponto de vista linguístico, o reintegracionismo teve, como vimos no segundo capítulo, um papel muito importante, nomeadamente, nas questões inerentes à revitalização do idioma, a partir do século XX, e na reivindicação do Galego como língua oficial da Galiza autónoma. Contudo, apesar do esforço dos reintegracionistas, quando se processa a elaboração da norma oficial do Galego, as suas teorias acabam por ser vencidas pelos isolacionistas. Pela minha parte penso que, existem algumas razões plausíveis para esse acontecimento: a primeira, e a mais óbvia, é que o Galego actual absorveu muitos castelhanismos, estando mais afastado do Português; em segundo lugar, a derrota dos partidos nacionalistas tanto nas eleições autonómicas galega, como nas eleições legislativas espanholas, realizadas após o fim do franquismo, nas quais a tendência de voto dos galegos se inclinou sobretudo para o centro-direita, que possuem uma visão muito mais *espanholista*, digamos assim; em terceiro lugar, a fraca implantação social do galego que traduz a falta de uma consciência nacional na Galiza. Este último elemento permanece nos nossos dias, revelando-se um certo enfraquecimento da ideologia nacionalista galega. O sentimento de pertença em relação à Galiza passa também por uma crise. Numa sondagem elaborada em 2005 podemos ler que 49,8% da população se sentia tanto espanhola como galega, ao passo que apenas 12,2% se sentia exclusivamente galega e 9,2% exclusivamente espanhola.⁵¹

Apesar da derrota das teorias favoráveis ao reintegracionismo linguístico, esta questão continua a fazer parte da actualidade. Os reintegracionistas têm mantido o debate linguístico na Galiza, organizando várias iniciativas de divulgação do Galego-Português, existindo vários blogues e portais na *Internet* são actualizadas as questões da língua. O resultado disto é estado de divisão e o conflito ideológico com o qual o Galego se confronta.

Na minha opinião, esta contenda e esta falta de entendimento entre isolacionistas e reintegracionistas tem uma grande responsabilidade na falta de implementação do Galego. Na Galiza, verifica-se uma situação de bilinguismo do próprio Galego, em que uns falam segundo a norma reintegrada, outros segundo a norma oficial. Ora, enquanto não houver um consenso, mais dificuldades vão emergir na implementação efectiva do idioma, como língua do quotidiano dos galegos.

Portanto, encontramos-nos numa situação em que, o debate sobre a norma continua aberto, mesmo depois da aprovação de uma norma oficial, contudo o uso do Galego ainda está longe de ser privilegiada entre a população galega. Nesta perspectiva, considero que o pensamento de Ricardo Carballo Calero continua actual quando refere que, em primeiro lugar é preciso

⁵¹ CF. BERAMENDI, 2007, p. 1130.

que os galegos falem e escrevam em Galego. Ou seja, é importante que Galego se torne efectivamente a primeira língua, aquela que é preferencial, entre os galegos.

É curioso como, na actualidade, quando há mais meios e mais instrumentos, como as escolas e a comunicação social, para fomentar o uso do Galego, ainda se enfrentem estas dificuldades. Na Galiza verifica-se um fenómeno de bilinguismo, no qual os pais falam com os filhos em Castelhana e entre si em Galego. Isto explica que 75% da população galega com mais de 65 anos prefira como língua o Galego, ao passo que entre os 10 e os 14 anos, quase 50% o faça de uma forma mais esporádica.⁵²

O reintegracionismo linguístico deu por vezes origem a algumas concepções de carácter político, mas é no âmbito linguístico que ele ainda hoje reside. Mesmo grandes ideólogos, como Castelao, que defendiam uma maior aproximação com Portugal, só o entendiam num contexto político, dentro de um quadro ibérico federal, no qual Portugal e a Galiza formariam entidades independentes. Isto demonstra que, nunca houve um verdadeiro projecto de formulação de uma nação galaico-portuguesa, que entrasse na dita Federação Ibérica, com tal estatuto. Contudo, é evidente que, Portugal ocupa um lugar muito importante na memória nacionalista galega, por todas as questões inerentes à formulação da sua identidade nacional. É no passado histórico e no nosso estrato étnico comum, que nos deu características muito vincadas, que encontramos de uma forma inquestionável a união entre Portugal e Galiza.

Apesar das discussões inerentes à problemática da norma do Galego, ao nível da cultura, verifica-se que na Galiza há um considerável consumo de cultura de língua portuguesa, nomeadamente ao nível da música e da literatura. Mas, apesar de haver um evidente interesse da Galiza pela nossa cultura, há uma grande dificuldade em manter relações institucionais. Segundo Ramón Villares, as relações culturais entre Portugal e Galiza têm-se mantido essencialmente a um nível académico, nas iniciativas com a Região Autónoma dos Açores e os projectos com a cultura Luso-Brasileira. No entanto, não há grandes projectos de promoção da cultura galega em Portugal, nem o inverso. Esse facto é também um problema da falta de vias de introdução culturais, como os jornais, a televisão, uma maior quantidade de livros em Português na Galiza, e mais livros em Galego em Portugal. Um maior relacionamento a nível cultural seria claramente vantajoso, na medida em que se atenuaria o policentrismo ibérico, criando-se um pólo de atracção cultural no noroeste peninsular. Porém, tanto Ramón Villares como Elias Torres Feijó me revelaram que há uma falta de interesse incompreensível das instituições portuguesas, no que concerne à realização de projectos culturais com a Galiza. Neste sentido, as iniciativas da Galiza com Portugal vão sendo cada vez menores, mas

⁵² CF. Resultados dos Censos de 2001, sobre o uso real da língua galega, segundo diferentes escalões etários, disponível em <http://www.xunta.es/lingua> (consultado a 07/2009).

verifica-se que há um número crescente de iniciativas com os PALOP's, em especial com o Brasil. Para Elias Torres Feijó, uma das grandes prioridades do relacionamento com a Lusofonia passa por intensificar as relações com o Brasil - “Os núcleos intelectuais e culturais galegos têm que intensificar o relacionamento com o Brasil. A Galiza não tem preconceitos com o Brasil como os tem Portugal, históricos nem de nenhum tipo. O meu grande “amor” sempre estará em Portugal, vamos dizer assim em termos sentimentais, mas também observo que se Portugal não tem uma atitude decidida em relação à Galiza, possivelmente com os mesmos preconceitos que tem em relação ao Brasil.” (excerto da entrevista realizada a Elias Torres Feijó.V. transcrição em anexo).

No que respeita à cooperação económica entre Portugal e Galiza, penso que, neste campo, as relações são muito mais estáveis. Toda a documentação institucional refere que neste domínio o relacionamento é exemplar, em especial no domínio da cooperação transfronteiriça entre a Região Norte de Portugal e Galiza. Tanto a Comunidade de Trabalho, como o Eixo Atlântico, a CCDDR-N e a Xunta de Galicia têm unido os seus esforços para ultrapassar obstáculos inerentes à falta de meios logísticos, às reduções orçamentais e às dificuldades próprias da diferente organização político-administrativa de ambas as regiões, para promover um relacionamento cujo potencial ainda não está totalmente aproveitado.

A importância deste relacionamento económico nem sempre é valorizada pelos reintegracionistas. Os argumentos por norma são muito semelhantes. O relacionamento económico é entendido como algo que está, exclusivamente, relacionado com o processo de integração europeia e que favorece mais o relacionamento entre Lisboa e Madrid, do que entre Portugal e a Galiza. Esta desvalorização relativamente ao potencial económico da Euro-região parece estar associado às questões da língua, na medida em que este relacionamento favorece, o uso da norma oficial do galego, como se percebe na documentação institucional de cooperação entre Portugal e a Galiza, o que não é bem recebido pelos defensores da norma reintegracionista.

A preferência dada ao relacionamento no domínio da economia, acaba por ser a mais óbvia, no sentido de manter estáveis as relações político-diplomáticas entre os dois Estados peninsulares. Como tal, não há interesse para Portugal em envolver-se nas polémicas e nas questões de política interna do Estado espanhol. Neste sentido, as relações de Portugal-Espanha sempre foram mais objectivas, mais frias, provavelmente por não haver tantas afinidades culturais, mantendo-se um relacionamento que primando pela diplomacia e cooperação, garante que ao mesmo tempo se mantenha uma certa distância. E é com a mesma postura que Portugal procura manter relações com a Galiza. Há de facto interesse nesta Comunidade Autónoma como parceira económica, um aproveitamento dos benefícios desta cooperação, contudo não há qualquer envolvimento em questões que fujam à finalidade deste relacionamento e que possam criar embaraços políticos ou

comprometer as relações com o Estado espanhol. Refiro-me às questões inerentes às políticas linguísticas de Espanha e aos discursos nacionalistas e de aproximação com Portugal.

Tudo isto não implica que não se reconheçam os benefícios das nossas semelhanças no domínio do relacionamento económico. Toda a linguagem institucional remete, aliás, para a importância das nossas compatibilidades. Também, Xoán Vázquez Mao considera que “há inúmeras vantagens” inerentes às afinidades históricas, culturais e linguísticas da Euro-região. E sublinha a importância das similitudes linguísticas e o facto de não precisarmos de tradutores para a criação de relações pessoais entre as entidades responsáveis: “O facto de não precisarmos de tradutores é fulcral, sobretudo, porque fomenta o relacionamento humano e pessoal e, claro, o trabalho. Portanto, nós podermos sair das reuniões ir almoçar, podermos falar com toda a gente, contar umas histórias sem necessidade de tradutores é fundamental” (Excerto da entrevista realizada a Xoán Vázquez Mao. V. transcrição em anexo).

Para finalizar chegamos aqui a uma questão interessante, inerente à problemática do nacionalismo e do reintegracionismo, que é a seguinte: numa altura em que o reintegracionismo se revela um movimento com dificuldade em se impor e ser compreendido na Galiza, e numa altura em que a identidade galega contemporânea se começa afastar cada vez mais de Portugal, as nossas relações económicas têm vindo a ser potenciadas e com considerável sucesso.

A minha percepção pessoal sobre esta questão leva-me a concluir que não há uma relação directa entre o reintegracionismo galego e a cooperação económica entre Portugal e Galiza. Mas, isso não implica que não se considere a importância das afinidades histórico-culturais nesse relacionamento. Contudo, não me parece que haja um aproveitamento premeditado dessas semelhanças. Actualmente, com a dinâmica da cooperação transfronteiriça no contexto da integração europeia, temos ao nosso dispor meios e instrumentos institucionais que promovem o nosso relacionamento. As nossas afinidades funcionam como um agente favorável, que é naturalmente aproveitado. A criação de boas relações humanas a nível institucional é, claramente, benéfica na criação de bons parceiros económicos e para a realização de projectos em conjunto. É lógico, que um relacionamento de tipo económico, que como já referi tem um carácter mais objectivo, está longe de possuir um certo nível sentimental, digamos assim, que um relacionamento dentro de uma dimensão cultural propicia. Mas não deixa de ser interessante que, tantos séculos após a nossa separação territorial, haja aqui uma nova estrutura que nos proporciona uma reaproximação, ainda que numa dimensão diferente. No presente, é através da cooperação transfronteiriça e no contexto de uma Europa sem fronteiras que Portugal volta a estar presente na Galiza, e esta em Portugal.

Fontes Electrónicas

<http://www.agal-gz.org> (Portal Galego da Língua – Associação Galega da Língua)

<http://www.ccdr-n.pt> (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte)

<http://www.eixoatlantico.com> (Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular)

<http://www.galicia-nortept.org> (Comunidade de Trabalho Galiza – Norte de Portugal)

<http://www.lusitanistasail.net> (Portal da Associação Internacional de Lusitanistas)

<http://www.nosgaliza.org> (Portal da organização política Nós - Unidade Popular)

<http://www.portugalglobal.pt> (Portal do AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal)

<http://www.realacademiagalega.org> (Portal da Real Academia Galega)

<http://www.xunta.es> (Portal do Governo Autónomo da Galiza)

Fontes Primárias:

- Entrevista com Elías Torres Feijó, Professor de Filologia Galega e Portuguesa USC; Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas realizada a 19/05/2009 em Santiago de Compostela.

- Entrevista com Xoán Vázquez Mao, Secretário-geral do Eixo Atlântico realizada a 10/06/2009, em Vigo.

AICEP – Agência para o Desenvolvimento e Comércio Externo de Portugal – “Espanha: Ficha de Mercado” – Relatório de Julho de 2009. (disponível em <http://www.portugalglobal.pt> – acesso 09/09)

COMUNIDADE DE TRABALHO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL – “Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho Galiza – Região Norte de Portugal” – [S.l.], 2005 (documento disponível em pdf. em http://www.galicia-nortept.org/documentacion/DOC_6.pdf - acesso 06/09) .

- “Plano Estratégico de Cooperação Galiza-Norte de Portugal, 2007-2013” – [S.l.], [S.n.], 2007.

D. G. DE DESENVOLVIMENTO (PORTUGAL) / D. G. DE FONDOS COMUNITARIOS (ESPAÑA) – “Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal – Espanha, 2007-2013” – [S.l.], [s.n], 2007.

LEHMANN, Ana Teresa – “Balanço da Cooperação Transfronteiriça” – documento da comunicação na *Conferência sobre a Cooperação Transfronteiriça de Segunda Geração*, Guimarães, 2009.

Bibliografia:

ALONSO FERNÁNDEZ, Bieito [et al.] – “Historia Xeral de Galicia” - Vigo, Ed. A Nosa Terra, 1997.

ANDERSON, Benedict – “Comunidades Imaginadas- reflexões sobre a origem e expansão do nacionalismo” - trad. Catarina Mira, 2ª Edição, Lisboa, Edições 70, 2005.

BARBOSA, José Manuel – Galiza e Portugal: umha ou duas nações? – in *Agália* – Revista Internacional da Associação Galega da Língua, nº 32, Associação Galega da Língua, 1992, pp. 513-524 (disponível em <http://www.agal-gz.org/portugaliza/numero0/artigosportugaliza.htm> - acesso a 07/07/2008).

BARREIRO FERNÁNDEZ, X. R. – “Historia de Galicia” – Vigo, Ed. Galáxia, 1981.

BARREIRO MALLÓN, Baudilio; RECUERO ASTRAY, Manuel – “História da Galiza” – trad. David Martelo, Lisboa, Ed. Sílabo, 2008.

BERAMENDI, Xusto – “De Província a Nación – História do Galeguismo Político” – Vigo, Ed. Xerais de Galicia, 2007.

- “Un ideólogo singular: Manuel Murguía e as bases da nacionalidade de Galicia” – in *Boletín da Real Academia Galega*, nº 361, A Coruña, Edição Real Academia Galega, Fundação Rodriguez Iglésias, Hércules Ed. S.A., 2000, pp. 73-118.

CABALLERO MIGUEZ, Gonzalo – “Los fundamentos institucionales de la eurorregión Galicia - Norte de Portugal” – in *Galicia y Norte de Portugal –in Claves Económicas de una Eurorregión*, nº 22, Madrid, Ed. Fundación de las Cajas de Ahorros, 2007, pp. 3-14.

CARBALLO CALERO, Ricardo - “Sobre lingua e literatura galega” – [S.l.], Ed. Galaxia, 1971.

CASTRO, Ivo – “Curso de História da Língua Portuguesa” – Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

CHÂTELET, François – “Historia das ideias políticas” – Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” – Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1984.

DOMÍNGUEZ CASTRO, Luís – “A Europa e a fronteira luso-galaica: história e reencontro” – *in As euro-regiões e o futuro da Europa*, Ed. Eixo Atlântico, [S.l.], 2004, pp. 3-52.

- “La cooperación transfronteiriça entre Portugal y Espanha (1990 – 2006). Las estruturas de cooperación.” – *in A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha*, [S.l.], Ed. Eixo Atlântico, 2008, pp. 13 – 70.

DURÃO, Carlos – “Síntese do reintegracionismo contemporâneo” – *in Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, nº 1, Padrão, Ed. Associação Galega da Língua Portuguesa, 2008, pp. 35 – 56.

FERNÁNDEZ REI, Francisco – “A situación do galego en Galicia e no Occidente de Asturias, de León e de Zamora” – *in Estudios de Sociolingüística Románica- Linguas e variedades minorizadas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela Ed., 1999, pp. 27- 81.

FERRAZ, António da Silva – “Relações económicas e sociais entre a Galiza e o norte de Portugal”- *in Cadernos de Economia*, nº 53, [S.l.], [s.n.], 2000, pp. 82-92.

FRAGA IRIBARNE, Manuel – “Galiza e a Região Norte de Portugal no Arco Atlântico” – *in O Arco Atlântico*, [S.l.], [s.n.], 1992, pp. 447-470.

GARCÍA de CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLEZ VESGA, José Manuel – “História de Espanha – Uma breve história” – trad. Eduardo Nogueira, Lisboa, Ed. Presença, 1997.

GELLNER, Ernest – “Nações e Nacionalismos” –trad. Inês Vaz Pinto, Lisboa, Ed. Gradiva, 1993.

HOBBSBAWM, Eric – Nações e Nacionalismo desde 1780 – Trad. Maria Celia Paoli, São Paulo, Editora Terra e Paz, 1991.

LECA, Jean - De que estamos a falar? – trad. Miguel Serras Pereira, *in Nações e Nacionalismo*, coord. Serge Cordellier, Lisboa, D. Quixote, 1998, pp. 15-22.

LÓPEZ MIRA, Álvaro Xosé – “Espanhóis e Porto Galaecos: Identidades e Fronteiras” – *in Revista de pensamento do Eixo Atlântico*, nº6, [S.l.], Ed. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2006, pp. 43-50.

MAIA, Clarinda de Azevedo – “História do galego-português : estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI com referência à situação do galego moderno” - Reimpressão da edição do INIC(1986) , Lisboa , Fundação Calouste Gulbenkian, D.L., 1997, pp. 883- 954.

MATTOSO, José (dir.) – “História de Portugal” – vol. 1, [S.l.], Ed. Círculo de Leitores, 1992.

MARIÑO PAZ, Ramón – “Historia da Língua Galega” – 2ª Edição, [S.l.], Ed. Sotelo Blanco, 1998.

MEDEIROS, António – “Dois lados de um rio” - Lisboa , Instituto de Ciências Sociais, 2006.

- “Discurso nacionalista e imagens de Portugal na Galiza” – *in Etnográfica*, Vol. II, nº 2, Lisboa, Ed. Cria – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 2003, pp. 321-349.

MIRAGAIA, Manuel – “A realidade portuguesa no pensamento galeguista” – *in Agália* - Revista Internacional da Associação Galega da Língua, nº 23, [S.l.], Ed. Associação Galega da Língua, 1990, pp. 269 – 288.

MONTEAGUDO, Henrique - Historia social da lingua galega : idioma, sociedade e cultura através do tempo - Vigo, Ed. Galaxia, 1999.

MONTEAGUDO, Henrique; NUÑEZ SEIXAS, Xosé M. – “La política de la lengua en Galicia – De la reivindicación nacionalista a la planificación gubernamental” – *in Políticas Lingüísticas: Norma e Identidad*, Buenos Aires, Ed. Universidad de Buenos Aires, 2001, pp. 33 – 64.

MORAIS, Maria João Moreira – “Os povos promíscuos e o couto misto na raia transmontana/ourensana” – *in Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Galegos*, org. Associação Internacional de Estudos Galegos, Trier, Ed. do Castro, 2000, pp. 861-867.

NUÑEZ SEIXAS, Xosé M.– Idioma e nacionalismo en Galicia en el siglo XX: un desencuentro histórico e diversos dilemas en el futuro – *in Revista de Antropología Social*, nº 6, Servicio de Publicaciones, [S.l.], UCM, 1997.

- Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas considerações históricas – *in Revista Penélope*, nº 11, [S.l.], Ed. Cosmos, 1993, pp. 67-80.

PACHECO, José Augusto de Brito – “Uma descrição do reino da Galiza e da província do Entre Douro e Minho” – *in Actas do III Colóquio Galaico Minhoto*, Instituto Cultural Galaico-Minhoto, Viana do Castelo, Ed. C. M. Viana do Castelo, 1994, pp.155-169.

PENABADE, Bernardo – “O reintegracionismo galego: um ponto de encontro” – *in Actas do VIII Congresso Internacional da Associação Internacional de Lusitanistas*, Santiago de Compostela, Ed. USC, 2008, pp. 540-556.

RODRIGUES, António Cruz [et.al.] – Galiza Portugal – uma só nação – Lisboa, Nova Arrancada – Sociedade Editora, S.A., 1997.

RODRÍGUEZ, Francisco – “Conflito linguístico de ideoloxia na Galiza” – Santiago de Compostela, Edicións Laiovento , 1991.

RODRÍGUEZ IGLESIAS, Francisco (dir.) – “Galicia. Historia – Tomo VIII: Historia Contemporânea. Política. (Siglo XX)” – A Coruña, Ed. Hércules, D.I. 1991.

SMITH, Anthony D. – “A identidade nacional” - trad. Cláudia Brito, Lisboa, Ed. Gradiva, 1997.

TEYSSIER, Paul – “História da Língua Portuguesa” – 3ª Ed., Livraria Sá da Costa Ed., 1987.

TORRES FEIJÓ, Elías – “Portugal, para quê? Para umha interpretação do corpus identitário galego: potencial e carências no relacionamento galego-português” – [S.l], [S.n], 2003 (artigo disponível em <http://www.agal-gz.org/modules.php?name=News&file=article&sid=996>).

VÁZQUEZ MAO, Xoán (Ed.) – “O que é o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular?” – Vigo, Ed. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2008.

VENADE, Nuno – *Galiza* – “Norte de Portugal: a euro – região necessária” – *in As euro-regiões e o futuro da Europa*, [S.l.], Ed. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2004, pp. 53-88.

VENCE, Xavier – “Cara unha integración económica de Galiza e Portugal” – *in Enclave – Revista de Política e Pensamento*, nº 6, Santiago de Compostela, Ed. Esquerda Nacionalista, 2000, pp. 5-8.

VILLARES, Ramón – “História da Galiza” – Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

- “Portugal e o Galeguismo” - *in III Conferência Anual Plácido Castro*, Ed. Consellería de Cultura do Concello de Vilagarcía de Arousa, IGADI, Vilagarcía de Arousa, 2002.

ANEXO

Transcrição de entrevista:⁵³

Elias Torres Feijó, Professor de Filologia Galega e Portuguesa USC e Presidente da Associação Internacional de Lusitanistas.

**Realizada em Santiago de Compostela~
19/05/2009**

Qual o papel da Associação Internacional de Lusitanistas relativamente ao relacionamento Portugal/Galiza e a promoção do galego-português?

Na verdade, à partida direi que nenhuma, porque a AIL é uma associação científica, portanto não é uma associação política, não entra neste tipo de discussões. Bem é verdade que o próprio facto de haver investigadores e particularmente também de tornar a Galiza como objecto de estudo de toda a dimensão da AIL, é uma prova, digamos, é uma prática que de facto coloca a Galiza dentro da chamada Lusofonia. Aliás como não só enfim intelectuais de diferentes tipos sempre definiram, estava por exemplo agora a ler um trabalho sobre a fundação Lusa - Brasileira de ([*palavra imperceptível*]) que nos anos 60 foi para os Estados Unidos impulsionada sobretudo por um português exilado, Alberto Machado da Rosa também com o grande apoio de um galego que estava exilado, Ernesto Guerra da Cal, e que introduz o mundo luso-brasileiro e também o galego dentro dessa revista. Isto está dentro do âmbito científico que se quebrou nos últimos anos, enfim por razões que já se conhecem, da orientação normativa que finalmente a Academia e o ILG seguiram. Isso, suponho, que quebrou, por razões que não vêm agora ao caso, com essa continuidade duma presença da Galiza na Lusofonia, mesmo com independência da norma utilizada.

Como é que caracteriza neste momento o relacionamento Portugal/Galiza e em que domínios é que se desenvolve?

A AIL tem neste momento um peso muito importante, vê-se por exemplo no nº de comunicações no último Congresso que foi na Madeira em 2008 de investigadores galegos, foram 15%, um número muito significativo. Digamos que depois de Brasil e Portugal é a 3ª potência investigadora em nº de pessoas. Isso significa que, particularmente o departamento de galego-português da Corunha e particularmente o grupo de investigação Galabra da Universidade de Santiago de Compostela estiveram em peso presentes neste Congresso e está presente na AIL. Seus interesses têm muito a ver com o relacionamento galego-português, nos vários domínios, particularmente no domínio histórico e no domínio da literatura, também alguns estudos contrastivos entre a língua galego-portuguesa, literatura galega contemporânea e alguma literatura medieval galego-portuguesa, literatura portuguesa contemporânea e depois o que está produzindo na esfera da ilustração, da fabricação de ideias na Galiza, no vínculo entre os estudos de cultura e turismo, etc... particularmente do grupo Galabra. E começa a haver também interesse por parte de investigadores, não só da Lusofonia como também de outros países dedicados à cultura das comunidades de língua portuguesa, não só pela lírica medieval, nem pela literatura medieval galego-portuguesa, mas

⁵³ Entrevista concedida em Galego. Tradução própria da autora. Optou-se por manter a transcrição, o mais fiél possível ao original. Entre parênteses e em itálico estão assinaladas as palavras, expressões e frases incompreensíveis ou inaudíveis.

também por alguns processos galegos citando por exemplo Rosália de Castro, Otero Pedrayo, algumas questões ligadas ao caminho de Santiago, que deixam a Galiza como objecto de estudo.

Na actualidade, visto agora de outro ponto de vista, como analista, penso que existe um vínculo importante em várias dimensões, no teatro, na música e aqui mesmo poderíamos indicar como a Galiza serve de ponte para algumas realizações portuguesas, por exemplo a música tradicional, também chamada internacionalmente música celta. Poderíamos citar grupos, particularmente do norte, mas também de outros lugares, também do Alentejo, também de Lisboa, também da Madeira. Estou a pensar por exemplo [*palavra inaudível*] de Lisboa ou também do Festival Inter-céltico do Porto. Isto numa esfera musical, mas não é a única. O teatro é muito importante. Pensa-se que nos últimos anos tem-se intensificado a presença da cultura portuguesa que flui perfeitamente, na Galiza, sem nenhum tipo de intermediários. Sem dúvida através do bom trabalho que o Instituto Camões tem feito aqui e da receptividade das autoridades galegas. No mundo da literatura, esse intercâmbio é contínuo.

Nas esferas da cultura, em geral, isso existe. Qual é o problema da visibilidade? É passar de uma certa retórica política a prática política. E é na esfera institucional onde muitas vezes o relacionamento existe na retórica mas não está passado à prática. Por medo ou por não acreditar nestes processos. Normalmente, entendo que os portugueses têm muito medo de um relacionamento particular com sectores do Estado espanhol, que não seja bilateral, onde penso que tenha sempre Portugal a perder nesse relacionamento, como se tem demonstrado, e olha com muita confusão processos de clara lusofilia, que se produzem na Galiza. Desde a reclamação de que aqui poderiam chegar as televisões portuguesas ou uma coisa que vem a ser planeada, mesmo por alguns poderes públicos galegos, e nada preocupante para alguns poderes portugueses, como o ensino do português como segunda língua, mesmo na Galiza.

Penso, em resumo, que esta minha história, que tem muitíssimos anos de vontade de relacionamento, que nunca se vê, ou muito poucas vezes amparada, vejo talvez nestes últimos anos de governo algumas Câmaras Municipais com orientação diferente. Mas essencialmente neste últimos anos foi muito pouco amparada e impulsionada pelos poderes públicos. E vejo também a ambiguidade da Galiza em relação a Portugal. É verdade também que a sua norma escrita aparece muito mais castelhanizada e muito mais espanholizada.

Apesar de haver uma norma oficial, esta nem sempre é respeitada e aceite por todos. A sensação que há é que não há um único galego, mas vários. O debate entre reintegracionistas e isolacionistas pode ser outro entrave a este relacionamento?

Desse ponto de vista também os portugueses falam portugueses diferentes. É um assunto muito complexo. Quando nós falamos em normalização linguística particularmente, referimo-nos aos processos em que a língua da Galiza, o chamado galego, se fala normal, isso é um processo. Outros são os processos de normativização linguística, portanto de codificação da escrita. Aí há uma que se chama oficial, que na realidade não é oficial, mas

não vamos agora entrar nessa discussão... não é oficial, quer dizer não se aprova, digamos oficialmente, o documento, ao contrário do que diz a Academia Galega. Quer dizer nenhum um galego é penalizado por não escrever bem, em relação a essa norma. Nesse debate há duas tendências fundamentais, embora estas tenham muita relação. Aqueles que consideram que não deve existir uma reintegração do galego no português e aqueles que consideram que deve existir essa reintegração no mundo lusófono. E aqui há muitas questões de grau. Há uns que crêem que deve ir devagarinho, outros que pensam que temos que ir imediatamente, aceleradamente, enfim... significa isso um entrave para o relacionamento? Não necessariamente. A questão é... depende dos portugueses. Quer Portugal e as suas autoridades e as suas elites entender e atender ao que se passa aqui? Sim ou não? Porque Portugal enfrenta situações muito mais complexas, entre as quais, uma população que percebe menos mas tem mais vontade de perceber. Vou pôr três casos... Sabem os portugueses o que está a acontecer na língua portuguesa em Moçambique? Sabem em que medida está lá o inglês ou não e em que gradação? E como está a situação das línguas digamos indígenas, ou como está o português? Só quem conhece é que sabe. Sabem em Cabo Verde? Sabem em Timor? Evidentemente que não. Mas dá para presumir uma série de coisas, funciona assim. Muitos portugueses que conhecem Cabo Verde, que já lá foram percebem que aí a maioria da população não fala literalmente português. Mas há também uma má vontade, que não se tem verificado no caso português, porque muitas vezes os portugueses não nos vêm como Galiza mas como Espanha. É uma forma de tratamento mais clara, sem estes problemas que acabam para remeter para a própria identidade, o qual também daria para um longo discurso. Sempre há problemas de identidade, Portugal que na visão de muitos dos seus intelectuais sofria de hiper-identidade, etc, na realidade tem na Galiza uma espécie de pedra no sapato, porque estas aqui são as imagens do que eles são. Esta é a primeira questão. A segunda é, se triunfar a linha, vamos chamá-la assim, isolacionista, o tipo de relacionamento seria um. Se triunfar a outra linha, o tipo de relacionamento será outro. Portanto, não podemos esperar que a disputa entre os dois dê uma ideia unívoca de que depende desses processos [*expressão incompreensível*]. Talvez se, vou dizer isto desta maneira ainda que não seja correcto, se os portugueses ou portuguesas que tiverem interesse na Galiza se despirem um bocadinho da preguiça e começarem a entender o que se passa aqui, talvez vejam uma coisa que é fundamental. Nós aqui estamos num processo e Portugal está num resultado. Em Portugal há um resultado, que tem muitos séculos, mais ou menos fixado, ainda que com muitas dúvidas, até que triunfou, eu diria no século XVII uma norma escrita, determinada, que se foi alargando. E no século XX triunfou a norma de Coimbra e Lisboa que destroçou todas essas particularidades e variantes do norte. Então estamos diante de um resultado, que pode evoluir mas é reconhecido. No caso da Galiza estamos num processo. Muitas vezes os galegos comportam-se com os portugueses como se fosse um resultado quando somos um processo e estamos num processo, e os portugueses não querem ver que há um processo. Pensam que há um resultado... é muito complexo.

Apesar de uma maior afinidade com a Galiza parece haver um maior interesse com a Espanha no geral, em especial entre Madrid-Lisboa. Este facto aplica-se especialmente a nível económico. Como se explica isso? Será por estas relações serem mais frias e objectivas e mais claras?

O relacionamento Hispano (entendendo por Hispano espanhol) – Luso é mais fácil, porque as coisas são mais claras. E depois a diplomacia e a política portuguesa não conseguem safar-se dessa bilateralidade e não vai por uma multilateralidade em que sempre encontrou e penso que encontraria parceiros importantes, falo particularmente dos países catalães, que sempre olhou com simpatia histórica Portugal e a Galiza, particularmente. Esses são alguns lugares em que Portugal encontra afinidades grandes. Eu diria afinidades mais de carácter político, do que afinidades de carácter mais cultural que podem existir. Em termos de relacionamento económico, isso é complicado. Por exemplo, nós sabemos que muitíssimas empresas galegas têm investido em Portugal e muitíssimas empresas galegas têm os seus terrenos em Portugal, até porque é mais barato para eles. Outra coisa é como se relacionam essas empresas galegas com as portuguesas, se se relacionam entre galegas ou entre espanholas. Aí possivelmente é uma questão a investigar, não tenho dados para lhe dar. E aqui está a questão da proximidade. A proximidade não gera melhor relacionamento. Pode até gerar pior relacionamento, porque as pessoas estão a catar as diferenças e na confusão das diferenças o que pode tornar as coisas piores. Por exemplo, de que se queixam muitos galegos e galegas? Que quando vão a Portugal, eles falam em galego e respondem em espanhol. Isso aqui é habitual como sabe. Esta é uma queixa amargurada, porque não é uma queixa só instrumentada, é uma queixa identitária e isto é muito duro para muitas pessoas galegas. E nos espíritos de fronteira logo se passa do amor ao ódio, isso é muito rápido. A língua dominante entre o relacionamento galego-português costuma ser o espanhol, facilita também para os portugueses, eu diria até que o promove muito. Portanto, não é uma questão só territorial é também uma questão das ideias que se tem na cabeça. Ora, não me caberia, para mim, que no futuro, uma sólida aliança galego-portuguesa, com a ponte que pode ser o norte de Portugal e o Eixo Atlântico, que poderia beneficiar portugueses e galegos, no contexto mundial.

Concorda que a integração europeia aproximou ou poderia aproximar ainda mais Portugal e Galiza? Acha que a cooperação transfronteiriça poderia ajudar ou ajudou alguma coisa?

Eu penso que sim. Quer dizer, muitas vezes a super-estrutura acaba por configurar as mentalidades. Uma mentalidade que pode ter um uso duplo e até contraditório. Aí eu digo que existe um forte vínculo entre a Galiza e Portugal ou que esse vínculo é reduzido, a duas regiões de dois Estados – a Galiza e o norte de Portugal. Aí o olhar é bem visível num caso ou noutro. E até há a tentação de pensar que então Alentejo e Extremadura seria mais ou menos a mesma coisa. Quando no presente, as relações que unem a Galiza a Portugal, com norte mais particularmente, não são as mesmas que podem eventualmente unir outras regiões, mas isso são outras questões. Outra coisa que eu penso que ser importante é que essa integração na União Europeia é possível que também tenha incidido, directa ou indirectamente, nas questões da qualidade de vida das comunidades. [*expressão inaudível*] por exemplo, hoje Portugal admira bastante o desenvolvimento da Galiza, que tem agora um

PIB superior. E nestas coisas de fronteira, olhar por cima para outro nem sempre funciona muito bem. Ao mesmo tempo podemos dizer que os galegos admiram o desenvolvimento do Porto, em particular do seu aeroporto, ou outros elementos da qualidade de vida, nos quais os galegos começam a reparar, com alguma inveja, e que podem ser menos importantes do que uma melhor qualidade do relacionamento galego-português. por exemplo o cuidado dos espaços públicos por parte de Portugal em determinadas vilas, cito duas, Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira. É crescente o nº de artigos e também, sobretudo, de comentários que escuto de pessoas na rua, que dizem “eu se puder irei viver para Portugal. Eu se pudesse iria viver para Portugal. Compraria uma casa lá, etc”. E isso não obedece a ideologias e é um fenómeno ao qual devemos estar atentos.

Como é que os reintegracionistas vêm Portugal? Vêm Portugal no seu todo ou concentram-se mais no norte?

No seu todo. Não conheço nenhum reintegracionista que veja um relacionamento com o norte de Portugal e não com o seu todo. Podem sentir mais afinidades, podem mesmo sentir que a Galiza e o norte de Portugal estão dentro de um conjunto superior, podem interpretar como alguns “interpretamos” que o reintegracionismo galego poderia mesmo ajudar o norte de Portugal a ter uma maior auto-estima, por exemplo através dos programas culturais. Mas não conheço nenhum reintegracionista que observe Portugal fragmentado. Portugal é um todo.

Eu digo isto porque li vários textos, nomeadamente em relação ao idioma português, que dizia que para além do Douro o galego-português já estava contaminado de elementos e influências árabes...

O que a filologia tem acreditado. Mas esse tipo de coisas é para reforçar uma espécie de purismo, de solidariedade ou de simpatia entre a Galiza e o norte de Portugal, o que não exclui os outros. Nós é que somos a origem, mas identificam os outros como próprios. É uma questão que não se coloca.

Num artigo seu afirma que o relacionamento com Portugal “galeguiza” a Galiza. Como é que isso se processa, no que respeita, por exemplo, à língua e à identidade?

A língua faz parte da identidade. Na língua, teria menos castelhanismos e mesmo poderia ensinar algum galeguismo aos portugueses para que abandonem algum castelhanismo, na língua e na vida, nos hábitos. Por exemplo, a que horas as pessoas tomam as suas refeições. Como as pessoas andam pelas ruas. Em que horário vivem. E muitas das coisas que nós perdemos por uma urbanização castelhanizada e espanholizada, frente ao norte de Portugal que conservou ritmos vitais, mais similares aos nossos. Ritmos vitais de vários tipos, que aqui hoje seriam vistos como autênticos disparates ou são vistos por muitas pessoas como disparates. Por exemplo, a questão do horário é para nós determinante e quando toda a Galiza viveu historicamente nesse ritmo e nesse fuso horário. Quando falo disso é porque o relacionamento e uma contaminação de hábitos sociais portugueses na Galiza só trará benefícios.

Em Portugal não há uma verdadeira percepção do que é o reintegracionismo. Embora as pessoas tenham a percepção das afinidades, no geral desconhecem esta realidade. Acha que há uma apatia em relação a esta questão ou até uma certa ignorância dos portugueses, ao desconhecem a pluralidade de Espanha. Ou será que o reintegracionismo não consegue ter eco em Portugal?

Se falarmos da palavra reintegracionismo, que é um *palavrão*, com toda a lógica as pessoas não vão perceber. Se falarmos da vontade que existe de alguns grupos sociais galegos, de reintegrar, sobretudo, o código escrito, e faze-lo, a partir do acordo, uno com as suas variantes, com o resto dos países lusófonos. É verdade que podemos dizer que o reintegracionismo não chegou a Portugal, podemos. É verdade que isto se vê nada amparado mas vemos utilizado por determinados poderes públicos. Mas é verdade também que em geral as entidades portuguesas estão um bocado nas tintas e isso não ajuda. Noutros tempos, havia intelectuais que trabalhavam por isto, como Teófilo Braga e [Manuel] Rodrigues Lapa. Agora são outros os interesses. Depois, claro, há um receio... eu penso que é esse receio que devemos explorar. Os portugueses acabam por não perceber, isto generalizando, como há uns espanhóis aí que não querem ser espanhóis. Não podem perceber... porque Portugal sempre vê Espanha como superior. Em segundo lugar não podem perceber como estes, que não querem ser espanhóis querem ter mais a ver com os portugueses em termos sócio-económicos, não noutros. Há baixa auto-estima dos portugueses e isto não pode entrar nas suas cabeças, não podem entender isto, alguma coisa falha. Em terceiro lugar, porque em Portugal há uma educação sentimental e há uma educação formativa, em relação à pátria e em relação a olhar os outros, particularmente a Espanha. Quando existir, porque normalmente não existe, na Galiza não se fala nada nos livros de texto sobre o português, praticamente nada, porque senão como podemos justificar a mais antiga nação da Europa e a historia daquela Inês de Castro que praticamente morreu por amor e aquelas mentiras dos textos de Fernão Lopes! Quer dizer, a ideia de que Espanha [*excerto da gravação incompreensível e confuso*] e Portugal equivale à Catalunha ou à Galiza, e não equivale à Extremadura, nem a outra região espanhola, nem a outros lugares, digamos, historicamente mais vinculados a Castela. Enfim, onde está Portugal podia estar a Catalunha. Portanto, há um olhar distorcido e há um olhar muito cativo nos vários sentidos [*expressão inconpreensível*] a opinião públicas e também as pessoas nos liceus e nas escolas, sobre quem são os outros.

E em relação à língua... Enquanto filologista, galego e português são a mesma língua?

Do ponto de vista linguístico, físico e historicamente, sem dúvida. Agora aqui este não é o problema, mas sim o que queremos que seja, se a mesma língua ou duas línguas. Nós podemos hoje calcular que se o brasileiro quiser em 20 anos tem uma norma absolutamente diferenciada do português. Então, sim, alguns portugueses iriam sentir o drama que sentem alguns galegos. Mas, se um dia os portugueses virem o Brasil fazer uma norma diferente, colocando todas as suas nuances e consagrando todas as suas variações, possivelmente no final não se conseguiriam reconhecer uma à outra. Portanto, isto é uma questão do que se quer e eu entendo que uma língua, tem um elemento identitário, tem um elemento de coesão social, tem um elemento de acesso a

bens, tem um poder de comunicar, tem portanto um importante conjunto de utilidades. E todos esses elementos conduzem a pensar para o benefício, para o alargamento, por partilha identitária com as suas singularidades, etc... que há que interpretar o galego como uma variante do português.

Que futuro vê então no nosso relacionamento?

Apesar de me chamar Elias, que era um grande profeta, não sou capaz de profetizar isso... mas eu penso que o relacionamento nunca irá para trás, há-de avançar e intensificar-se. o ritmo depende de alguns grupos, se são capazes de aceitar que esse processo pode avançar ou preferem manter a sua centralidade e não ceder nesse sentido, refiro-me em termos oficiais e institucionais. Penso que avançará, penso que avançará nos grupos e penso que quando se, e penso que não será tarde, se banirem algumas fronteiras mentais e quando os preconceitos caírem vai avançar sem dúvidas. Deste ponto de vista, para trás não vai, só pode ser para diante.

Falou-me da importância do contacto com outros países que pertencem ao espaço da Lusofonia. Como caracteriza esse relacionamento?

Os núcleos intelectuais e culturais galegos têm que intensificar o relacionamento com o Brasil. A Galiza não tem preconceitos com o Brasil como os tem Portugal, históricos nem de nenhum tipo. O meu grande “amor” sempre estará em Portugal, vamos dizer assim em termos sentimentais, mas também observo que se Portugal não tem uma atitude decidida em relação à Galiza, possivelmente com os mesmos preconceitos que tem em relação ao Brasil. Pq? Que interessa a 170 ou 180 Milhões com uma cultura tão importante no mundo, uma realidade tão ambígua, tão complexa como esta que não chega aos 3 Milhões na Europa? E eu penso que, oxalá Portugal olhe mais para a Galiza, mais como parceira, porque, senão também forçará os galegos a procurar alianças mais intensas com o Brasil. E isto seria grave.

E em relação aos países africanos?

Há relacionamento sim, por exemplo, somos a única universidade, penso que do mundo que tem 3 leitores, um português, um africano e um brasileiro. Aqui há ensino de literaturas africanas a nível académico. E o relacionamento é crescente. Temos uma comunidade cabo verdiana que é muito querida no norte da Galiza. Depois trabalhamos mesmo com produções artísticas muito interessantes. E a Galiza olha para África e intensifica também a sua cooperação. Com certeza que África é um lugar, especialmente Cabo Verde, onde esses contactos vão intensificar-se.

Transcrição de entrevista:⁵⁴

Xoán Vázquez Mao, Secretário-geral do Eixo Atlântico

Realizada em Vigo

10/09/2009

Actualmente quais são as linhas de força da actividade do Eixo Atlântico?

Existem 3 grandes linhas. Primeiro, a cooperação, reforçar a cooperação, que basicamente consiste em aqueles projectos que reforçam a massa crítica populacional, nomeadamente cultura, desportos, juventude, turismo, etc. Há uma segunda parte de visibilidade no lobby europeu, fundamentalmente para incidir na próxima distribuição dos fundos comunitários 2014-2020, que se está agora a começar a trabalhar, a partir do parlamento europeu que foi eleito domingo. E, a terceira e a mais estratégica é aquilo a que chamamos de arquitectura estratégica, que é fazer aquilo que as cidades não têm tempo de fazer que é pensar a cidade. E aí falamos de estratégias de desenvolvimento sustentável, sistemas de informação urbano, sociedade digital, sociedade de informação, etc...estas são as grandes linhas. O papel do EA é importante, a minha opinião é absolutamente interessada, porém há um ponto de coincidência de toda a gente e é o papel fundamental que joga o Eixo, hoje em dia está considerado como uma peça determinante para a cooperação Galiza - Norte de Portugal e provavelmente, a peça mais dinâmica e que mais tem impulsionado a cooperação, não a única, mas nós fomos os primeiros, os mais dinâmicos e por isso hoje somos uma entidade de referência, que conseguiu mesmo este ano que passou um prémio europeu. De facto somos a única comunidade ibérica de cooperação que recebeu um prémio europeu.

Qual o futuro do Eixo Atlântico? Quais as suas principais dificuldades e quais pensa serem as principais necessidades de modo a obter um desenvolvimento sustentável?

As linhas de futuro são basicamente as que acabo de mencionar. Agora, as actividades são aprovadas em cada assembleia, a partir da análise do que foi feito e da análise daquilo que é necessário fazer, neste momento não te posso dizer que vamos fazer isto ou aquilo dentro de 2 anos, senão quais são as linhas estratégicas. Neste momento estamos a criar a agência de ecologia urbana, o sistema de informação urbano territorial, estamos a pôr em marcha um portal. E que faremos dentro de dois anos? Pois... depende de como corre o que estamos a pôr em marcha e depende de quais sejam as demandas que dominam o território.

O Eixo Atlântico tem um financiamento resoluto, aqui não podes constituir um lóbi se não tens autonomia financeira e não podes exigir quando tens de andar a pedir dinheiro. O que nós estamos a discutir perante a Comissão Europeia é a recuperação do dinheiro que se perdeu nestes anos, as verbas que se perderam para os programas de fronteira. Há que separar duas coisas: o que é o financiamento do Eixo como estrutura, que está perfeitamente resolvido, do que é o financiamento dos programas de desenvolvimento para a fronteira. A fronteira Portugal e Espanha entre o

⁵⁴ Entrevista concedida em galego. Tradução própria da autora. Entre parênteses e em itálico estão assinaladas as palavras, expressões e frases incompreensíveis ou inaudíveis.

período 2000-2006 e o período actual 2007-20013 perdeu € 600 M. Mas em termos globais perdeu cerca de 75% das verbas que lhe tinham sido atribuídas. Tínhamos € 800 M para a fronteira para o período 2000-2006 e passamos para os €200 M no período 2007-2013. E isso aconteceu, sobretudo, porque o Governo espanhol interiorizou outras fronteiras e isso prejudicou obviamente Portugal, mas também os territórios espanhóis da fronteira. O que nós queremos é recuperar essas verbas. Em termos da estrutura dou-te um exemplo, a Associação das Regiões Fronteiriças da Europa o staff são 3 pessoas, a CTG-NP o staff são 2 pessoas, a Conferências das Cidades do Arco Atlântico o staff são 2 pessoas, o Eixo Atlântico o staff são 11 pessoas.

Em relação às diferentes formas de organização política e administrativa. De que forma o facto de por um lado termos uma região autónoma de Espanha, com um governo próprio e do outro uma região administrativa dependente do governo central português prejudica este relacionamento?

Prejudica imenso. O facto de Portugal não ter regionalização é para nós um problema imenso. Nós resolvemos tudo com Santiago, que tem competências quase exclusivas, o Governo galego, enquanto no Porto têm de tratar de tudo com Lisboa, onde nem toda a gente percebe a realidade transfronteiriça, nomeadamente do Norte. Ainda bem que temos uns amigos no governo, porém é extremamente complicado. Há uma desigualdade, um desequilíbrio tremendo entre a Galiza e o norte de Portugal. Nós, na Galiza, temos um presidente eleito, nós no norte de Portugal temos um presidente designado. É distinto, muito desequilibrado e muito prejudicial para Portugal, pelo menos para nós é.

Sentem, portanto, o peso da centralização de Portugal e sentem também que há mais ligação entre Lisboa e Madrid do que com outras regiões de Espanha?

Lisboa e Madrid não afecta em absoluto o relacionamento do Norte e da Galiza, que é muitíssimo mais forte, infinitamente mais forte que o relacionamento entre Madrid e Lisboa. Além do mais é radicalmente distinto. Não está afectado dessa desconfiança como no caso de Lisboa e Madrid. Essa relação de irmão maior, irmão pequeno, que se querem, mas um está farto do outro. Essa relação que se percebe defensiva perante a soberba tradicional dos espanhóis, entendidos como centro da Península Ibérica. Mas esta soberba que se manifesta com Portugal também se manifesta com a Galiza, numa porção de atitudes e numa porção de cultura. Mas isto, hoje em dia, está a mudar dentro da Europa. Mas Espanha sempre teve uma atitude de soberba, digamos, o centro, o centralismo espanhol sempre teve uma atitude de soberba perante os demais. Acontece que, por todas as autonomias também revelou essa soberba, porque o relacionamento era distinto. Agora, com Portugal, há uma relação de amizade e de boa vizinhança. Entre o Norte e a Galiza é completamente distinto. Porque a Galiza é a mesma gente, a mesma terra, as fronteiras já não existem. Há cada vez mais galegos que compram casa no Norte e portugueses que compram casa em Sanxenxo. Há uma relação perfeitamente prezável, que não tem nada a ver.

Em relação à linha de Alta Velocidade. Em que medida é que a criação de uma linha Lisboa – Porto – Vigo daria um novo impulso à cooperação?

Absolutamente e totalmente. Mas aqui estamos a falar do desenvolvimento da cooperação. Temos um estudo de alguns anos que demonstra que se não se construir o TGV, a euro-região Norte de Portugal – Galiza perde 1,5 pontos do PIB, isto antes da crise. Portanto, imagine-se neste momento. Dou-te um exemplo, Santiago, na semana santa, tem uma previsão de receber 8 M. de habitantes. Em 2012 Guimarães será a Capital da Cultural Europeia, não sabemos quantos visitantes irá receber, não está quantificado, mas é um facto importante. Quanto desse turismo que se partilharia, que entraria pelo aeroporto do Porto para Santiago e de Santiago seguiria para o Porto, passando por Guimarães, Braga e Vigo, estamos a perder? Esse fluxo de pessoas e mercadorias, o turismo e a relação comercial hoje dependem única e exclusivamente do automóvel, o que não é compatível. Em termos de estrutura, o TGV é para nós o metro da Euro-região, que para além da região norte nos liga também a Lisboa, que para nós é um ponto de referência. Se a relação Lisboa-Madrid é uma relação obrigatória, a relação de Lisboa e Galiza é uma relação muito privilegiada para os dois.

Falando um pouco da questão cultural comum. Quais as vantagens proporcionadas pelas afinidades históricas, culturais e linguística para Euro-região Galiza e Norte de Portugal?

Há inúmeras vantagens... Primeira, a história comum, o facto de no passado ter sido uma única na região, a Galécia. A nossa história, da Galiza e do Norte, nunca foi uma história de lutas e de guerras. Mesmo quando havia as guerras dos feudais, não era uma guerra Portugal e Espanha... Não há entre nós uma história de guerras internas como há em outras partes, temos ao contrário uma história comum. O substrato da Euro-região, na noite dos tempos, é basicamente cultural [*palavra imperceptível*]. Falar a mesma língua, com matrizes, ajuda muito. O galego, o castelhano e o português são três irmãos. São irmãos, mãe e filho, porque aqui não se pode colocar o galego e o português contra o castelhano, porque o castelhano primitivo era galaico-português. Ou o português teve muitas palavras do castelhano, ou o castelhano do português. Muitas palavras não são iguais no galego. Nós pensamos que o português e o galego é igual, mas muitas palavras portuguesas se escrevem como o castelhano e não como o galego. Há muitas palavras partilhadas, porque são três idiomas que partiram da mesma raiz. Portanto, não há nenhuma diferenciação, os três fazem parte da mesma equipa. E esse intento de querer separar o castelhano é absurdo, pelo menos para mim. Agora bem, é verdade que, aqui, qualquer reunião nossa não precisa de tradutores. E, isso é extremamente importante. Quando vou à Andaluzia ou à Estremadura as reuniões precisam de tradutores. Eu fico surpreendido por precisarem dos auscultadores para se entenderem, nós não. Isso é de uma importância imensa, imensa! O facto de não precisarmos de tradutores é fulcral, sobretudo, porque fomenta o relacionamento humano e pessoal e, claro, o trabalho. Portanto, nós podemos sair das reuniões ir almoçar, podemos falar com toda a gente, trocar umas histórias sem necessidade de tradutores é fundamental. Eu lembro-me que há pouco tempo estive numa Euro-cidade da Polónia-Albânia e houve um jantar, onde estavam os presidentes da Polónia e da Albânia [*frase imperceptível*]. Esta é uma

cidade que depois da guerra foi recuperada por polacos que tinham sido expulsos pelos nazis [*palavra imperceptível*] tinham um relacionamento extraordinário, muitíssimos temas comuns, fantástico. e fiquei surpreendido como os dois presidentes da câmara, amigos, no jantar, para contar umas histórias, tinham que usar um tradutor entre eles. E isto é usual. Isto tudo para dizer que há uma importância tremenda na questão da língua.

Considera que a adesão simultânea de Portugal e Espanha à União Europeia reapproximou estas duas regiões, Norte de Portugal e Galiza, que já tinha uma ligação histórica?

O que aproximou foi o facto de serem os dois europeus. Agora se entramos no mesmo dia...claro que se tivesse havido um ano de diferença teria havido uma diferença de prática europeísta, claro. Digamos que o facto de entrarmos juntos na mesma *escola*, no mesmo dia, reforçou as posições. É a mesma coisa que entrares numa escola e não seres o único novo, tens outro colega que também é novo. Mas, o fundamental não é entrar no mesmo dia, é sim entrar.

E acha que esse facto, essa entrada, potenciou uma aproximação?

Não, porque a aproximação já existia, não tem absolutamente nada a ver. O que foi fulcral foi para desenvolver essa relação que já existia. A entrada na Europa significou apoio nas políticas, dinheiro, reforço do sistema de cooperação. Todas estas estruturas nasceram no contexto europeu [*a partir daqui a cassete ficou completamente deteriorada por motivos alheios à autora. Vázquez Mao termina esta entrevista referindo-se à importância do aparecimento do Eixo Atlântico e o modo como este reforçou a aproximação entre Portugal e Galiza*].